



Manual para participação de acionistas

**Assembleia Geral Ordinária e
Extraordinária**

de 15 de abril de 2020



3	Mensagem da Administração
4	Edital de Convocação
8	Procedimentos adicionais
9	Proposta da Administração para matérias a serem submetidas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, incluindo:
14	Anexo I - Relatório de origem e justificativa de proposta de alteração do Estatuto Social da Ultrapar Participações S.A.
64	Anexo II - Formulário de demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluindo (i) o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) Relatório dos Auditores Independentes e (iii) Parecer do Conselho Fiscal
221	Anexo III - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência
281	Anexo IV - Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09
286	Anexo V - Informações relativas aos candidatos a membros do Conselho Fiscal indicados ou apoiados pela administração, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência
294	Anexo VI - Proposta de remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal
296	Anexo VII - Informações relativas à remuneração dos administradores, nos termos do item 13 do Formulário de Referência
320	Glossário dos termos utilizados nos itens 10, 12.5 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência que integram o presente documento
324	Boletim de Voto a Distância
331	Modelo de procuração



Ultrapar – Manual da Assembleia

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com prazer que convidamos V.Sas. a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Companhia"), convocada para **15 de abril de 2020, às 14:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Luís Antônio, n.º 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil**, nos termos do respectivo Edital de Convocação, a ser publicado em 17, 18 e 19 de março de 2020 no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como disponibilizado no site da Companhia (ri.ultra.com.br).

A elaboração do presente Manual para Participação de Acionistas ("Manual") está alinhada às práticas da Companhia de melhoria contínua em governança corporativa, incluindo a qualidade das informações prestadas aos nossos acionistas.

O presente documento visa a apresentar as propostas da administração, esclarecer e orientar V.Sas. acerca das deliberações a serem tomadas e procedimentos necessários ao seu comparecimento e representação para participação na Assembleia, consolidando em um único documento todos os materiais disponibilizados pela Ultrapar para a Assembleia.

Informamos também que, além das informações divulgadas, a área de Relações com Investidores da Ultrapar estará disponível para esclarecimentos adicionais através do e-mail invest@ultra.com.br ou telefone +55 (11) 3177-7014.

Todos os acionistas da Ultrapar (incluindo os titulares de ações ordinárias sob a forma de ADRs) poderão votar em todas as matérias da ordem do dia. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia. Os detentores de ADRs deverão votar conforme especificado em comunicação a ser encaminhada pelo depositário nos termos do Contrato de Depósito.

Contamos com sua presença.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.256.439/0001-39

NIRE 35.300.109.724

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Companhia") que se realizará no dia 15.04.2020, às 14:00h, na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, n.º 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Exame e aprovação do relatório e das contas da Administração, bem como das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019;
3. Fixação da remuneração global da Administração;
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, tendo em vista a solicitação da instalação do Conselho Fiscal feita por acionista representando mais de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 324/00; e
5. Em virtude do item acima, a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o mandato que se inicia em abril de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Homologar a alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2014.

Participação na Assembleia

Poderão participar da Assembleia acionistas titulares de ações da Companhia – incluindo os titulares de *American Depositary Receipts* ("ADRs") nos termos descritos abaixo –, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que cumpram com os requisitos formais de participação previstos no Estatuto Social da Companhia, apresentando os documentos que se especificam nos itens Acionista Pessoa Física, Acionista Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento abaixo.

A qualidade de acionista será comprovada pela apresentação de declaração emitida pela instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da Assembleia.

A Companhia adotará para esta Assembleia procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações ou diretamente à Companhia, um boletim de voto a distância para a Assembleia Geral Ordinária e um boletim de voto a distância para a Assembleia Geral Extraordinária, conforme disponibilizados pela Companhia, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na Assembleia. A Companhia informa que as instruções para o exercício do voto a distância constam no Manual da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Os boletins de voto a distância enviados pelos acionistas por ocasião da primeira convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária serão considerados válidos para a segunda convocação, nos termos do art. 21-X, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/09.

Os detentores de ADRs serão representados na Assembleia pelo custodiante das ações que lastreiam os ADRs nos termos do contrato de depósito de 16 de setembro de 1999 ("Contrato de Depósito"). Os procedimentos para o exercício do voto com relação aos ADRs serão especificados em comunicação a ser encaminhada aos detentores de ADRs pelo depositário nos termos do Contrato de Depósito.

Acionista Pessoa Física

- Original ou cópia autenticada de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas ou passaporte, no caso de estrangeiro); e
- Original ou cópia autenticada de procuração, se aplicável, e documento de identificação com foto do procurador.

Acionista Pessoa Jurídica

- Cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração);
- Original ou cópia autenticada de documento de identificação com foto(s) do(s) representante(s) legal(is); e
- Original ou cópia autenticada de procuração, se aplicável, e documento de identificação com foto do procurador.

Fundos de Investimentos

- Comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia ou que tenha outorgado poderes ao procurador;
- Ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia ou a quem tenha outorgado a procuração; e

- Caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os documentos listados no item “Acionista Pessoa Jurídica” relativos a ele deverão ser apresentados à Companhia.

Tais documentos deverão ser encaminhados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia até as 14:00h do dia 13.04.2020.

Disponibilização de Documentos e Informações

Nos termos do Estatuto Social da Ultrapar e do artigo 6º da Instrução CVM nº 481/09, os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas, bem como o Manual da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os boletins de voto à distância para a Assembleia Geral Ordinária e para a Assembleia Geral Extraordinária e outros documentos relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e encontram-se à disposição no site da CVM (www.cvm.gov.br), na sede social da Companhia, no site da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e no site da Companhia (ri.ultra.com.br).

São Paulo, 16 de março de 2020.

PEDRO WONGTSCHOWSKI

Presidente do Conselho de Administração



PROCEDIMENTOS ADICIONAIS

Os documentos a serem apresentados estão especificados no Edital de Convocação da Assembleia.

Esclarecemos que, no caso de fundos de investimento e pessoas jurídicas estrangeiras, não será necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for inglês ou espanhol.

A Ultrapar, visando facilitar a representação de seus acionistas na Assembleia (excluídos os titulares de ações ordinárias sob a forma de ADRs), disponibiliza, ao final deste Manual, modelo de procuração a ser outorgada aos advogados ali indicados para representá-los na Assembleia, sem qualquer ônus e com observância estrita ao mandato que lhe for outorgado. Caso os acionistas (excluídos os titulares de ações ordinárias sob a forma de ADRs) optem por fazer-se representar na Assembleia conforme modelo disponibilizado pela Companhia, deverão incluir na procuração **todos** os procuradores listados no modelo de procuração.

Solicita-se que tais documentos sejam encaminhados ao Departamento de Relações com Investidores, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 8º andar, CEP 01317-910, na cidade e estado de São Paulo, até as 14:00h do dia 08.04.2020.

Voto a Distância

Solicita-se que os boletins de voto a distância da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária e demais documentos comprobatórios sejam protocolados na sede da Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da AGEO, ou seja, até o dia 08.04.2020.



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.256.439/0001-39

NIRE 35.300.109.724

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Companhia") vem apresentar aos Srs. Acionistas a Proposta da Administração acerca das matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 15 de abril de 2020 às 14h:

1) Em Assembleia Geral Ordinária:

1.1) Exame e aprovação do relatório e das contas da Administração, bem como das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal

O Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019 foram arquivados junto à CVM no dia 19.02.2020¹ e publicados em jornais de grande circulação em 21.02.2019.

Tais documentos (i) foram aprovados pelo Conselho de Administração e (ii) obtiveram parecer favorável do Comitê de Auditoria e Riscos e do Conselho Fiscal da Companhia em reunião realizada em 19.02.2019, cuja respectiva ata também foi arquivada junto à CVM em 19.02.2019.

Além disso, as demonstrações financeiras foram auditadas e obtiveram relatório sem ressalvas dos auditores independentes da Companhia - KPMG Auditores Independentes. Tais documentos estão disponíveis no **Anexo II** da presente Proposta. Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão disponíveis no **Anexo III**.

Propomos que os documentos acima citados sejam aprovados sem ressalvas pelos acionistas da Companhia.

1.2) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019

Nos termos do inciso II do § 1º do art. 9 da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, e no formato do Anexo 9-1-II da mesma Instrução, disponibilizamos as informações referentes à destinação de lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019 no **Anexo IV**.

Propomos que a destinação do lucro líquido seja aprovada conforme o **Anexo IV**.

¹ As demonstrações financeiras foram reapresentadas perante a CVM em 16 de março de 2020 em razão da alteração da nota explicativa nº 26, h.

1.3) Fixação da remuneração global da Administração

Propomos que a remuneração da Administração da Companhia seja aprovada nos termos apresentados no **Anexo VI**.

Para permitir a compreensão da motivação da presente Proposta, disponibilizamos informações adicionais acerca das políticas e práticas de remuneração da Administração no **Anexo VII**, nos termos do item 13 do Formulário de Referência.

1.4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, tendo em vista a solicitação da instalação do Conselho Fiscal feita por acionista representando mais de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 324/00

Propomos a eleição dos candidatos abaixo para membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como de seus suplentes:

- Geraldo Toffanello (efetivo) / Márcio Augustus Ribeiro (suplente)
- Marcelo Amaral Moraes (efetivo) / Pedro Ozires Predeus (suplente)
- William Bezerra Cavalcanti Filho (efetivo) / Carlos Roberto de Albuquerque Sá (suplente)

As informações detalhadas sobre os candidatos estão disponíveis no **Anexo V**, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

1.5) Em virtude do item acima, a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o mandato que se inicia em abril de 2020

Propomos que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o período de seu mandato seja aprovada nos termos apresentados no **Anexo VI**.

2) Em Assembleia Geral Extraordinária:

2.1) Homologar a alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2014.

Em virtude do exercício parcial de referidos bônus de subscrição, foram emitidas 2.108.542 (dois milhões, cento e oito mil e quinhentos e quarenta e duas) ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. Como consequência desta emissão, o capital social da Companhia passou a ser representado por 1.114.918.734 (um bilhão, cento e catorze milhões, novecentas e dezoito mil, setecentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Tendo em vista que não é devido nenhum pagamento adicional pelo exercício dos bônus de subscrição, a emissão não resultou em alteração no valor do capital social.

A fim de refletir a emissão já efetivada mencionada acima, propomos também que seja homologada a

alteração da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, conforme quadro comparativo do Estatuto Social constante do **Anexo I** desta Proposta.

Acesso a Documentos e Informações

Nos termos do Estatuto Social da Ultrapar e do artigo 6º da Instrução CVM nº 481/09, os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas, bem como o Manual da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os boletins de voto à distância para a Assembleia Geral Ordinária e para a Assembleia Geral Extraordinária e outros documentos relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários e encontram-se à disposição no site da CVM (www.cvm.gov.br), na sede social da Companhia, no site da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e no site da Companhia (ri.ultra.com.br).

São Paulo, 16 de março de 2020.

PEDRO WONGTSCHOWSKI

Presidente do Conselho de Administração



ANEXOS



**ANEXO I – EXERCÍCIO RELATÓRIO DE ORIGEM E JUSTIFICATIVA E
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ULTRAPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.**

(Conforme art. 11 da Instrução CVM 481/2009)

ORIGENS E JUSTIFICATIVAS DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. ESTATUTO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I Denominação, Sede, Objeto e Duração</p> <p>Artigo 1º. A Companhia é uma sociedade de capital autorizado, denominada ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.</p>	<p>ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. ESTATUTO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I Denominação, Sede, Objeto e Duração</p> <p>Artigo 1º. A Companhia é uma sociedade de capital autorizado, denominada ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.</p>	<p>ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. ESTATUTO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I Denominação, Sede, Objeto e Duração</p> <p>Artigo 1º. A Companhia é uma sociedade de capital autorizado, denominada ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.</p>	N/A
<p>Parágrafo Único. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, quando aplicável, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente).</p>	<p>Parágrafo Único. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, quando aplicável, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente).</p>	<p>Parágrafo Único. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, quando aplicável, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente).</p>	N/A
<p>Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.</p>	<p>Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.</p>	<p>Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.</p>	N/A
<p>Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria, na agricultura e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de</p>	<p>Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria, na agricultura e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de</p>	<p>Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria, na agricultura e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de</p>	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
ações ou quotas de sociedades.	ações ou quotas de sociedades.	ações ou quotas de sociedades.	
Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	N/A
<p align="center">CAPÍTULO II Capital Social e Ações</p> <p>Artigo 5º. O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 5.171.751.608,08 (cinco bilhões, cento e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e oito Reais e oito centavos), dividido em 1.112.810.192 (um bilhão, cento e doze milhões, oitocentas e dez mil, cento e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias.</p>	<p align="center">CAPÍTULO II Capital Social e Ações</p> <p>Artigo 5º. O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 5.171.751.608,08 (cinco bilhões, cento e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e oito Reais e oito centavos), dividido em <u>1.114.918.734 (um bilhão, cento e catorze mil, novecentas e dezoito mil, setecentas e trinta e quatro)</u> 1.112.810.192 (um bilhão, cento e doze milhões, oitocentas e dez mil, cento e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias.</p>	<p align="center">CAPÍTULO II Capital Social e Ações</p> <p>Artigo 5º. O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 5.171.751.608,08 (cinco bilhões, cento e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e oito Reais e oito centavos), dividido em 1.114.918.734 (um bilhão, cento e catorze mil, novecentas e dezoito mil, setecentas e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias.</p>	Ajuste de redação para refletir a emissão de ações ocorrida em 19 de fevereiro de 2020, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2014.
§1º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.	§1º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.	§1º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.	N/A
§2º O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações	§2º O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações	§2º O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.	escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.	escriturais, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.	
Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.	Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.	Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.	N/A
Artigo 7º. A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:	Artigo 7º. A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:	Artigo 7º. A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:	N/A
<p>a) até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;</p> <p>b) a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente, será privativa da Assembleia Geral; e</p> <p>c) na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição</p>	<p>a) até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;</p> <p>b) a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente, será privativa da Assembleia Geral; e</p> <p>c) na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição</p>	<p>a) até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço e o prazo de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;</p> <p>b) a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente, será privativa da Assembleia Geral; e</p> <p>c) na emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição</p>	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.	cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.	cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício.	
Artigo 8º. A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.	Artigo 8º. A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.	Artigo 8º. A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados.	N/A
Artigo 9º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Artigo 9º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Artigo 9º. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	N/A
CAPÍTULO III Assembleias Gerais Artigo 10. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.	CAPÍTULO III Assembleias Gerais Artigo 10. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.	CAPÍTULO III Assembleias Gerais Artigo 10. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.	N/A
§ 1º Os documentos pertinentes à matéria a ser	§ 1º Os documentos pertinentes à matéria a ser	§ 1º Os documentos pertinentes à matéria a ser	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.	deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.	deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.	
§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.	§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.	§ 2º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este indicar. Na ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. O Presidente da Mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.	N/A
§ 3º Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista.	§ 3º Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista.	§ 3º Caberá exclusivamente ao Presidente da Mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto, a condução dos trabalhos relacionados à eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive qualquer decisão relativa ao número de votos de cada acionista.	N/A
Artigo 11. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas presentes devidamente identificados assinarão o Livro de	Artigo 11. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas presentes devidamente identificados assinarão o Livro de	Artigo 11. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas presentes devidamente identificados assinarão o Livro de	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.	Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.	Presença de Acionistas, de que constarão seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.	
§ 1º A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.	§ 1º A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.	§ 1º A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo Presidente da Mesa no momento da instalação da Assembleia Geral.	N/A
§ 2º Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.	§ 2º Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.	§ 2º Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após a sua instalação poderão participar da reunião, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.	N/A
Artigo 12. Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:	Artigo 12. Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:	Artigo 12. Na Assembleia Geral serão observados, pela Companhia e pela mesa, além dos procedimentos e requisitos previstos em lei, os seguintes requisitos formais de participação:	N/A
a) Até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral: (i) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva	a) Até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral: (i) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva	a) Até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral: (i) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 3 (três) dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>procuração;</p> <p>b) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;</p> <p>c) Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item (a), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral;</p> <p>d) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-</p>	<p>procuração;</p> <p>b) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;</p> <p>c) Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item (a), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral;</p> <p>d) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-</p>	<p>procuração;</p> <p>b) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;</p> <p>c) Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item (a), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da Assembleia Geral;</p> <p>d) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe</p>	

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, vedada, contudo, a participação na assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante; e</p> <p>e) Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.</p>	<p>fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas, vedada, contudo, a participação na assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante; e</p> <p>e) Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.</p>	<p>forem feitas, vedada, contudo, a participação na assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante; e</p> <p>e) Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à Companhia notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.</p>	
<p>Artigo 13. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social.</p>	<p>Artigo 13. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social.</p>	<p>Artigo 13. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social.</p>	N/A
<p>Artigo 14. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia</p>	<p>Artigo 14. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia</p>	<p>Artigo 14. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia</p>	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.	Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.	Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.	
Artigo 15. A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos diretores.	Artigo 15. A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos diretores.	Artigo 15. A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos diretores.	N/A
§ 1º Observado o montante estabelecido pela Assembleia Geral, na forma do <i>caput</i> deste Artigo e as competências do Comitê de Pessoas previstas no Artigo 41 deste Estatuto, o Conselho de Administração fixará, considerada a proposta do Comitê de Pessoas, a remuneração a ser atribuída ao Diretor Presidente e aos demais membros da Diretoria.	§ 1º Observado o montante estabelecido pela Assembleia Geral, na forma do <i>caput</i> deste Artigo e as competências do Comitê de Pessoas previstas no Artigo 41 deste Estatuto, o Conselho de Administração fixará, considerada a proposta do Comitê de Pessoas, a remuneração a ser atribuída ao Diretor Presidente e aos demais membros da Diretoria.	§ 1º Observado o montante estabelecido pela Assembleia Geral, na forma do <i>caput</i> deste Artigo e as competências do Comitê de Pessoas previstas no Artigo 41 deste Estatuto, o Conselho de Administração fixará, considerada a proposta do Comitê de Pessoas, a remuneração a ser atribuída ao Diretor Presidente e aos demais membros da Diretoria.	N/A
§ 2º Os membros do Conselho de Administração e os diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.	§ 2º Os membros do Conselho de Administração e os diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.	§ 2º Os membros do Conselho de Administração e os diretores poderão ter participação nos lucros na forma da lei.	N/A
CAPÍTULO IV Administração - Normas Gerais Artigo 16. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.	CAPÍTULO IV Administração - Normas Gerais Artigo 16. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.	CAPÍTULO IV Administração - Normas Gerais Artigo 16. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.	N/A
Parágrafo Único. A posse dos administradores, que independerá de caução, fica	Parágrafo Único. A posse dos administradores, que independerá de caução, fica	Parágrafo Único. A posse dos administradores, que independerá de caução, fica	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
condicionada à sua adesão à Política de Divulgação e Negociação adotada pela Companhia e à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 52 deste Estatuto.	condicionada à sua adesão à Política de Divulgação e Negociação adotada pela Companhia e à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 52 deste Estatuto.	condicionada à sua adesão à Política de Divulgação e Negociação adotada pela Companhia e à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 52 deste Estatuto.	
<p>CAPÍTULO V Conselho de Administração</p> <p>Seção I – Composição</p> <p>Artigo 17. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p>	<p>CAPÍTULO V Conselho de Administração</p> <p>Seção I – Composição</p> <p>Artigo 17. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p>	<p>CAPÍTULO V Conselho de Administração</p> <p>Seção I – Composição</p> <p>Artigo 17. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p>	N/A
§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	§ 1º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	N/A
§ 2º O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.	§ 2º O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.	§ 2º O Conselho de Administração adotará um Regimento Interno que disporá, dentre outras matérias que forem julgadas convenientes, sobre seu próprio funcionamento, direitos e deveres dos seus membros e seu relacionamento com a Diretoria e demais órgãos sociais.	N/A
§ 3º Obedecidos os requisitos	§ 3º Obedecidos os requisitos	§ 3º Obedecidos os requisitos	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
definidos em políticas corporativas da Companhia, somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.	definidos em políticas corporativas da Companhia, somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.	definidos em políticas corporativas da Companhia, somente podem ser eleitas para integrar o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, as pessoas que, além dos requisitos legais e regulamentares e ilibada reputação, não ocupem cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas, e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas controladas, presumindo-se ter interesse conflitante com o da Companhia a pessoa que, cumulativamente: (i) tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e (ii) mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.	
§ 4º Respeitado o disposto no <i>caput</i> deste Artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado em cada Assembleia Geral, cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Mesa.	§ 4º Respeitado o disposto no <i>caput</i> deste Artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado em cada Assembleia Geral, cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Mesa.	§ 4º Respeitado o disposto no <i>caput</i> deste Artigo, o número de membros que integrarão o Conselho de Administração em cada gestão deverá ser fixado em cada Assembleia Geral, cuja ordem do dia seja a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo tal matéria ser encaminhada pelo Presidente da Mesa.	N/A
Artigo 18. A composição do	Artigo 18. A composição do	Artigo 18. A composição do	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
Conselho de Administração terá obrigatoriamente a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) ou 2 (dois), o que for maior, de Conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.	Conselho de Administração terá obrigatoriamente a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) ou 2 (dois), o que for maior, de Conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.	Conselho de Administração terá obrigatoriamente a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) ou 2 (dois), o que for maior, de Conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.	
§ 1º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no caput deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.	§ 1º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no caput deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.	§ 1º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no caput deste Artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.	N/A
Artigo 19. Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no Artigo 17 acima, devem ser imediatamente substituídos.	Artigo 19. Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no Artigo 17 acima, devem ser imediatamente substituídos.	Artigo 19. Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no Artigo 17 acima, devem ser imediatamente substituídos.	N/A
Parágrafo Único. A mesma providência prevista no <i>caput</i> deste Artigo deverá ser adotada caso algum dos Conselheiros independentes deixe de atender aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e, por força disto, deixe de ser observado o mínimo	Parágrafo Único. A mesma providência prevista no <i>caput</i> deste Artigo deverá ser adotada caso algum dos Conselheiros independentes deixe de atender aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e, por força disto, deixe de ser observado o mínimo	Parágrafo Único. A mesma providência prevista no <i>caput</i> deste Artigo deverá ser adotada caso algum dos Conselheiros independentes deixe de atender aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e, por força disto, deixe de ser observado o mínimo	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
de Conselheiros independentes estabelecido no Artigo 18.	de Conselheiros independentes estabelecido no Artigo 18.	de Conselheiros independentes estabelecido no Artigo 18.	
Seção II – Eleição Artigo 20. Ressalvado o disposto no Artigo 21, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.	Seção II – Eleição Artigo 20. Ressalvado o disposto no Artigo 21, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.	Seção II – Eleição Artigo 20. Ressalvado o disposto no Artigo 21, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de chapas.	N/A
§ 1º Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.	§ 1º Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.	§ 1º Na eleição de que trata este Artigo, somente poderão concorrer as chapas: (a) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (b) que sejam indicadas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, por qualquer acionista ou conjunto de acionistas.	N/A
§ 2º O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e	§ 2º O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e	§ 2º O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração, disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ele indicada, contendo: (a) sua qualificação completa; (b) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, bem como qualificações profissionais e acadêmicas; e (c) informações sobre processos disciplinares e	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.	judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.	judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, como também informação, se for o caso, da existência de hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas no Artigo 147, Parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.	
§ 3º Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 (cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.	§ 3º Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 (cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.	§ 3º Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, com antecedência de, pelo menos, 05 (cinco) dias em relação à data marcada para a Assembleia Geral, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo anterior, cabendo ao Conselho de Administração providenciar a divulgação imediata, por meio de aviso inserido na página da Companhia na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, da informação de que os documentos referentes às demais chapas apresentadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.	N/A
§ 4º Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou	§ 4º Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou	§ 4º Os nomes indicados pelo Conselho de Administração ou	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima, bem como o disposto no Regulamento do Novo Mercado.	por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima, bem como o disposto no Regulamento do Novo Mercado.	por acionistas deverão ser identificados, em sendo o caso, como candidatos a Conselheiros independentes, observado o disposto no Artigo 18 acima, bem como o disposto no Regulamento do Novo Mercado.	
§ 5º A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.	§ 5º A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.	§ 5º A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.	N/A
§ 6º Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.	§ 6º Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.	§ 6º Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.	N/A
Artigo 21. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.	Artigo 21. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.	Artigo 21. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer, na forma da lei, a adoção do processo de voto múltiplo, desde que o façam, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.	N/A
§ 1º A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, a informação de que a eleição se dará pelo processo do	§ 1º A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, a informação de que a eleição se dará pelo processo do	§ 1º A Companhia, imediatamente após o recebimento do pedido, deverá divulgar, por meio de aviso inserido em sua página na rede mundial de computadores e encaminhado, por meio eletrônico, para a CVM e para a B3, a informação de que a eleição se dará pelo processo do	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
voto múltiplo.	voto múltiplo.	voto múltiplo.	
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	N/A
§ 2º Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 20, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 20 deste Estatuto.	§ 2º Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 20, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 20 deste Estatuto.	§ 2º Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 20, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes candidatos, com o conteúdo referido no Parágrafo 2º do Artigo 20 deste Estatuto.	N/A
§ 3º Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.	§ 3º Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.	§ 3º Cada acionista terá o direito de cumular os votos a ele atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários, sendo declarados eleitos aqueles que receberem maior quantidade de votos.	N/A
§ 4º Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.	§ 4º Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.	§ 4º Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.	N/A
§ 5º Sempre que a eleição	§ 5º Sempre que a eleição	§ 5º Sempre que a eleição tiver	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.	tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.	sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.	
§ 6º Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei nº 6.404/76, acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 20 acima.	§ 6º Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei nº 6.404/76, acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 20 acima.	§ 6º Caso a Companhia venha a estar sob controle de acionista ou grupo controlador, conforme definido no Artigo 116 da Lei nº 6.404/76, acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista no Parágrafo 4º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 20 acima.	N/A
Artigo 22. Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 03 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.	Artigo 22. Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 03 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.	Artigo 22. Caso seja eleito conselheiro residente e domiciliado no exterior, sua posse fica condicionada à constituição de procurador, residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação em ação que venha a ser proposta contra ele, com base na legislação societária. O prazo de validade da procuração será de, pelo menos, 03 (três) anos após o término do prazo de gestão do respectivo conselheiro.	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
Artigo 23. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.	Artigo 23. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.	Artigo 23. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.	N/A
Seção III – Reuniões e Substituições Artigo 24. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer 02 (dois) conselheiros.	Seção III – Reuniões e Substituições Artigo 24. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer 02 (dois) conselheiros.	Seção III – Reuniões e Substituições Artigo 24. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer 02 (dois) conselheiros.	N/A
§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.	§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.	§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá conter, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia.	N/A
§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação,	§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação,	§ 2º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação,	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.	será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.	será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.	
§ 3º Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração (ou terceiro por ele designado) poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos.	§ 3º Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração (ou terceiro por ele designado) poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos.	§ 3º Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração (ou terceiro por ele designado) poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos.	N/A
§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.	§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.	§ 4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.	N/A
Artigo 25. Salvo o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 24, a reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria dos	Artigo 25. Salvo o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 24, a reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria dos	Artigo 25. Salvo o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 24, a reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria dos	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
conselheiros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além de seu voto, o de desempate.	conselheiros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além de seu voto, o de desempate.	conselheiros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além de seu voto, o de desempate.	
Parágrafo Único. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho por ele indicado.	Parágrafo Único. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho por ele indicado.	Parágrafo Único. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho por ele indicado.	N/A
Artigo 26. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.	Artigo 26. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.	Artigo 26. Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei.	N/A
Artigo 27. Ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 21, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e	Artigo 27. Ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 21, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e	Artigo 27. Ressalvado o disposto no Parágrafo 6º do Artigo 21, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo conselheiro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.	servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo conselheiro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.	primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo conselheiro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.	
Seção IV – Competência Artigo 28. Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;	Seção IV – Competência Artigo 28. Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;	Seção IV – Competência Artigo 28. Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle;	N/A
b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;	b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;	b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;	N/A
c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle;	c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle;	c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle;	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;	d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;	d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;	N/A
e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e, considerada a proposta do Comitê de Pessoas nos termos do Artigo 41, Parágrafo Único, "b", a remuneração individual da Diretoria	e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e, considerada a proposta do Comitê de Pessoas nos termos do Artigo 41, Parágrafo Único, "b", a remuneração individual da Diretoria	e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e, considerada a proposta do Comitê de Pessoas nos termos do Artigo 41, Parágrafo Único, "b", a remuneração individual da Diretoria	N/A
f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Pessoas;	f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Pessoas;	f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Pessoas;	N/A
g) outorgar opções de compra de ações nos termos do Artigo 8º deste Estatuto;	g) outorgar opções de compra de ações nos termos do Artigo 8º deste Estatuto;	g) outorgar opções de compra de ações nos termos do Artigo 8º deste Estatuto;	N/A
h) convocar as Assembleias Gerais;	h) convocar as Assembleias Gerais;	h) convocar as Assembleias Gerais;	N/A
i) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 20 deste Estatuto;	i) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 20 deste Estatuto;	i) apresentar à Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração na forma do Artigo 20 deste Estatuto;	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere a letra “c” do Artigo 54 deste Estatuto;	j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere a letra “c” do Artigo 54 deste Estatuto;	j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere a letra “c” do Artigo 54 deste Estatuto;	N/A
k) aprovar o levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;	k) aprovar o levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;	k) aprovar o levantamento de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;	N/A
l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;	l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;	l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;	N/A
m) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;	m) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;	m) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca de reforma deste Estatuto;	N/A
n) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;	n) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;	n) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;	N/A
o) aprovar a emissão para	o) aprovar a emissão para	o) aprovar a emissão para	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia ou por sociedades sob seu controle;	subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia ou por sociedades sob seu controle;	subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia ou por sociedades sob seu controle;	
p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;	p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;	p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;	N/A
q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;	q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;	q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;	N/A
r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e Riscos;	r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e Riscos;	r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria e Riscos;	N/A.
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	N/A
s) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão	s) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão	s) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;	da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;	da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;	
t) aprovar as políticas corporativas, conforme propostas que lhe sejam submetidas pelos órgãos competentes; e	t) aprovar as políticas corporativas, conforme propostas que lhe sejam submetidas pelos órgãos competentes; e	t) aprovar as políticas corporativas, conforme propostas que lhe sejam submetidas pelos órgãos competentes; e	N/A
u) deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo os casos omissos.	u) deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo os casos omissos.	u) deliberar sobre outras matérias não reguladas neste Estatuto, resolvendo os casos omissos.	N/A
Artigo 29. Compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou, excepcionalmente, por	Artigo 29. Compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou, excepcionalmente, por	Artigo 29. Compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar a Assembleia Geral, sempre que deliberado pelo Conselho de Administração ou, excepcionalmente, por	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais conselheiros;	iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais conselheiros;	iniciativa própria, caso em que deverá comunicar a convocação, em seguida, aos demais conselheiros;	
b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;	b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;	b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;	N/A
c) comunicar as datas das reuniões ordinárias e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e	c) comunicar as datas das reuniões ordinárias e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e	c) comunicar as datas das reuniões ordinárias e supervisionar os serviços administrativos do órgão; e	N/A
d) transmitir as deliberações do Conselho à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento.	d) transmitir as deliberações do Conselho à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento.	d) transmitir as deliberações do Conselho à Diretoria e orientá-la em seu cumprimento.	N/A
Artigo 30. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos ocasionais e, em caso de vaga, substituí-lo até a data de eleição do novo titular.	Artigo 30. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos ocasionais e, em caso de vaga, substituí-lo até a data de eleição do novo titular.	Artigo 30. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos ocasionais e, em caso de vaga, substituí-lo até a data de eleição do novo titular.	N/A
CAPÍTULO VI Diretoria Artigo 31. A Diretoria será composta por até 08 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores.	CAPÍTULO VI Diretoria Artigo 31. A Diretoria será composta por até 08 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores.	CAPÍTULO VI Diretoria Artigo 31. A Diretoria será composta por até 08 (oito) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores.	N/A
Parágrafo Único. O prazo de gestão dos diretores, que	Parágrafo Único. O prazo de gestão dos diretores, que	Parágrafo Único. O prazo de gestão dos diretores, que	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.	continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.	continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos, será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.	
Artigo 32. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o <i>quorum</i> de instalação de metade dos membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate.	Artigo 32. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o <i>quorum</i> de instalação de metade dos membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate.	Artigo 32. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, observado o <i>quorum</i> de instalação de metade dos membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate.	N/A
Artigo 33. Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.	Artigo 33. Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.	Artigo 33. Competirá à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.	N/A
§ 1º Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros serão assinados por dois diretores em conjunto, ou um diretor e um procurador, ou dois procuradores, com poderes especiais.	§ 1º Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros serão assinados por dois diretores em conjunto, ou um diretor e um procurador, ou dois procuradores, com poderes especiais.	§ 1º Os atos que se destinem a produzir efeitos perante terceiros serão assinados por dois diretores em conjunto, ou um diretor e um procurador, ou dois procuradores, com poderes especiais.	N/A
§ 2º A Companhia poderá, por dois de seus diretores, constituir mandatários, especificando na	§ 2º A Companhia poderá, por dois de seus diretores, constituir mandatários, especificando na	§ 2º A Companhia poderá, por dois de seus diretores, constituir mandatários, especificando na	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula <i>ad judicium</i> , cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.	procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula <i>ad judicium</i> , cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.	procuração a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá um ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes da cláusula <i>ad judicium</i> , cuja validade poderá ser por prazo indeterminado.	
§ 3º A Diretoria poderá, excepcionalmente, autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.	§ 3º A Diretoria poderá, excepcionalmente, autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.	§ 3º A Diretoria poderá, excepcionalmente, autorizar a representação da Companhia por um único diretor ou um procurador constituído especialmente, discriminando, na ata da reunião, a finalidade e limite dos poderes outorgados.	N/A
Artigo 34. Compete ao Diretor Presidente: a) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e c) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente.	Artigo 34. Compete ao Diretor Presidente: a) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e c) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente.	Artigo 34. Compete ao Diretor Presidente: a) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e c) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente.	N/A
Artigo 35. Compete ao diretor que exercer a função de Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter	Artigo 35. Compete ao diretor que exercer a função de Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter	Artigo 35. Compete ao diretor que exercer a função de Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.	atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.	atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.	
Artigo 36. Os diretores sem denominação específica, além de suas atribuições estatutárias, desempenharão os misteres que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração.	Artigo 36. Os diretores sem denominação específica, além de suas atribuições estatutárias, desempenharão os misteres que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração.	Artigo 36. Os diretores sem denominação específica, além de suas atribuições estatutárias, desempenharão os misteres que lhes forem cometidos pelo Conselho de Administração.	N/A
Artigo 37. Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte:	Artigo 37. Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte:	Artigo 37. Os diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte:	N/A
a) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 (sessenta) dias, do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e b) em caso de vaga de diretor poderá ser ele substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por	a) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 (sessenta) dias, do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e b) em caso de vaga de diretor poderá ser ele substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por	a) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 (sessenta) dias, do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituto exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e b) em caso de vaga de diretor poderá ser ele substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
outro diretor apontado pelo Diretor Presidente.	outro diretor apontado pelo Diretor Presidente.	outro diretor apontado pelo Diretor Presidente.	
<p>CAPÍTULO VII Órgãos Auxiliares da Administração</p> <p>Artigo 38. A Companhia terá, obrigatoriamente, os seguintes comitês de assessoramento vinculados ao Conselho de Administração:</p> <p>a) Comitê de Auditoria e Riscos;</p> <p>b) Comitê de Pessoas; e</p> <p>c) Comitê de Estratégia.</p>	<p>CAPÍTULO VII Órgãos Auxiliares da Administração</p> <p>Artigo 38. A Companhia terá, obrigatoriamente, os seguintes comitês de assessoramento vinculados ao Conselho de Administração:</p> <p>d) Comitê de Auditoria e Riscos;</p> <p>e) Comitê de Pessoas; e</p> <p>f) Comitê de Estratégia.</p>	<p>CAPÍTULO VII Órgãos Auxiliares da Administração</p> <p>Artigo 38. A Companhia terá, obrigatoriamente, os seguintes comitês de assessoramento vinculados ao Conselho de Administração:</p> <p>g) Comitê de Auditoria e Riscos;</p> <p>h) Comitê de Pessoas; e</p> <p>i) Comitê de Estratégia.</p>	N/A
§ 1º Cada Comitê contará com um regimento interno próprio que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas a seu funcionamento e definir o papel de seu coordenador.	§ 1º Cada Comitê contará com um regimento interno próprio que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas a seu funcionamento e definir o papel de seu coordenador.	§ 1º Cada Comitê contará com um regimento interno próprio que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas a seu funcionamento e definir o papel de seu coordenador.	N/A
§2º O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.	§2º O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.	§2º O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o assessoramento da administração da Companhia, com objetivos específicos, designando os seus respectivos membros.	N/A
§ 3º Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria	§ 3º Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria	§ 3º Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Auditoria	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
e Riscos, do Comitê de Pessoas, do Comitê de Estratégia e dos demais comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.	e Riscos, do Comitê de Pessoas, do Comitê de Estratégia e dos demais comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.	e Riscos, do Comitê de Pessoas, do Comitê de Estratégia e dos demais comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração para o assessoramento da administração da Companhia, as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos administradores da Companhia.	
Artigo 39. Observados os critérios estabelecidos a seguir, os Comitês serão compostos por no mínimo 03 (três) membros, sendo ao menos um deles membro do Conselho de Administração, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 02 (anos), coincidente com os mandatos dos Conselheiros, admitindo-se recondução para sucessivos mandatos.	Artigo 39. Observados os critérios estabelecidos a seguir, os Comitês serão compostos por no mínimo 03 (três) membros, sendo ao menos um deles membro do Conselho de Administração, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 02 (anos), coincidente com os mandatos dos Conselheiros, admitindo-se recondução para sucessivos mandatos.	Artigo 39. Observados os critérios estabelecidos a seguir, os Comitês serão compostos por no mínimo 03 (três) membros, sendo ao menos um deles membro do Conselho de Administração, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 02 (anos), coincidente com os mandatos dos Conselheiros, admitindo-se recondução para sucessivos mandatos.	N/A
§ 1º No curso de seus mandatos, os membros de cada um dos Comitês somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses: a) morte ou renúncia; b) ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) reuniões alternadas por ano; ou	§ 1º No curso de seus mandatos, os membros de cada um dos Comitês somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses: a) morte ou renúncia; b) ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) reuniões alternadas por ano; ou	§ 1º No curso de seus mandatos, os membros de cada um dos Comitês somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses: a) morte ou renúncia; b) ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) reuniões alternadas por ano; ou	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.	c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.	c) decisão fundamentada do Conselho de Administração.	
§ 2º Nos casos de vacância de cargos de membro de quaisquer dos Comitês, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.	§ 2º Nos casos de vacância de cargos de membro de quaisquer dos Comitês, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.	§ 2º Nos casos de vacância de cargos de membro de quaisquer dos Comitês, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído.	N/A
Seção I – Comitê de Auditoria e Riscos	Seção I – Comitê de Auditoria e Riscos	Seção I – Comitê de Auditoria e Riscos	N/A
Artigo 40. O Comitê de Auditoria e Riscos deverá contar, em sua composição, com ao menos 01 (um) Conselheiro independente e ao menos 01 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.	Artigo 40. O Comitê de Auditoria e Riscos deverá contar, em sua composição, com ao menos 01 (um) Conselheiro independente e ao menos 01 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.	Artigo 40. O Comitê de Auditoria e Riscos deverá contar, em sua composição, com ao menos 01 (um) Conselheiro independente e ao menos 01 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.	N/A
§ 1º O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Riscos poderá acumular ambas as características referidas no <i>caput</i> .	§ 1º O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Riscos poderá acumular ambas as características referidas no <i>caput</i> .	§ 1º O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Riscos poderá acumular ambas as características referidas no <i>caput</i> .	N/A
§ 2º Ao Comitê de Auditoria e Riscos competirá:	§ 2º Ao Comitê de Auditoria e Riscos competirá:	§ 2º Ao Comitê de Auditoria e Riscos competirá:	N/A
a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes e a substituição de tais auditores independentes;	a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes e a substituição de tais auditores independentes;	a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes e a substituição de tais auditores independentes;	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>b) analisar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;</p> <p>c) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras;</p> <p>d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, incluindo o acompanhamento e a avaliação da efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do <i>Sarbanes-Oxley Act</i>, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;</p> <p>e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como manifestar-se sobre qualquer revisão de seu</p>	<p>b) analisar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;</p> <p>c) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras;</p> <p>d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, incluindo o acompanhamento e a avaliação da efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do <i>Sarbanes-Oxley Act</i>, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;</p> <p>e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como manifestar-se sobre qualquer revisão de seu</p>	<p>b) analisar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;</p> <p>c) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras;</p> <p>d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, incluindo o acompanhamento e a avaliação da efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do <i>Sarbanes-Oxley Act</i>, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;</p> <p>e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como manifestar-se sobre qualquer revisão de seu conteúdo, e ainda, e assessorar o</p>	

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>conteúdo, e ainda, e assessorar o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de risco;</p> <p>f) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas corporativas da Companhia;</p> <p>g) estabelecer procedimentos para recepção e tratamento de informações submetidas por quaisquer pessoas relativas ao alegado descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos, incluindo procedimentos para submissão confidencial ou anônima e assegurando a confidencialidade da informação;</p> <p>h) interagir com os demais órgãos competentes da Companhia no sentido de receber e analisar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos; e</p> <p>i) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem</p>	<p>conteúdo, e ainda, e assessorar o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de risco;</p> <p>f) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas corporativas da Companhia;</p> <p>g) estabelecer procedimentos para recepção e tratamento de informações submetidas por quaisquer pessoas relativas ao alegado descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos, incluindo procedimentos para submissão confidencial ou anônima e assegurando a confidencialidade da informação;</p> <p>h) interagir com os demais órgãos competentes da Companhia no sentido de receber e analisar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos; e</p> <p>i) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem</p>	<p>Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de risco;</p> <p>f) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas corporativas da Companhia;</p> <p>g) estabelecer procedimentos para recepção e tratamento de informações submetidas por quaisquer pessoas relativas ao alegado descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos, incluindo procedimentos para submissão confidencial ou anônima e assegurando a confidencialidade da informação;</p> <p>h) interagir com os demais órgãos competentes da Companhia no sentido de receber e analisar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos, políticas e códigos internos; e</p> <p>i) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.</p>	

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
como sobre aquelas que considerar relevantes.	como sobre aquelas que considerar relevantes.		
Seção II – Comitê de Pessoas	Seção II – Comitê de Pessoas	Seção II – Comitê de Pessoas	N/A
Artigo 41. O Comitê de Pessoas contará com no mínimo 02 (dois) Conselheiros independentes em sua composição, podendo os demais ser Conselheiros ou não.	Artigo 41. O Comitê de Pessoas contará com no mínimo 02 (dois) Conselheiros independentes em sua composição, podendo os demais ser Conselheiros ou não.	Artigo 41. O Comitê de Pessoas contará com no mínimo 02 (dois) Conselheiros independentes em sua composição, podendo os demais ser Conselheiros ou não.	N/A
<p>Parágrafo Único. Ao Comitê de Pessoas competirá:</p> <p>a) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho;</p> <p>b) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas, bem como proposta de</p>	<p>Parágrafo Único. Ao Comitê de Pessoas competirá:</p> <p>a) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho;</p> <p>b) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas, bem como proposta de</p>	<p>Parágrafo Único. Ao Comitê de Pessoas competirá:</p> <p>a) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho;</p> <p>b) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas, bem como proposta de</p>	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>remuneração individual da Diretoria;</p> <p>c) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor Presidente e dos principais executivos; e</p> <p>d) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação, alinhado com seus planos estratégicos.</p>	<p>remuneração individual da Diretoria;</p> <p>c) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor Presidente e dos principais executivos; e</p> <p>d) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação, alinhado com seus planos estratégicos.</p>	<p>remuneração individual da Diretoria;</p> <p>c) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor Presidente e dos principais executivos; e</p> <p>d) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação, alinhado com seus planos estratégicos.</p>	
Seção III – Comitê de Estratégia	Seção III – Comitê de Estratégia	Seção III – Comitê de Estratégia	N/A
<p>Artigo 42. O Comitê de Estratégia terá, como atribuições, a assessoria ao Conselho de Administração nos seguintes temas:</p> <p>(a) orientação geral dos negócios, bem como preparação e acompanhamento dos planos estratégicos e orçamentos da Companhia;</p> <p>(b) aprovação e acompanhamento dos principais investimentos da Companhia, nos termos da Política de Investimentos; e</p> <p>(c) definição da estratégia de alocação de capital e a gestão</p>	<p>Artigo 42. O Comitê de Estratégia terá, como atribuições, a assessoria ao Conselho de Administração nos seguintes temas:</p> <p>(a) orientação geral dos negócios, bem como preparação e acompanhamento dos planos estratégicos e orçamentos da Companhia;</p> <p>(b) aprovação e acompanhamento dos principais investimentos da Companhia, nos termos da Política de Investimentos; e</p> <p>(c) definição da estratégia de alocação de capital e a gestão</p>	<p>Artigo 42. O Comitê de Estratégia terá, como atribuições, a assessoria ao Conselho de Administração nos seguintes temas:</p> <p>(a) orientação geral dos negócios, bem como preparação e acompanhamento dos planos estratégicos e orçamentos da Companhia;</p> <p>(b) aprovação e acompanhamento dos principais investimentos da Companhia, nos termos da Política de Investimentos; e</p> <p>(c) definição da estratégia de alocação de capital e a gestão</p>	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
de portfólio da Companhia, incluindo operações de fusões e aquisições.	de portfólio da Companhia, incluindo operações de fusões e aquisições.	de portfólio da Companhia, incluindo operações de fusões e aquisições.	
<p>CAPÍTULO VIII Conselho Fiscal</p> <p>Artigo 43. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, caso instalado pela Assembleia Geral na forma da Lei nº6.404/76, será composto por 03 (três) membros e igual número de suplentes com as atribuições, competências e remuneração previstos em lei, com mandato de 01 (um) ano, admitida a reeleição.</p>	<p>CAPÍTULO VIII Conselho Fiscal</p> <p>Artigo 43. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, caso instalado pela Assembleia Geral na forma da Lei nº6.404/76, será composto por 03 (três) membros e igual número de suplentes com as atribuições, competências e remuneração previstos em lei, com mandato de 01 (um) ano, admitida a reeleição.</p>	<p>CAPÍTULO VIII Conselho Fiscal</p> <p>Artigo 43. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, caso instalado pela Assembleia Geral na forma da Lei nº6.404/76, será composto por 03 (três) membros e igual número de suplentes com as atribuições, competências e remuneração previstos em lei, com mandato de 01 (um) ano, admitida a reeleição.</p>	N/A
§ 1º Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 52 deste Estatuto.	§ 1º Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 52 deste Estatuto.	§ 1º Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 52 deste Estatuto.	N/A
§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.	§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.	§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se atas dessas reuniões em livro próprio.	N/A
§ 3º Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado	§ 3º Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado	§ 3º Serão aplicáveis aos seus membros as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei, por este Estatuto e pelo Regulamento do Novo Mercado aos	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
aos administradores da Companhia.	aos administradores da Companhia.	administradores da Companhia.	
CAPÍTULO IX Ofertas Públicas	CAPÍTULO IX Ofertas Públicas	CAPÍTULO IX Ofertas Públicas	N/A
Seção I – Alienação de Controle	Seção I – Alienação de Controle	Seção I – Alienação de Controle	N/A
Artigo 44. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.	Artigo 44. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.	Artigo 44. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.	
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	
Parágrafo Único. O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o <i>caput</i> , tomar as medidas cabíveis para recompor, nos 18 (dezoito) meses subsequentes, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.	Parágrafo Único. O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o <i>caput</i> , tomar as medidas cabíveis para recompor, nos 18 (dezoito) meses subsequentes, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.	Parágrafo Único. O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o <i>caput</i> , tomar as medidas cabíveis para recompor, nos 18 (dezoito) meses subsequentes, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.	

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	
Seção II – Aquisição de Participação Relevante	Seção II – Aquisição de Participação Relevante	Seção II – Aquisição de Participação Relevante	
<p>Artigo 45. Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em Atuação Conjunta com outra pessoa ("Adquirente de Participação Relevante"), venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 20% (vinte por cento) ou mais do seu capital social ("Participação Relevante"), estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor por ação pago pelo Adquirente de Participação Relevante nos 06 (seis) meses anteriores, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.</p>	<p>Artigo 45. Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em Atuação Conjunta com outra pessoa ("Adquirente de Participação Relevante"), venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 20% (vinte por cento) ou mais do seu capital social ("Participação Relevante"), estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor por ação pago pelo Adquirente de Participação Relevante nos 06 (seis) meses anteriores, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.</p>	<p>Artigo 45. Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em Atuação Conjunta com outra pessoa ("Adquirente de Participação Relevante"), venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 20% (vinte por cento) ou mais do seu capital social ("Participação Relevante"), estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor por ação pago pelo Adquirente de Participação Relevante nos 06 (seis) meses anteriores, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.</p>	N/A
<p>§1º Será lícito ao Adquirente de Participação Relevante deixar de formular a oferta pública de que trata este Artigo desde que, cumulativa e tempestivamente: (a) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista neste Parágrafo em até</p>	<p>§1º Será lícito ao Adquirente de Participação Relevante deixar de formular a oferta pública de que trata este Artigo desde que, cumulativa e tempestivamente: (a) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista neste Parágrafo em até</p>	<p>§1º Será lícito ao Adquirente de Participação Relevante deixar de formular a oferta pública de que trata este Artigo desde que, cumulativa e tempestivamente: (a) comunique à Companhia sua intenção de utilizar a faculdade prevista neste Parágrafo em até 48 (quarenta e oito) horas</p>	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
48 (quarenta e oito) horas contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (a) deste Parágrafo.	48 (quarenta e oito) horas contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (a) deste Parágrafo.	contadas do momento em que se tornar titular da Participação Relevante; e (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a Participação Relevante, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da notificação de que trata o item (a) deste Parágrafo.	
§2º Para fins do cálculo do limite de 20% (vinte por cento) previsto no <i>caput</i> deste Artigo, excluem-se as ações em tesouraria detidas pela Companhia.	§2º Para fins do cálculo do limite de 20% (vinte por cento) previsto no <i>caput</i> deste Artigo, excluem-se as ações em tesouraria detidas pela Companhia.	§2º Para fins do cálculo do limite de 20% (vinte por cento) previsto no <i>caput</i> deste Artigo, excluem-se as ações em tesouraria detidas pela Companhia.	N/A
§3º A oferta de que trata este Artigo não será obrigatória caso algum acionista, acionistas unidos por acordo de voto registrado na Companhia, ou acionistas entre os quais haja relação de controle ou que estejam sob controle comum, sejam titulares de mais da metade do capital social no momento da aquisição da Participação Relevante, excluindo-se para efeitos deste cálculo as ações em tesouraria detidas pela Companhia.	§3º A oferta de que trata este Artigo não será obrigatória caso algum acionista, acionistas unidos por acordo de voto registrado na Companhia, ou acionistas entre os quais haja relação de controle ou que estejam sob controle comum, sejam titulares de mais da metade do capital social no momento da aquisição da Participação Relevante, excluindo-se para efeitos deste cálculo as ações em tesouraria detidas pela Companhia.	§3º A oferta de que trata este Artigo não será obrigatória caso algum acionista, acionistas unidos por acordo de voto registrado na Companhia, ou acionistas entre os quais haja relação de controle ou que estejam sob controle comum, sejam titulares de mais da metade do capital social no momento da aquisição da Participação Relevante, excluindo-se para efeitos deste cálculo as ações em tesouraria detidas pela Companhia.	N/A
§4º A obrigação de realizar oferta de que trata o <i>caput</i> deste Artigo não incidirá caso incida a obrigação de realizar a oferta de que trata o Artigo 44.	§4º A obrigação de realizar oferta de que trata o <i>caput</i> deste Artigo não incidirá caso incida a obrigação de realizar a oferta de que trata o Artigo 44.	§4º A obrigação de realizar oferta de que trata o <i>caput</i> deste Artigo não incidirá caso incida a obrigação de realizar a oferta de que trata o Artigo 44.	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
Seção III – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado	Seção III – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado	Seção III – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado	N/A
Artigo 46. O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, por preço justo, a qual deverá observar os procedimentos e as exigências estabelecidas na Lei nº 6.404/76 e na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.	Artigo 46. O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, por preço justo, a qual deverá observar os procedimentos e as exigências estabelecidas na Lei nº 6.404/76 e na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.	Artigo 46. O cancelamento do registro de companhia aberta deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações, por preço justo, a qual deverá observar os procedimentos e as exigências estabelecidas na Lei nº 6.404/76 e na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.	N/A
Artigo 47. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deverá observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.	Artigo 47. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deverá observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.	Artigo 47. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deverá observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.	N/A
Artigo 48. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e ressalvado o disposto no Artigo 49 abaixo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela	Artigo 48. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e ressalvado o disposto no Artigo 49 abaixo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela	Artigo 48. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e ressalvado o disposto no Artigo 49 abaixo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:	CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:	públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:	
a) o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no Artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e na regulamentação aplicável da CVM; e	a) o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no Artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e na regulamentação aplicável da CVM; e	a) o preço ofertado deverá ser justo, calculado de acordo com os parâmetros estabelecidos no Artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e na regulamentação aplicável da CVM; e	N/A
b) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.	b) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.	b) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.	N/A
Parágrafo Único – Para fins do Artigo 48, “b”, deste Estatuto Social, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.	Parágrafo Único – Para fins do Artigo 48, “b”, deste Estatuto Social, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.	Parágrafo Único – Para fins do Artigo 48, “b”, deste Estatuto Social, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de companhia aberta para cancelamento de registro.	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p>Artigo 49. A saída voluntária do Novo Mercado, de que trata o Artigo 48 acima, poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada:</p> <p>a) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação; ou</p> <p>b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.</p>	<p>Artigo 49. A saída voluntária do Novo Mercado, de que trata o Artigo 48 acima, poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada:</p> <p>a) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação; ou</p> <p>b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.</p>	<p>Artigo 49. A saída voluntária do Novo Mercado, de que trata o Artigo 48 acima, poderá ocorrer, independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, que deverá ser instalada:</p> <p>a) em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação; ou</p> <p>b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.</p>	N/A
<p>Parágrafo Único - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações, na forma do caput deste Artigo, deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.</p>	<p>Parágrafo Único - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações, na forma do caput deste Artigo, deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.</p>	<p>Parágrafo Único - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações, na forma do caput deste Artigo, deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.</p>	N/A.
<p>Artigo 50. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei nº 6.404/76 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível</p>	<p>Artigo 50. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei nº 6.404/76 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível</p>	<p>Artigo 50. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei nº 6.404/76 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível</p>	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.	compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.	compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.	
Artigo 51. – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.	Artigo 51. – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.	Artigo 51. – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.	N/A

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO X Do Juízo Arbitral</p> <p>Artigo 52. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO X Do Juízo Arbitral</p> <p>Artigo 52. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO X Do Juízo Arbitral</p> <p>Artigo 52. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissora, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.</p>	<p>Ajustes de numeração e para adequação ao novo Regulamento do Novo Mercado.</p>

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
<p align="center">CAPÍTULO XI Exercício Social</p> <p>Artigo 53. O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.</p>	<p align="center">CAPÍTULO XI Exercício Social</p> <p>Artigo 53. O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.</p>	<p align="center">CAPÍTULO XI Exercício Social</p> <p>Artigo 53. O exercício social tem início em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.</p>	Ajuste de numeração.
<p>Artigo 54. Levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras do exercício e após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>§ 1º O lucro remanescente terá a seguinte destinação:</p>	<p>Artigo 54. Levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras do exercício e após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>§ 1º O lucro remanescente terá a seguinte destinação:</p>	<p>Artigo 54. Levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras do exercício e após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>§ 1º O lucro remanescente terá a seguinte destinação:</p>	Ajuste de numeração e adequação de redação para refletir que o lucro líquido será ajustado pela reserva legal e o lucro remanescente servirá como base para cálculo do dividendo obrigatório e da constituição da reserva estatutária de investimentos, refletindo o disposto na Lei das S.A.
a) 50% (cinquenta por cento) para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;	a) 50% (cinquenta por cento) para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;	a) 50% (cinquenta por cento) para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;	Ajuste de numeração.
b) por proposta dos órgãos da administração, até 50% (cinquenta por cento) para a constituição da reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do	b) por proposta dos órgãos da administração, até 50% (cinquenta por cento) para a constituição da reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do	b) por proposta dos órgãos da administração, até 50% (cinquenta por cento) para a constituição da reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do	Ajuste de numeração e ajuste para adequar o percentual ao total do lucro remanescente a ser destinado a reserva estatutária para investimentos.

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; e	patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; e	patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; e	
c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.	c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.	c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observada a proposta do Conselho de Administração.	Ajuste de numeração.
§ 2º A Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	§ 2º A Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	§ 2º A Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	Ajuste de numeração e ajuste para refletir menção genérica à Assembleia Geral.

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
§ 3º Prescrevem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 (três) anos a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.	§ 3º Prescrevem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 (três) anos a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.	§ 3º Prescrevem em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 (três) anos a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas.	Ajuste de numeração.
<p>CAPÍTULO XII Disposições Gerais</p> <p>Artigo 55. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará durante o seu processamento.</p>	<p>CAPÍTULO XII Disposições Gerais</p> <p>Artigo 55. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará durante o seu processamento.</p>	<p>CAPÍTULO XII Disposições Gerais</p> <p>Artigo 55. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará durante o seu processamento.</p>	Ajuste de numeração.
Artigo 56. As atas de Assembleias Gerais, assim como as de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, serão emitidas mecanicamente, em folhas soltas e assinadas pelos presentes, para posterior encadernação. Quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas.	Artigo 56. As atas de Assembleias Gerais, assim como as de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, serão emitidas mecanicamente, em folhas soltas e assinadas pelos presentes, para posterior encadernação. Quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas.	Artigo 56. As atas de Assembleias Gerais, assim como as de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, serão emitidas mecanicamente, em folhas soltas e assinadas pelos presentes, para posterior encadernação. Quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas.	Ajuste de numeração.
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	A exclusão do capítulo de definições tem por objetivo simplificar o Estatuto Social da Companhia.
Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	Não há disposição correspondente.	A exclusão do capítulo de definições tem por objetivo simplificar o Estatuto Social da

Redação Atual	Redação Proposta	Redação Comparada	Comentários/Justificativas sobre as Alterações Propostas
			Companhia.



ANEXO II – DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ultrapar Participações S.A

*Demonstrações financeiras da
Controladora e Consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e
Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras*

KPMG Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	1 - 6
Balancos Patrimoniais	7 - 8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11 - 12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	13 - 14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	16 - 132



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do

Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ágio sobre combinação de negócios

Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro a Companhia é requerida a efetuar anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura ("goodwill"). A aquisição das operações da Imifarma Produtos Farmacêuticos S.A. (Extrafarma), resultou em reconhecimento de ágio no montante de R\$ 661.553 mil, conforme divulgado na nota explicativa no. 15, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou redução ao valor recuperável no montante de R\$ 593.280 mil referente ao ágio registrado na Extrafarma.</p> <p>A avaliação de necessidade ou não de redução do valor recuperável é suportada por estimativa de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração, que são baseados em metodologias e premissas que envolvem estimativas, tais como: taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos e capital de</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativas a identificação e mensuração do valor recuperável da unidade geradora de caixa onde o ágio está alocado. - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da metodologia adotada pela Companhia e as premissas utilizadas no cálculo dos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, comparação com informações históricas e teste da precisão aritmética das formulas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado. - Avaliação da análise de sensibilidade das premissas significativas e comparação com os orçamentos aprovados no período anterior com os valores reais apurados no exercício corrente. - Comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa

<p>giro futuros e taxas de descontos . As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>descontados, com o valor contábil e avaliação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do ágio sobre combinação de negócios e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
---	--

Realização dos tributos ativos diferidos

Veja a Nota 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos fiscais diferidos no equivalente a R\$ 1.076.223 mil, dos quais R\$ 278.140 mil são relativos a diferenças temporárias e R\$ 798.083 mil são relativos a prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>As estimativas de geração de lucros tributáveis futuros incluem a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos, que envolvem elevado grau de complexidade e julgamentos que impactam a expectativa de realização dos tributos ativos diferidos nos próximos exercícios. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativos a realização dos impostos diferidos registrados. - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e dados utilizados pela Companhia na preparação do estudo de lucros tributáveis futuros considerando as projeções de fluxos de caixa futuros. - Avaliação da precisão dos saldos registrados com o auxílio dos nossos especialistas em tributos; - Comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados no exercício corrente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e

	<p>consolidadas consideram todas as informações relevantes referentes aos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor dos impostos diferidos ativos registrados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
--	--

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Márcio Serpejante Peppe

Contador CRC 1SP233011/O-8

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	42.580	172.315	2.115.379	3.938.951
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4.b	95.829	565.930	3.090.212	2.853.106
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.635.834	4.069.307
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	436.188	367.262
Estoques	6	-	-	3.715.560	3.354.532
Tributos a recuperar	7.a	-	-	1.122.335	639.699
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	49.750	39.705	325.343	257.182
Dividendos a receber		3.074	260.483	3.630	1.064
Demais contas a receber		4.258	1.527	36.765	58.561
Despesas antecipadas	10	2.135	1.962	111.355	187.570
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	465.454	484.473
Total do ativo circulante		197.626	1.041.922	15.058.055	16.211.707
Não circulante					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4.b	-	-	506.506	202.349
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	53.666	81.569
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	364.748	348.268
Sociedades relacionadas	8.a	759.123	761.288	490	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	41.613	14.034	653.694	514.187
Tributos a recuperar	7.a	-	-	767.360	747.180
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	39.447	48.685	104.947	105.602
Depósitos judiciais	22.a	17	-	921.443	881.507
Ativo de indenização - combinação de negócios	22.c	-	-	193.496	194.719
Demais contas a receber		-	-	3.430	1.411
Despesas antecipadas	10	255	30	69.216	399.095
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	1.000.535	1.034.004
Total do ativo realizável a longo prazo		840.455	824.037	4.639.531	4.510.381
Investimentos					
Controladas	12.a	10.058.456	9.509.480	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	12.b	18.792	20.118	153.076	101.954
Coligadas	12.c	-	-	25.750	24.338
Outros		-	-	2.793	2.795
		10.077.248	9.529.598	181.619	129.087
Ativos de direito de uso, líquido	13	5.799	-	1.980.912	-
Imobilizado, líquido	14	2.532	-	7.572.762	7.278.865
Intangível, líquido	15	246.163	246.163	1.762.593	2.369.355
Total do ativo não circulante		11.172.197	10.599.798	16.137.417	14.287.688
Total do ativo		11.369.823	11.641.720	31.195.472	30.499.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	16	-	-	867.871	2.007.430
Debêntures	16.g	28.713	34.504	249.570	263.718
Fornecedores	17	2.173	272	2.158.478	2.551.607
Fornecedores - convênio	17	-	-	541.593	180.070
Salários e encargos sociais	18	958	228	405.636	428.192
Obrigações tributárias	19	389	11.563	269.922	268.005
Dividendos a pagar	26.h	14.689	282.334	16.694	284.024
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	9.238	164.757	55.477
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	28.951	45.655
Provisão para retirada de tanques	21	-	-	3.847	4.382
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a	-	-	40.455	77.822
Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros	23	-	-	-	3.501
Arrendamento a pagar	13	144	-	206.396	2.849
Demais contas a pagar		3	3.975	213.273	137.494
Receita diferida	24	-	-	27.626	26.572
Total do passivo circulante		47.069	342.114	5.195.069	6.336.798
Não circulante					
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	16	-	-	6.907.113	6.487.400
Debêntures	16.g	1.723.368	1.722.450	6.368.168	6.401.535
Sociedades relacionadas	8.a	4.220	5.158	3.925	4.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	7.531	9.297
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	243.916	204.160
Provisão para retirada de tanques	21	-	-	47.395	50.285
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a; 22.c	399	798	884.140	865.249
Arrendamento a pagar	13	5.855	-	1.382.277	43.217
Receita diferida	24	-	-	-	11.850
Bônus de subscrição - indenização	25	130.657	123.095	130.657	123.095
Demais contas a pagar		-	-	190.106	162.409
Total do passivo não circulante		1.864.499	1.851.501	16.165.228	14.362.568
Patrimônio líquido					
Capital social	26.a; 26.f	5.171.752	5.171.752	5.171.752	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	26.b	11.970	4.309	11.970	4.309
Reserva de capital	26.d	542.400	542.400	542.400	542.400
Ações em tesouraria	26.c	(485.383)	(485.383)	(485.383)	(485.383)
Reserva de reavaliação de controladas	26.e	4.522	4.712	4.522	4.712
Reservas de lucros	26.f	3.995.414	4.099.092	3.995.414	4.099.092
Ajustes de avaliação patrimonial	26.g.1	(146.317)	(63.989)	(146.317)	(63.989)
Ajustes acumulados de conversão	26.g.2	102.427	65.857	102.427	65.857
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	26.h	261.470	109.355	261.470	109.355
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		9.458.255	9.448.105	9.458.255	9.448.105
Acionistas não controladores de controladas		-	-	376.920	351.924
Total do patrimônio líquido		9.458.255	9.448.105	9.835.175	9.800.029
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.369.823	11.641.720	31.195.472	30.499.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas e serviços	27	-	-	89.297.975	90.697.983
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	-	-	(83.187.109)	(84.537.368)
Lucro bruto		-	-	6.110.866	6.160.615
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	28	-	-	(2.610.384)	(2.601.617)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(30.003)	(69.250)
Gerais e administrativas	28	-	-	(1.726.253)	(1.625.839)
Resultado na venda de bens	29	-	-	(30.019)	(22.088)
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	15.a; 29	-	-	(593.280)	-
Outros resultados operacionais, líquidos	30	312	(313)	179.625	57.533
Lucro operacional		312	(313)	1.300.552	1.899.354
Equivalência patrimonial	12	394.793	1.174.985	(12.145)	(14.779)
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social		395.105	1.174.672	1.288.407	1.884.575
Receitas financeiras	31	73.201	146.137	457.289	681.235
Despesas financeiras	31	(122.359)	(119.900)	(964.143)	(794.771)
Resultado financeiro líquido		(49.158)	26.237	(506.854)	(113.536)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		345.947	1.200.909	781.553	1.771.039
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9.b; 9.c	-	(35.363)	(476.074)	(476.302)
Diferido	9.b	27.579	(15.125)	97.465	(162.417)
		27.579	(50.488)	(378.609)	(638.719)
Lucro líquido do exercício		373.526	1.150.421	402.944	1.132.320
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		373.526	1.150.421	373.526	1.150.421
Acionistas não controladores de controladas		-	-	29.418	(18.101)
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social (média ponderada anual) - R\$					
Básico	32	0,3438	1,0611	0,3438	1,0611
Diluído	32	0,3422	1,0541	0,3422	1,0541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício		373.526	1.150.421	402.944	1.132.320
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	(51.340)	(213.916)	(51.319)	(213.937)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	(978)	(2.329)	(978)	(2.329)
Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos dos efeitos do <i>hedge</i> de investimentos e de imposto de renda e contribuição social	26.g.2	36.570	12.796	36.570	12.796
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	(23.219)	(1.193)	(29.996)	(5.282)
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	(6.791)	(1.375)	(6.791)	(1.375)
Resultado abrangente do exercício		<u>327.768</u>	<u>944.404</u>	<u>350.430</u>	<u>922.193</u>
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		327.768	944.404	327.768	944.404
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	22.662	(22.211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

Reservas de lucros															Patrimônio líquido atribuível a:		
	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatório	Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	Patrimônio líquido total		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.171.752	4.309	542.400	(485.383)	4.712	686.665	3.412.427	(63.989)	65.857	-	109.355	9.448.105	351.924	9.800.029		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	373.526	-	373.526	29.418	402.944		
Outros resultados abrangentes																	
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social		26.g.1	-	-	-	-	-	-	(52.318)	-	-	-	(52.318)	21	(52.297)		
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social		26.g.1	-	-	-	-	-	-	(30.010)	-	-	-	(30.010)	(6.777)	(36.787)		
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos		26.g.2	-	-	-	-	-	-	-	36.570	-	-	36.570	-	36.570		
Resultado abrangente do exercício			-	-	-	-	-	-	(82.328)	36.570	373.526	-	327.768	22.662	350.430		
Transação com sócios - ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno Nordeste		3.b.2	-	-	-	-	-	-	-	-	1.489	-	1.489	(1.489)	-		
Instrumento patrimonial outorgado		26.b	-	7.661	-	-	-	-	-	-	-	-	7.661	-	7.661		
Realização da reserva de reavaliação		26.e	-	-	-	-	(190)	-	-	-	190	-	-	-	-		
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas		26.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)	-	(31)	-	(31)		
Transferência para reserva estatutária			-	-	-	-	-	1.648	-	-	(1.648)	-	-	-	-		
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(993)	(993)		
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste		3.b.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.180)	(2.180)		
Aumento de capital realizado por acionista não-controladores da Iconic			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.996	6.996		
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.355)	(109.355)	-	(109.355)		
Destinação do resultado líquido:																	
Reserva legal		26.f; 26.h	-	-	-	-	18.676	-	-	-	(18.676)	-	-	-	-		
Dividendos intermediários (R\$ 0,20 por ação)		26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	(217.382)	-	(217.382)	-	(217.382)		
Dividendos propostos (R\$ 0,24 por ação)		26.h	-	-	-	-	-	(124.002)	-	-	(137.468)	261.470	-	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.171.752	11.970	542.400	(485.383)	4.522	705.341	3.290.073	(146.317)	102.427	-	261.470	9.458.255	376.920	9.835.175		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão			Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		5.171.752	536	549.778	(482.260)	4.930	629.144	3.000.707	154.824	53.061	-	163.742	9.246.214	377.824	9.624.038
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.150.421	-	1.150.421	(18.101)	1.132.320
Outros resultados abrangentes															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(216.245)	-	-	-	(216.245)	(21)	(216.266)
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(2.568)	-	-	-	(2.568)	(4.089)	(6.657)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do <i>hedge</i> de investimentos	26.g.2	-	-	-	-	-	-	-	-	12.796	-	-	12.796	-	12.796
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(218.813)	12.796	1.150.421	-	944.404	(22.211)	922.193
Instrumento patrimonial outorgado	26.b	-	3.773	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.773	-	3.773
Plano de ações	8.c; 26.c	-	-	(7.378)	(3.123)	-	-	-	-	-	-	-	(10.501)	-	(10.501)
Realização da reserva de reavaliação	26.e	-	-	-	-	(218)	-	-	-	-	218	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	26.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	-	(3)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.170	-	3.170	-	3.170
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	3.385	-	-	(3.385)	-	-	-	-
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.689)	(3.689)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(163.742)	(163.742)	-	(163.742)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	26.f; 26.h	-	-	-	-	-	57.521	-	-	-	(57.521)	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,56 por ação)	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(304.241)	-	(304.241)	-	(304.241)
Dividendos propostos (R\$ 0,70 por ação)	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.324)	109.355	(270.969)	-	(270.969)
Reserva estatutária	26.f; 26.h	-	-	-	-	-	-	408.335	-	-	(408.335)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.171.752	4.309	542.400	(485.383)	4.712	686.665	3.412.427	(63.989)	65.857	-	109.355	9.448.105	351.924	9.800.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		373.526	1.150.421	402.944	1.132.320
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	12	(394.793)	(1.174.985)	12.145	14.779
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	355.250	371.825
Amortização de ativos de direito de uso	13.a	-	-	300.058	-
Depreciações e amortizações	14; 15	-	-	844.647	812.489
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	14; 15	-	-	14.918	15.721
Juros, variações monetárias e cambiais		65.346	1.776	1.248.741	1.026.515
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(27.579)	15.125	(97.465)	162.417
Resultado na venda de bens	29	-	-	30.019	22.088
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	15.a; 29	-	-	593.280	-
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	5	-	-	30.003	69.250
Provisão para perda em estoques	6	-	-	(816)	(1.498)
Provisão para benefício pós-emprego	20.b	-	-	10.682	4.854
Instrumento patrimonial outorgado	8.c	-	-	7.661	3.773
Demais provisões e ajustes		-	(6)	2.364	(3.908)
		16.500	(7.669)	3.754.431	3.630.625
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	-	361.563	(355.854)
Estoques	6	-	-	(357.553)	168.704
Impostos a recuperar	7	(10.045)	(6.635)	(550.805)	(11.467)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		1.521.209	528.778	4.108	42.436
Seguro e demais contas a receber		(2.731)	877	21.737	(14.536)
Despesas antecipadas	10	(173)	(365)	(15.507)	(37.525)
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Fornecedores	17	1.901	(190)	(31.605)	576.164
Salários e encargos sociais	18	730	(16)	(22.556)	40.074
Obrigações tributárias	19	(11.174)	11.220	1.917	46.476
Imposto de renda e contribuição social		(9.238)	9.238	250.486	166.527
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	(16.704)	15.596
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a	-	-	(37.367)	13.272
Seguro e demais contas a pagar		(3.970)	(3.466)	66.819	(59.237)
Receita diferida	24	-	-	1.054	8.159
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	-	11.422	(99.622)
Impostos a recuperar	7	9.238	-	(19.526)	(539.539)
Depósitos judiciais		(17)	148	(39.936)	(58.757)
Demais contas a receber		-	-	(797)	6.350
Despesas antecipadas	10	(225)	(30)	(4.379)	(58.735)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	(15.415)	(8.457)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a; 22.c	(399)	(184)	18.891	11.811
Demais contas a pagar		(939)	(2.818)	27.698	(4.397)
Receita diferida	24	-	-	(11.850)	(1.046)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	(330.068)	(390.177)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(141.206)	(197.886)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.510.667	528.888	2.924.852	2.888.959
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	4.b	470.101	(544.273)	(555.378)	(1.669.937)
Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	3.c	-	-	-	3.662
Aquisição de imobilizado	14	(2.532)	-	(1.020.042)	(1.178.312)
Aquisição de intangível	15	-	-	(151.997)	(237.593)
Aquisição de controlada	3.c	-	-	-	(103.373)
Aporte de capital em controlada	12.a	(1.453.964)	-	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	12.b	-	-	(79.124)	(31.908)
Redução de capital em coligadas	12.c	-	-	-	1.250
Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso	13	-	-	(68.007)	-
Receita com a venda de bens	29	-	-	39.287	38.578
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(986.395)	(544.273)	(1.835.261)	(3.177.633)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Financiamentos e debêntures					
Captação	16	-	1.721.596	2.105.737	4.461.112
Amortização	16	-	(800.336)	(2.644.704)	(3.710.718)
Juros pagos	16	(112.675)	(86.806)	(1.469.780)	(737.564)
Contraprestação de arrendamento	13	-	-	(321.716)	(5.120)
Dividendos pagos	26.h	(594.381)	(789.378)	(596.436)	(808.603)
Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste	3.b.2	-	-	(2.180)	-
Aumento de capital realizado por acionistas não-controladores da Iconic		-	-	6.996	-
Compra de ações em tesouraria	24.c	-	(6.526)	-	-
Sociedades relacionadas	8.a	53.049	55.976	(146)	(114)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(654.007)	94.526	(2.922.229)	(801.007)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira		-	-	9.066	26.628
(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa		(129.735)	79.141	(1.823.572)	(1.063.053)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.a	172.315	93.174	3.938.951	5.002.004
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.a	42.580	172.315	2.115.379	3.938.951
Transações sem efeito caixa:					
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	13.a	-	-	334.857	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota	Controladora				Consolidado			
	explicativa	31/12/2019	%	31/12/2018	%	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Receitas									
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e <i>royalties</i>	27	-		-		95.034.980		95.297.114	
Abatimentos, descontos e devoluções	27	-		-		(1.494.814)		(1.342.799)	
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa		-		-		(30.003)		(69.250)	
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-		-		(355.250)		(371.825)	
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	29; 30	-		-		149.606		35.445	
		-		-		93.304.519		93.548.685	
Insumos adquiridos de terceiros									
Matérias-primas consumidas		-		-		(5.621.164)		(6.173.615)	
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-		-		(77.651.614)		(78.330.739)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		12.255		7.306		(2.657.370)		(2.351.100)	
Redução ao valor recuperável de ativos " <i>impairment</i> "	15.a; 29	-		-		(593.280)		-	
Provisão para perda de valores de ativos		-		-		(29.876)		(23.141)	
		12.255		7.306		(86.553.304)		(86.878.595)	
Valor adicionado bruto		12.255		7.306		6.751.215		6.670.090	
Retenções									
Depreciações e amortizações	14; 15	-		-		(1.144.705)		(812.489)	
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	14; 15	-		-		(14.918)		(15.721)	
		-		-		(1.159.623)		(828.210)	
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		12.255		7.306		5.591.592		5.841.880	
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	12	394.793		1.174.985		(12.145)		(14.779)	
Aluguéis e <i>royalties</i>	27	-		-		144.354		143.090	
Receitas financeiras	31	73.201		146.137		457.289		681.235	
		467.994		1.321.122		589.498		809.546	
Valor adicionado total a distribuir		480.249		1.328.428		6.181.090		6.651.426	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		9.890	2	6.218	-	2.098.706	34	2.187.994	33
Impostos, taxas e contribuições		(23.016)	(5)	66.114	5	2.798.355	45	2.312.328	35
Despesas financeiras e aluguéis		119.849	25	105.675	8	881.085	14	1.018.784	15
Dividendos distribuídos		354.850	74	684.565	52	355.843	6	688.254	10
Lucros retidos		18.676	4	465.856	35	47.101	1	444.066	7
Valor adicionado distribuído		480.249	100	1.328.428	100	6.181.090	100	6.651.426	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 33.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pela adoção do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 16/CPC 06 (R2) em 1 de janeiro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 2.h e y.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 33.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado a medida que as obrigações de desempenho são cumpridas ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado em despesas gerais e administrativas e totalizaram R\$ 61.589 em 2019 (R\$ 63.085 em 2018).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 34.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5 e 34.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) para a duração do contrato, quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes as outorgas de concessões portuárias (vide nota explicativa nº 35.c).

As controladas da Sociedade aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

s. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 102.427 de ganho cambial (R\$ 65.857 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2018), vide nota explicativa nº 26.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiteno México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiteno Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai

(i) A controlada Oxiteno Uruguay S.A. (“Oxiteno Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2019 totalizou R\$ 2.444 (ganho de R\$ 4.090 em 2018).

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.l, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 34), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 34.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) (vide nota explicativa nº 15.a).

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do IFRS 16/ CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos das controladas da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas demonstrações financeiras:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros dos arrendamentos; e
- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 7/ CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ ICPC 03;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial dos ativos de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os efeitos da adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2):

	01/01/2019
Ativo circulante	
Despesa antecipada	(39.066)
Ativo não circulante	
Despesa antecipada	(288.630)
Ativos de direito de uso	1.731.427
Intangível	(39.928)
Total do ativo	<u>1.363.803</u>
Passivo circulante	
Arrendamentos a pagar	13.827
Passivo não circulante	
Arrendamentos a pagar	1.349.976
Total do passivo	<u>1.363.803</u>

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento mercantil estão concluídas.

Para fins de mensuração, a Sociedade utilizou uma taxa de desconto nominal e estimou os fluxos de pagamentos pela parcela bruta de impostos.

(ii) IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

O IFRIC 23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

Na avaliação da administração da Sociedade, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC 23/ICPC 22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Sociedade em 19 de fevereiro de 2020.

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

			% participação no capital social			
			31/12/2019		31/12/2018	
			Controle		Controle	
	Localidade	Segmento	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ilhas Virgens						
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio ⁽²⁾	Brasil	Oxiten	-	-	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
Ilhas Virgens						
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A. ⁽³⁾	Venezuela	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. ⁽⁴⁾	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (1) Empresa não operacional em fase de extinção.
- (2) Em 30 de abril de 2019, as acionistas da Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten Nordeste”) aprovaram o resgate da totalidade das ações preferenciais classe “B” de sua emissão, com o consequente cancelamento. Em 2 de dezembro, visando a simplificação societária, a controlada Oxiten Nordeste foi incorporada pela controladora Oxiten S.A. Indústria e Comércio (“Oxiten S.A.”).
- (3) Em 15 de outubro de 2019, a controlada Oxiten S.A. aprovou a baixa de ativos da Oxiten Andina C.A. (“Oxiten Andina”).
- (4) Companhia constituída em 20 de maio de 2019 devido a licitação do porto de Vila do Conde (vide nota explicativa nº 35.c).

c. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

A Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), adquiriu a totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”). Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação. Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 34.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 5.712.097 em 2019 (R\$ 6.994.406 em 2018) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	381	381	182.237	117.231
Em moeda estrangeira	-	-	102.755	88.251
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	42.199	171.934	1.780.939	3.722.308
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	49.448	11.161
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>42.580</u>	<u>172.315</u>	<u>2.115.379</u>	<u>3.938.951</u>

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	95.829	565.930	2.610.686	2.537.315
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	303.417	154.811
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	682.615	363.329
Total de aplicações financeiras	<u>95.829</u>	<u>565.930</u>	<u>3.596.718</u>	<u>3.055.455</u>
Circulante	95.829	565.930	3.090.212	2.853.106
Não circulante	-	-	506.506	202.349

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 34.i).

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes nacionais	3.867.902	4.290.996
Clientes estrangeiros	226.484	244.960
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(404.886)</u>	<u>(385.080)</u>
	<u>3.689.500</u>	<u>4.150.876</u>
Circulante	3.635.834	4.069.307
Não circulante	53.666	81.569

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	4.094.386	3.199.315	159.350	27.320	12.245	61.489	634.667
31/12/2018	4.535.956	3.739.601	121.622	53.864	49.629	84.920	486.320

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	404.886	28.861	1.456	1.625	3.749	23.698	345.497
31/12/2018	385.080	39.226	4.094	3.754	5.533	46.783	285.690

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	347.801
Adições	287.566
Baixas	<u>(250.287)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	385.080
Adições	189.192
Baixas	<u>(169.386)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>404.886</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Financiamentos a clientes – Ipiranga	956.942	855.229
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(156.006)	(139.699)
	<u>800.936</u>	<u>715.530</u>
Circulante	436.188	367.262
Não circulante	364.748	348.268

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

		Vencidos					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	956.942	644.488	26.262	10.481	12.616	30.144	232.951
31/12/2018	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783	165.755

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

		Vencidos					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	156.006	21.337	2.519	1.063	1.313	14.639	115.135
31/12/2018	139.699	26.982	1.250	1.642	1.131	12.176	96.518

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	104.977
Adições	<u>34.722</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.699
Adições	30.601
Baixas	<u>(14.294)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>156.006</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.843.257	(2.073)	1.841.184	1.367.015	(1.804)	1.365.211
Produtos acabados	541.689	(22.048)	519.641	581.504	(20.923)	560.581
Produtos em elaboração	1.971	-	1.971	1.412	-	1.412
Matérias-primas	365.960	(2.552)	363.408	383.161	(1.894)	381.267
Gás liquefeito de petróleo - GLP	101.715	(5.761)	95.954	109.362	(5.761)	103.601
Materiais de consumo e outros itens para revenda	140.058	(2.587)	137.471	150.188	(3.770)	146.418
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	549.191	(2.877)	546.314	583.060	(5.364)	577.696
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	183.170	(2.719)	180.451	193.928	(2.964)	190.964
Imóveis para revenda	29.273	(107)	29.166	27.489	(107)	27.382
	<u>3.756.284</u>	<u>(40.724)</u>	<u>3.715.560</u>	<u>3.397.119</u>	<u>(42.587)</u>	<u>3.354.532</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.099
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	600
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	3.903
Oxitenos Andina ⁽ⁱ⁾	985
Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.587
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(5.174)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	4.296
Oxitenos Andina ⁽ⁱⁱ⁾	(985)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.724

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitenos Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019).

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se à baixa de ativos da Oxitenos Andina (vide nota explicativa nº 3.b.3).

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste ao valor de realização	15.243	21.402
Obsolescência e outras perdas	25.481	21.185
Total	40.724	42.587

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS (a.1)	914.066	710.669
Provisão para perdas de ICMS (a.1)	(41.396)	(99.187)
PIS e COFINS (a.2)	930.570	720.731
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	29.707	31.678
Outros	56.748	22.988
Total	1.889.695	1.386.879
Circulante	1.122.335	639.699
Não circulante	767.360	747.180

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”) possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos. A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores das Controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas.

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. As controladas Extrafarma, Tequimar e Oxiteno S.A. possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos (vide nota explicativa nº 20.d.1).

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por IRPJ e da CSLL a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL	89.197	88.390	430.290	362.784
Total	89.197	88.390	430.290	362.784
Circulante	49.750	39.705	325.343	257.182
Não circulante	39.447	48.685	104.947	105.602

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro ¹
	Debêntures ¹	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	759.123	-	50.884
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	4.220	-
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>759.123</u>	<u>4.220</u>	<u>50.884</u>

	Ativo	Passivo		Resultado Financeiro ¹
	Debêntures ¹	Demais contas a pagar ²	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	54.702
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.975	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>761.288</u>	<u>3.975</u>	<u>5.158</u>	<u>54.702</u>

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao DI.

⁽²⁾ Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875
Outros	<u>490</u>	<u>1.050</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>490</u>	<u>3.925</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.146
Total em 31 de dezembro de 2018	490	4.071

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.545	1	18.565	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	264.602	-	1.019.108	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	739	113	7.385	121	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	124	-	-	1.477
Total em 31 de dezembro de 2019	739	266.384	7.386	1.037.794	1.477

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	567	6	9.032	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	24.630	-	1.008.860	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.042	136	3.844	186	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	117	-	-	1.469
Total em 31 de dezembro de 2018	1.042	25.450	3.850	1.018.078	1.469

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.i.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração de curto prazo	41.659	36.504
Remuneração em ações	9.881	1.407
Benefício pós-emprego	2.640	2.278
Benefício de rescisão do cargo	-	905
Total	<u>54.180</u>	<u>41.094</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O CA da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	200.000	2022 a 2024	34,00	9.378	(4.513)	4.865
4 de março de 2016	380.000	2021 a 2023	32,72	17.147	(11.164)	5.983
10 de dezembro de 2014	533.324	2019 a 2021	25,32	27.939	(23.967)	3.972
5 de março de 2014	111.200	2020 a 2021	26,08	5.999	(5.610)	389
7 de novembro de 2012	-	2019	21,45	16.139	(16.139)	-
	<u>1.224.524</u>			<u>76.602</u>	<u>(61.393)</u>	<u>15.209</u>

Em 2019, a amortização de R\$ 10.321 (R\$ 3.922 em 2018) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.366.796
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(433.332)
Ações transferidas aos administradores	(233.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.700.128
Ações transferidas aos administradores	(475.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.224.524</u>

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	12.642	(4.741)	7.901
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	75.876	2020 a 2022	38,19	5.014	(2.850)	2.164
Restritas e performance	4 de abril de 2018	184.076	2021 a 2023	34,35	12.066	(5.539)	6.527
Restritas	19 de setembro de 2018	160.000	2024	19,58	4.321	(900)	3.421
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.030	(423)	1.607
Restritas e performance	3 de abril de 2019	558.708	2022 a 2024	23,25	24.096	(4.729)	19.367
Restritas	2 de setembro de 2019	440.000	2025	16,42	10.074	(560)	9.514
		<u>1.738.660</u>			<u>70.243</u>	<u>(19.742)</u>	<u>50.501</u>

Em 2019, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 12.893 em relação ao Plano (R\$ 6.001 em 2018).

Saldo em 31 de dezembro de 2017	332.540
Ações outorgadas em 9 de abril de 2018	207.184
Ações outorgadas em 19 de setembro de 2018	160.000
Ações outorgadas em 24 de setembro de 2018	80.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(39.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>739.952</u>
Ações outorgadas em 3 de abril de 2019	567.876
Ações outorgadas em 2 de setembro de 2019	440.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(9.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>1.738.660</u></u>

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	72.377	116.191
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	150.085	154.516
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	92.199	85.575
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	224.065	147.376
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	8.161	12.258
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.745	75.838
Provisão para retirada de tanques	-	-	14.762	15.801
Provisão para fornecedores	439	-	35.214	38.339
Provisão para participação nos lucros e bônus	-	-	44.818	49.621
Operações de arrendamento mercantil	-	-	19.003	-
Variação do valor justo do bônus de subscrição	-	-	16.338	13.700
Demais provisões	16.542	14.034	45.316	42.694
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (d)	24.632	-	278.140	208.036
Total	41.613	14.034	1.076.223	959.945
Compensações de saldos passivos	-	-	(422.529)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no ativo	41.613	14.034	653.694	514.187
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.866	1.981
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.356	2.858
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	257.718	138.332
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	39.186	187.845
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	114.125	117.352
Demais provisões	-	-	14.809	6.687
Total	-	-	430.060	455.055
Compensações de saldos ativos	-	-	(422.529)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	7.531	9.297

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	14.034	29.159	504.890	530.419
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	27.579	(15.125)	97.465	(162.417)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	40.497	133.124
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (i)	-	-	-	1.054
Outros	-	-	3.311	2.710
Saldo final	41.613	14.034	646.163	504.890

(i) Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	13.209	178.127
De 1 a 2 anos	4.211	54.814
De 2 a 3 anos	4.265	141.105
De 3 a 5 anos	8.652	136.029
De 5 a 7 anos	6.354	353.806
De 7 a 10 anos	4.922	212.342
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	41.613	1.076.223

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade, aprovados pelo CA, que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de *commodities*, entre outros. O saldo de R\$ 1.076.223 foi suportado pelo estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e pelo Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) e aprovado pelo CA da Sociedade.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	(48.846)	25.924	793.698	1.785.818
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	16.608	(8.814)	(269.857)	(607.178)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	11.023	(372)	(68.795)	(82.784)
Receitas não tributáveis (ii)	11	13	28.235	32.523
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	10.511	9.706
Juros sobre capital próprio (iv)	-	(41.338)	-	(538)
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (v)	-	-	(146.820)	(95.480)
Demais ajustes	(63)	23	24.873	(2.634)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	27.579	(50.488)	(421.853)	(746.385)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	43.244	107.666
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	27.579	(50.488)	(378.609)	(638.719)
Corrente	-	(35.363)	(476.074)	(476.302)
Diferido	27.579	(15.125)	97.465	(162.417)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	56,5	194,8	47,7	35,8

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera;
- (v) Vide nota explicativa nº 9.d;

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2027
	Base de Suape ⁽²⁾	75	2027
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiten S/A Indústria e Comércio ⁽³⁾	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em razão da homologação tácita, pela Receita Federal do Brasil, do Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, a controlada reconheceu o benefício retroativo a janeiro de 2018, no montante de R\$ 1.067.

⁽²⁾ A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. O Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ foi homologado em maio de 2019, pela Receita Federal do Brasil..

⁽³⁾ O pedido de transferência do direito à redução do IRPJ para a Oxiten S/A será apresentado à SUDENE em virtude da incorporação da controlada Oxiten Nordeste .

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.268.964 (R\$ 873.718 em 31 de dezembro de 2018) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.270.714 (R\$ 876.315 em 31 de dezembro de 2018), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 878.470 (R\$ 620.906 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Cia. Ultragaz	12.808	37.332
Oxiten S.A.	148.306	43.645
Iconic	17.657	28.256
Extrafarma	72.318	98.803
Ultrapar	24.632	-
Ultrapar International	2.419	-
	<u>278.140</u>	<u>208.036</u>

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Extrafarma	237.664	94.115
Integra Frotas	4.636	1.365
Oxiten Argentina	-	22
Oxiten USA	127.992	124.864
Oxiten Andina	-	466
	<u>370.292</u>	<u>220.832</u>

O estudo técnico de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL foi aprovado pelo CA da Sociedade, conforme comentado na nota explicativa nº 9.a.

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Aluguéis ⁽¹⁾	37.106	413.799
Propaganda e publicidade	24.857	54.011
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	15.965	22.737
Prêmios de seguros	61.884	52.607
Manutenção de software	21.759	21.667
Demais despesas antecipadas	19.000	21.844
	<u>180.571</u>	<u>586.665</u>
Circulante	111.355	187.570
Não circulante	69.216	399.095

⁽¹⁾ Com a adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2), alguns contratos foram transferidos para rubrica ativos de direito de uso (vide nota explicativa nº 2.y).

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.502.360
Adições	390.177
Amortizações	(371.825)
Transferências	(2.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.518.477</u>
Adições	330.068
Amortizações	(355.250)
Transferências	(27.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.465.989</u>
Circulante	465.454
Não circulante	1.000.535

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

31/12/2019					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.264.707	6.475.473	18.052.890	4.192.235	562.445
Passivo	2.710	4.672.264	11.032.143	4.219.735	505.851
Patrimônio líquido	1.261.997	1.803.209(*)	7.020.747(*)	(27.500)	56.594
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.514.022	73.679.913	-	2.156.432
Lucro (prejuízo) líquido	35.529	23.895(*)	365.680(*)	(41.055)	32.346
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33
31/12/2018					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.279.932	6.222.795	17.850.422	2.904.188	517.304
Passivo	2.509	3.416.140	12.434.610	2.894.598	456.714
Patrimônio líquido	1.277.423	2.806.655(*)	5.415.812(*)	9.590	60.590
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.380.519	74.312.071	-	2.092.548
Lucro (prejuízo) líquido	111.145	553.236 (*)	512.987 (*)	(3.531)	8.695
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 33.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.165.426	2.682.015	5.402.880	13.121	9.263.442	54.739	9.318.181
Equivalência patrimonial	111.145	553.236	512.987	(3.531)	1.173.837	1.148	1.174.985
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(229.243)	(500.023)	-	(729.266)	(32.065)	(761.331)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(7)	-	(7)	-	(7)
Instrumento patrimonial outorgado	65	269	3.439	-	3.773	-	3.773
Ajustes de avaliação patrimonial	787	(212.698)	(3.184)	-	(215.095)	(3.704)	(218.799)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	13.076	(280)	-	12.796	-	12.796
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598
Equivalência patrimonial	35.529	23.895	365.680	(41.051)	384.053	10.740	394.793
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(50.015)	(1.011.490)	(198.000)	-	(1.259.505)	(4.295)	(1.263.800)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(31)	-	(31)	-	(31)
Instrumento patrimonial outorgado	303	687	6.671	-	7.661	-	7.661
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.605)	(52.854)	(19.385)	-	(73.844)	(7.771)	(81.615)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	36.570	-	-	36.570	-	36.570
Aumento de capital em dinheiro	-	-	1.450.000	3.964	1.453.964	-	1.453.964
Resgate de ações da controlada Oxitenos Nordeste	362	(254)	-	-	108	-	108
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.261.997	1.803.209	7.020.747	(27.497)	10.058.456	18.792	10.077.248

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Em 23 de setembro de 2019, para a concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, foi constituída a Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”). Em 05 de agosto de 2019, para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”). Em 19 de agosto de 2019, na cidade de Cabedelo, foram constituídas a Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), a Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e a Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”) (vide nota explicativa nº 35.c).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	-	-	-	-	-	122.061
Aporte de capital	-	-	31.908	-	-	-	-	-	31.908
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.704)	-	-	-	-	-	-	(3.704)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(32.065)	-	-	-	-	-	-	(32.065)
Equivalência patrimonial	1.350	1.148	(18.744)	-	-	-	-	-	(16.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446	20.118	74.390	-	-	-	-	-	101.954
Aporte de capital	-	-	35.000	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	79.124
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(7.771)	-	-	-	-	-	-	(7.771)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(1.474)	(4.295)	-	-	-	-	-	-	(5.769)
Equivalência patrimonial	1.370	10.740	(26.572)	-	-	-	-	-	(14.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.342	18.792	82.818	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	153.076

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2019		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	6.818	428.880	159.972
Ativo não circulante	9.182	133.565	161.817
Passivo circulante	1.116	418.289	155.542
Passivo não circulante	200	87.562	612
Patrimônio líquido	14.684	56.594	165.635
Receita líquida	15.400	2.156.432	80.387
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.083)	(2.130.323)	(136.764)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(577)	6.237	3.234
Lucro (prejuízo) líquido	2.740	32.346	(53.143)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	228.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	31/12/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.432	370.250	129.152
Ativo não circulante	8.552	147.054	150.054
Passivo circulante	1.814	385.079	130.414
Passivo não circulante	280	71.635	14
Patrimônio líquido	14.890	60.590	148.778
Receita líquida	16.938	2.092.548	57.506
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(13.154)	(2.083.592)	(114.336)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.084)	(261)	19.343
Lucro (prejuízo) líquido	2.700	8.695	(37.487)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. Em virtude da incorporação da controlada Oxiteno Nordeste, a Oxiteno S/A participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2019, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(984)	-	-	-	(236)	(1.220)
Equivalência patrimonial	575	908	(28)	(112)	124	1.467
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338
Dividendos	(818)	-	-	-	(87)	(905)
Equivalência patrimonial	1.790	568	(36)	(90)	85	2.317
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.661	15.934	3.554	138	463	25.750

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2019				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	12.172	45.178	71	40	151
Ativo não circulante	14.041	84.705	10.147	703	2.440
Passivo circulante	2.944	11.041	-	25	34
Passivo não circulante	626	9.634	3.110	302	1.167
Patrimônio líquido	22.643	109.208	7.108	416	1.390
Receita líquida	12.348	43.463	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.815)	(36.791)	(84)	(213)	285
Resultado financeiro e imposto de renda	(157)	(2.483)	12	(57)	(29)
Lucro (prejuízo) líquido	7.376	4.189	(72)	(270)	256
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

	31/12/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.803	38.714	51	19	64
Ativo não circulante	15.254	85.395	10.238	990	2.791
Passivo circulante	3.963	9.777	-	21	123
Passivo não circulante	332	8.888	3.109	302	1.334
Patrimônio líquido	18.762	105.444	7.180	686	1.398
Receita líquida	10.595	53.288	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.957)	(43.814)	(78)	(266)	399
Resultado financeiro e imposto de renda	(211)	(3.453)	22	(69)	(27)
Lucro (prejuízo) líquido	2.427	6.021	(56)	(335)	372
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferên- cias	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Custo:								
Imóveis	7	1.636.330	308.622	(55.605)	98.043	80.930	-	2.068.320
Áreas portuárias (*)	-	-	68.007	-	-	-	-	68.007
Outros	4	95.097	26.235	(1.981)	27.847	4.272	-	151.470
		<u>1.731.427</u>	<u>402.864</u>	<u>(57.586)</u>	<u>125.890</u>	<u>85.202</u>	<u>-</u>	<u>2.287.797</u>
Amortização acumulada:								
Imóveis		-	-	6.682	-	36	(262.750)	(256.032)
Áreas portuárias		-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	442	(14.068)	81	(37.308)	(50.853)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.124</u>	<u>(14.068)</u>	<u>117</u>	<u>(300.058)</u>	<u>(306.885)</u>
Custo líquido		<u>1.731.427</u>	<u>402.864</u>	<u>(50.462)</u>	<u>111.822</u>	<u>85.319</u>	<u>(300.058)</u>	<u>1.980.912</u>

(*) Refere-se às outorgas de concessões portuárias, sendo R\$ 68.007 pagos pelas controladas da Sociedade no 4º trimestre de 2019 (vide nota explicativa nº 35.c).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019
Estoque e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	48.134
Despesas com vendas e comerciais	244.974
Despesas gerais e administrativas	6.950
	<u>300.058</u>

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.066
Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.363.803
Apropriação de juros	128.996
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(321.716)
Adições e remensurações	334.857
Baixas de contratos	(52.129)
Variação monetária e cambial	<u>88.796</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.588.673</u>
Circulante	206.396
Não circulante	1.382.277

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

Até 1 ano	309.977
De 1 a 2 anos	508.976
De 2 a 3 anos	395.743
De 3 a 4 anos	316.682
De 4 a 5 anos	192.017
Mais de 5 anos	<u>320.357</u>
	<u>2.043.752</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31/12/2019	3.474	6.028	-	9.502

O total de arrendamento mercantil, reconhecido como despesa em 2019, foi R\$ 11.400 (R\$ 11.386 em 2018).

d. Efeitos de inflação

Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	Controladora	Consolidado
Base nominal	5.799	1.980.912
Base inflacionada	7.012	2.220.614
	20,9%	14,8%
Passivo de arrendamento	Controladora	Consolidado
Base nominal	5.999	1.588.673
Base inflacionada	7.012	1.828.870
	16,9%	18,6%
Despesa financeira	Controladora	Consolidado
Base nominal	200	128.996
Base inflacionada	280	159.135
	39,8%	23,4%
Despesa de amortização	Controladora	Consolidado
Base nominal	-	300.058
Base inflacionada	-	301.284
	-	0,4%

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxitenó Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Custo:									
Terrenos	-	620.879	43.420	-	4.785	(2.017)	1.059	(261)	667.865
Edificações	32	1.801.073	18.117	-	105.861	(4.339)	7.023	(1.789)	1.925.946
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.015.640	19.191	-	129.234	(42.552)	15	-	1.121.528
Máquinas e equipamentos	13	5.219.256	131.831	-	365.953	(4.967)	9.596	(13.948)	5.707.721
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.864.333	103.288	-	81.038	(57.187)	-	-	2.991.472
Tanques e vasilhames para GLP	10	743.016	65.351	-	(6.993)	(45.914)	-	-	755.460
Veículos	7	308.756	24.686	-	7.564	(20.353)	(394)	(98)	320.161
Móveis e utensílios	9	279.016	15.009	-	4.399	(2.665)	198	(353)	295.604
Obras em andamento	-	922.799	591.525	-	(695.301)	(108)	8.344	(173)	827.086
Adiantamentos a fornecedores	-	14.088	7.378	-	(8.921)	-	(1)	-	12.544
Importações em andamento	-	41	9.513	-	(9.304)	-	-	-	250
Equipamentos de informática	5	395.063	21.771	-	872	(5.249)	352	-	412.809
		<u>14.183.960</u>	<u>1.051.080</u>	<u>-</u>	<u>(20.813)</u>	<u>(185.351)</u>	<u>26.192</u>	<u>(16.622)</u>	<u>15.038.446</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxiten Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Depreciação acumulada:								
Edificações	(743.117)	-	(58.158)	187	4.681	893	1.679	(793.835)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(558.042)	-	(84.664)	2.040	26.291	(4)	-	(614.379)
Máquinas e equipamentos	(2.969.209)	-	(298.767)	2.983	3.510	16.340	13.516	(3.231.627)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.657.608)	-	(159.961)	-	50.691	-	-	(1.766.878)
Tanques e vasilhames para GLP	(401.056)	-	(57.890)	4.467	28.925	-	-	(425.554)
Veículos	(123.650)	-	(27.106)	28	11.274	311	98	(139.045)
Móveis e utensílios	(155.339)	-	(18.944)	(12)	2.280	204	336	(171.475)
Equipamentos de informática	(288.083)	-	(34.782)	50	5.061	(309)	-	(318.063)
	(6.896.104)	-	(740.272)	9.743	132.713	17.435	15.629	(7.460.856)
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores	(83)	(27)	-	-	-	-	-	(110)
Edificações	(306)	-	-	-	-	-	306	-
Terrenos	(827)	-	-	-	-	-	681	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.385)	(1.528)	-	-	111	1.203	-	(1.599)
Máquinas e equipamentos	(6.117)	-	-	-	769	1.138	1.335	(2.875)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(165)	-	-	-	67	-	-	(98)
Obras em andamento	(38)	-	-	-	-	-	38	-
Móveis e utensílios	(70)	-	-	-	1	-	69	-
	(8.991)	(1.555)	-	-	948	2.341	2.429	(4.828)
Custo Líquido	7.278.865	1.049.525	(740.272)	(11.070)	(51.690)	45.968	1.436	7.572.762

(*) Refere-se à baixa de ativos da Oxiten Andina. (vide nota explicativa nº 3.b.3).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (ii)	Saldo em 31/12/2018
Custo:									
Terrenos	-	576.642	3.994	-	9.261	(895)	(1.238)	33.115	620.879
Edificações	32	1.637.871	7.041	-	151.937	(2.929)	(10.914)	18.067	1.801.073
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	912.555	11.931	-	103.371	(12.273)	56	-	1.015.640
Máquinas e equipamentos	13	4.721.931	115.171	-	588.696	(4.895)	(261.955)	60.308	5.219.256
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.729.522	98.478	-	98.573	(62.240)	-	-	2.864.333
Tanques e vasilhames para GLP	8	692.856	78.995	-	2.552	(31.387)	-	-	743.016
Veículos	6	287.295	29.141	-	18.061	(23.996)	(1.745)	-	308.756
Móveis e utensílios	8	265.909	18.417	-	6.078	(863)	(10.570)	45	279.016
Obras em andamento	-	929.000	796.909	-	(883.994)	(578)	81.462	-	922.799
Adiantamentos a fornecedores	-	112.167	6.317	-	(100.233)	-	(4.163)	-	14.088
Importações em andamento	-	786	699	-	(1.446)	-	2	-	41
Equipamentos de informática	5	352.986	34.921	-	7.942	(1.953)	1.161	6	395.063
		<u>13.219.520</u>	<u>1.202.014</u>	<u>-</u>	<u>798</u>	<u>(142.009)</u>	<u>(207.904)</u>	<u>111.541</u>	<u>14.183.960</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (ii)	Saldo em 31/12/2018
Depreciação acumulada:								
Edificações	(724.408)	-	(53.462)	10.046	2.608	26.533	(4.434)	(743.117)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(475.651)	-	(83.208)	(4.574)	5.398	(7)	-	(558.042)
Máquinas e equipamentos	(2.980.166)	-	(271.867)	1.143	3.449	288.461	(10.229)	(2.969.209)
Equipamentos e instalações para distribuição de	(1.545.806)	-	(162.815)	(7.232)	58.245	-	-	(1.657.608)
Tanques e vasilhames para GLP	(328.384)	-	(88.308)	(2.347)	17.983	-	-	(401.056)
Veículos	(112.200)	-	(28.792)	498	15.002	1.842	-	(123.650)
Móveis e utensílios	(148.575)	-	(18.482)	(292)	513	11.517	(20)	(155.339)
Equipamentos de informática	(260.859)	-	(30.659)	2.702	1.819	(1.080)	(6)	(288.083)
	<u>(6.576.049)</u>	<u>-</u>	<u>(737.593)</u>	<u>(56)</u>	<u>105.017</u>	<u>327.266</u>	<u>(14.689)</u>	<u>(6.896.104)</u>
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Edificações	-	(306) (*)	-	-	-	-	-	(306)
Terrenos	(104)	(723) (*)	-	-	-	-	-	(827)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(564)	(733)	-	-	2	(90)	-	(1.385)
Máquinas e equipamentos	(4.724)	(1.532) (*)	-	-	444	(305)	-	(6.117)
Equipamentos e instalações para distribuição de	(169)	-	-	-	4	-	-	(165)
Obras em andamento	-	(38) (*)	-	-	-	-	-	(38)
Móveis e utensílios	(1)	(69) (*)	-	-	-	-	-	(70)
	<u>(5.645)</u>	<u>(3.401)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>(395)</u>	<u>-</u>	<u>(8.991)</u>
Custo líquido	<u>6.637.826</u>	<u>1.198.613</u>	<u>(737.593)</u>	<u>742</u>	<u>(36.542)</u>	<u>118.967</u>	<u>96.852</u>	<u>7.278.865</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível, estoques e direito de uso.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

As despesas de depreciações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	405.966	406.002
Despesas com vendas e comerciais	285.671	279.023
Despesas gerais e administrativas	48.635	52.568
	<u>740.272</u>	<u>737.593</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxitenio Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Custo:										
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	3	1.062.486	-	145.004	-	2.553	(784)	1.551	(281)	1.210.529
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial	10	64.032	(56.114)	3.820	-	(1.401)	(2.403)	-	-	7.934
Fundo de comércio	6	142.989	-	1.505	-	(10.895)	-	-	-	133.599
Marcas (d)	-	120.571	-	-	-	-	-	1.933	-	122.504
Direito de uso de marcas (d)	35	114.792	-	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	43.281	-	1.668	-	(355)	-	306	-	44.900
		<u>3.105.856</u>	<u>(56.114)</u>	<u>151.997</u>	<u>-</u>	<u>(10.098)</u>	<u>(3.187)</u>	<u>3.790</u>	<u>(281)</u>	<u>3.191.963</u>
Amortização acumulada:										
Software		(537.438)	-	-	(110.088)	13	(611)	(998)	261	(648.861)
Tecnologia		(32.613)	-	-	(3)	-	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(23.931)	16.186	-	(848)	(669)	2.878	-	-	(6.384)
Fundo de comércio		(106.597)	-	-	(6.511)	4.176	-	-	-	(108.932)
Direito de uso de marcas		(3.182)	-	-	(2.937)	-	-	-	-	(6.119)
Outros		(32.740)	-	-	(105)	136	-	(4)	-	(32.713)
		<u>(736.501)</u>	<u>16.186</u>	<u>-</u>	<u>(120.492)</u>	<u>3.656</u>	<u>2.267</u>	<u>(1.002)</u>	<u>261</u>	<u>(835.625)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment":										
Ágio (a)		-	-	(593.280)	-	-	-	-	-	(593.280)
Direitos de propriedade comercial		-	-	(465)	-	-	-	-	-	(465)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(593.745)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(593.745)</u>
Custo líquido		<u>2.369.355</u>	<u>(39.928)</u>	<u>(441.748)</u>	<u>(120.492)</u>	<u>(6.442)</u>	<u>(920)</u>	<u>2.788</u>	<u>(20)</u>	<u>1.762.593</u>

(*) Refere-se à baixa de ativos da Oxitenio Andina. (vide nota explicativa nº 3.b.3).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortizações	Transfe-rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (ii)	Saldo em 31/12/2018
Custo:									
Ágio (a)	-	1.524.291	-	-	-	-	-	797	1.525.088
Software (b)	5	853.079	223.964	-	(1.258)	(15.401)	2.053	49	1.062.486
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (d)	10	55.069	11.117	-	-	(2.154)	-	-	64.032
Fundo de comércio	8	142.669	690	-	(350)	-	(20)	-	142.989
Marcas (e)	-	113.543	-	-	-	-	7.028	-	120.571
Direito de uso de marcas (e)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (f)	10	40.514	1.822	-	-	-	945	-	43.281
		<u>2.876.574</u>	<u>237.593</u>	<u>-</u>	<u>(1.608)</u>	<u>(17.555)</u>	<u>10.006</u>	<u>846</u>	<u>3.105.856</u>
Amortização acumulada:									
Software		(456.799)	-	(79.845)	59	28	(832)	(49)	(537.438)
Tecnologia		(32.541)	-	(72)	-	-	-	-	(32.613)
Direitos de propriedade comercial		(21.292)	-	(4.679)	-	2.040	-	-	(23.931)
Fundo de comércio		(96.704)	-	(10.018)	125	-	-	-	(106.597)
Direito de uso de marcas		-	-	(3.182)	-	-	-	-	(3.182)
Outros		(31.196)	-	(1.538)	-	-	(6)	-	(32.740)
		<u>(638.532)</u>	<u>-</u>	<u>(99.334)</u>	<u>184</u>	<u>2.068</u>	<u>(838)</u>	<u>(49)</u>	<u>(736.501)</u>
Custo líquido		<u>2.238.042</u>	<u>237.593</u>	<u>(99.334)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(15.487)</u>	<u>9.168</u>	<u>797</u>	<u>2.369.355</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e direito de uso a partir de 2019.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	11.183	15.044
Despesas com vendas e comerciais	3.872	8.920
Despesas gerais e administrativas	105.437	75.370
	<u>120.492</u>	<u>99.334</u>

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	31/12/2019	31/12/2018
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Extrafarma - <i>impairment</i>	Extrafarma	(593.280)	-
Extrafarma - líquido	Extrafarma	<u>68.273</u>	<u>661.553</u>
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Oxitenio Uruguay	Oxitenio	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxitenio	<u>583</u>	<u>583</u>
		<u>931.808</u>	<u>1.525.088</u>

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019 variaram de 8,9 % a 12,1% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2020 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

Os testes de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas indicaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para a controlada Extrafarma no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº 2.u).

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros.

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A. e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

• Controladora:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	<u>1.752.081</u>	<u>1.756.954</u>	DI	105,3	2023
Circulante	28.713	34.504			
Não circulante	1.723.368	1.722.450			

• Consolidado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	4.213.662	2.889.631	US\$	5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	1.057.407	985.268	US\$	3,9	2021 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	608.685	582.106	US\$ + LIBOR	0,9	2022 a 2023
Instituições financeiras (e)	604.741	620.605	US\$ + LIBOR	2,0	2020 a 2023
Financiamento externo (c.2)	243.837	234.363	US\$+ LIBOR	2,0	2020
Instituições financeiras (e)	132.417	127.288	US\$	2,8	2020 a 2022
Instituições financeiras (e)	41.164	27.845	MX\$ (2)	8,9	2020
BNDES (d)	208	2.596	US\$	7,0	2020
Instituições financeiras (e)	-	3.950	MX\$+TIE (2)	-	-
Adiantamento de Cambiais Entregues	-	1.485	US\$	-	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	-	11.702	US\$	-	-
Total moeda estrangeira	<u>6.902.121</u>	<u>5.486.839</u>			

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6)	2.036.647	2.029.545	DI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3)	1.868.612	2.039.743	DI	105,0	2020 a 2022
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.752.080	1.756.954	DI	105,3	2023
Banco do Brasil pós-fixado (f)	611.276	2.614.704	DI	110,9	2020 a 2022
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*)	941.614	833.213	IPCA	4,6	2024 a 2025
Debêntures – Tequimar (g.7)	89.278	-	R\$	6,5	2024
BNDES (d)	62.578	147.922	TJLP (3)	2,3	2020 a 2023
FINEP	41.345	53.245	TJLP (3)	1,6	2020 a 2023
BNDES (d)	30.392	51.467	SELIC (5)	2,3	2020 a 2023
FINEP	12.820	22.553	R\$	4,0	2020 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	10.039	15.776	R\$ (4)	8,5	2020 a 2021
BNDES (d)	3.913	14.071	R\$	7,6	2020 a 2022
FINAME	22	32	TJLP (3)	5,7	2020 a 2022
Cédula de Crédito Bancário	-	50.075	DI	124,0	2019
Total moeda nacional	7.460.616	9.629.300			
Total moeda estrangeira e nacional	14.362.737	15.116.139			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	29.985	43.944			
Total	14.392.722	15.160.083			
Circulante	1.117.441	2.271.148			
Não circulante	13.275.281	12.888.935			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 34.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.i).

(1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

(2) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.

(3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2019, a TJLP estava fixada em 5,57% a.a.

(4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

(5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.426.845
Captações com efeito caixa	4.461.112
Apropriação de juros	873.202
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(3.715.838)
Pagamento de juros	(737.564)
Variação monetária e cambial	804.273
Variação de valor justo	50.175
Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) – transferência para nota explicativa nº 13.b)	(46.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.116.139
Captações com efeito caixa	2.105.737
Apropriação de juros	845.844
Pagamento de principal	(2.644.704)
Pagamento de juros	(1.469.780)
Variação monetária e cambial	296.441
Variação de valor justo	113.060
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.362.737

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
De 1 a 2 anos	1.424.775	960.038
De 2 a 3 anos	3.115.495	1.548.092
De 3 a 4 anos	3.451.988	3.216.293
De 4 a 5 anos	765.263	3.428.130
Mais de 5 anos	4.517.760	3.736.382
	13.275.281	12.888.935

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.h.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 34.h).

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões (equivalente a R\$ 3.023,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2.015,4 milhões em 31 de dezembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 806,1 milhões em 31 de dezembro de 2019) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 604,6 milhões em 31 de dezembro de 2019) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

c.1. A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395.000 (equivalente a R\$ 1.592.127 em 31 de dezembro de 2019). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do DI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhares)	R\$ (milhares)	Custo em % do DI
Encargos ⁽¹⁾	18.351	73.965	-
jul/2021	60.000	241.842	101,8
jun/2022	100.000	403.070	105,0
jul/2023	50.000	201.535	104,8
set/2023	60.000	241.842	105,0
set/2023	65.000	261.996	104,7
nov/2023	60.000	241.842	104,5
Total / custo médio	413.351	1.666.092	104,4

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c.2. A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 241,8 milhões em 31 de dezembro de 2019), com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do DI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A. (por sua incorporada Oxiten Nordeste).

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 2,0% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhares)	R\$ (milhares)
Encargos ⁽¹⁾	156	627
fev/2020	10.000	40.274
ago/2020	10.000	40.274
set/2020	20.000	80.549
fev/2021	10.000	40.274
mar/2022	30.000	120.823
out/2022	40.000	161.097
mar/2023	30.000	120.823
Total	150.156	604.741

⁽¹⁾ Considera juros e custo de transação.

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidado, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A controlada IPP liquidou antecipadamente R\$ 400 milhões de tais empréstimos em dezembro de 2019.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2019):

Vencimento	31/12/2019
mai/2020	205.274
mai/2021	202.910
mai/2022	203.092
	<hr/>
Total	611.276

g. Debêntures

g.1 Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.3 Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.4 Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.5 Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.6 Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.7 Em novembro de 2019, a controlada Tequimar efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Tequimar contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Tequimar designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2019):

Vencimento	31/12/2019
Encargos ¹	183.304
mai/2020	166.650
mai/2021	166.700
jul/2021	750.000
abr/2022	660.139
jul/2022	750.000
out/2022	730.384
mar/2023	1.725.000
dez/2023	660.000
abr/2024	352.361
out/2024	213.693
nov/2024	90.000
dez/2025	240.000
	<hr/>
Total	<hr/> <hr/> 6.688.231

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2018	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Debêntures (g)	0,2	56.376	692	(15.662)	41.406
Notas no mercado externo (b)	0,1	13.881	18.442	(4.209)	28.114
Banco do Brasil (f)	0,2	3.437	-	(2.667)	770
Financiamentos externos (c)	0,0	331	-	(237)	94
Outros	0,2	2.432	-	(1.050)	1.382
Total		76.457	19.134	(23.825)	71.766

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2017	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2018
Debêntures (g)	0,2	44.709	21.308	(9.641)	56.376
Notas no mercado externo (b)	-	15.298	-	(1.417)	13.881
Banco do Brasil (f)	0,2	8.065	-	(4.628)	3.437
Financiamentos externos (c)	0,1	1.213	-	(882)	331
Outros	0,2	2.801	366	(735)	2.432
Total		72.086	21.674	(17.303)	76.457

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	13.058	12.403	9.274	5.318	1.139	214	41.406
Notas no mercado externo (b)	3.428	3.421	3.423	3.425	3.437	10.980	28.114
Banco do Brasil (f)	439	256	75	-	-	-	770
Financiamento externo (c)	94	-	-	-	-	-	94
Outros	597	416	367	2	-	-	1.382
Total	17.616	16.496	13.139	8.745	4.576	11.194	71.766

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 73.536 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 69.822 em 31 de dezembro de 2018) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 11.833.294 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.667.175 em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 293.509 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 271.162 em 31 de dezembro de 2018).

Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”), conforme abaixo:

	IPP		Oxiteno	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	81.344	-	2.753	2.750
Vencimento de até	60 meses	-	4 meses	3 meses
Valor justo das garantias outorgadas	1.237	-	68	68

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2019, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 Fornecedores (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	1.897.256	2.079.010
Fornecedores nacionais - convênio (i)	455.950	73.169
Fornecedores estrangeiros	261.222	472.597
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	85.643	106.901
	<u>2.700.071</u>	<u>2.731.677</u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras, que consistem na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

18 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões sobre folha de pagamento	184.716	186.200
Participação nos lucros, bônus e prêmios	133.533	147.170
Encargos sociais	70.228	67.043
Outros	17.159	27.779
	<u>405.636</u>	<u>428.192</u>

19 Obrigações tributárias (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	149.547	166.038
PIS e COFINS	40.676	38.055
ISS	26.986	22.339
IVA das controladas no exterior	25.619	21.306
Outros	27.094	20.267
	<u>269.922</u>	<u>268.005</u>

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2019, as controladas contribuíram com R\$ 21.357 (R\$ 24.323 em 2018) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2019 atingiu 8.008 participantes ativos e 328 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	154.142	112.628
Indenização do FGTS	66.309	83.781
Gratificação por tempo de serviço	34.485	37.397
Seguro de vida ⁽¹⁾	17.931	16.009
Total	272.867	249.815
Circulante	28.951	45.655
Não circulante	243.916	204.160

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	249.815	237.523
Custo dos serviços correntes	(10.704)	6.092
Custo dos juros	21.386	21.466
Despesa do exercício	10.682	27.558
Perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	44.489	7.934
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(33.510)	(23.604)
Variações cambiais de benefícios nós-emprego de controladas no	1.391	404
Saldo final	272.867	249.815

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Plano de Assistência Médica e Odontológica	10.442	9.559
Indenização do FGTS	(5.818)	11.159
Gratificação por tempo de serviço	4.765	5.460
Seguro de vida	1.293	1.380
Total	10.682	27.558

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2019 % a.a.	31/12/2018 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	8,79	9,00
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,64	7,85
Taxa de inflação (longo prazo)	3,80	4,00
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,95	8,16

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	26.741	diminuição 1,0 p.p.	49.344
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	34.978	aumento 1,0 p.p.	39.030
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	7.137	aumento 1,0 p.p.	8.492

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.774
Adições (novos tanques)	264
Gastos com tanques retirados	(12.752)
Despesa com atualização	2.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
Adições (novos tanques)	290
Gastos com tanques retirados	(5.456)
Despesa com atualização	1.741
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.242
Circulante	3.847
Não circulante	47.395

22 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2019
IRPJ e CSLL (a.1.1)	532.341	221	(6.600)	-	15.319	541.281
PIS e COFINS	26.271	-	(16.771)	-	655	10.155
ICMS	100.823	1.204	(5.521)	(614)	580	96.472
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	90.932	18.009	(17.318)	(8.979)	3.211	85.855
Trabalhistas (a.3.1)	101.173	29.103	(19.970)	(15.487)	3.191	98.010
Outras	91.531	1.355	(2.190)	-	2.126	92.822
Total	943.071	49.892	(68.370)	(25.080)	25.082	924.595
Circulante	77.822					40.455
Não circulante	865.249					884.140

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Tributários	753.810	727.493
Trabalhistas	71.605	69.978
Cíveis e outros	96.028	84.036
	<hr/>	<hr/>
Total – ativo não circulante	921.443	881.507
	<hr/>	<hr/>

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 515.825 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 500.260 em 31 de dezembro de 2018). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$85.855 em 31 de dezembro de 2019 (R\$90.932 em 31 de dezembro de 2018).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$98.010 em 31 de dezembro de 2019 (R\$101.173 em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.840.086 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.839.219 em 31 de dezembro de 2018).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.028.159 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.941.749 em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 173.738 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 168.391 em 31 de dezembro de 2018).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 836.822 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 836.393 em 31 de dezembro de 2018). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 319.849 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 318.550 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 126.772 (R\$ 126.639 em 31 de dezembro de 2018) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 92.567 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 125.703 em 31 de dezembro de 2018); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 117.753 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 121.745 em 31 de dezembro de 2018); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 172.736 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 185.512 em 31 de dezembro de 2018) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 699.360 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 674.126 em 31 de dezembro de 2018) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 208.449 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 193.771 em 31 de dezembro de 2018), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 549.664 totalizando 3.109 processos em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.603 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 32.983 em 31 de dezembro de 2018). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no montante de R\$ 95.987, pagos em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no montante total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no montante de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no montante de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, sendo que, para este último, houve a aplicação de multa administrativa por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis, no montante de R\$ 40.693. A controlada IPP continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Tequimar firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Tequimar acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Tequimar deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 11.403 (R\$ 62.930 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 não existem pleitos extrajudiciais (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2018). Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 262.263 totalizando 1.649 processos em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais destaca-se:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxitenos Nordeste e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”), ajuizou, em 1990, ações coletivas contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações coletivas contra as controladas, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável a Oxitenos Nordeste e EMCA; a ação coletiva do Sindiquímica contra SINPEQ transitou em julgado no STF em outubro de 2019, e restou desfavorável ao SINPEQ. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou nova ação de cumprimento em face da Oxitenos Nordeste e, em 2017, em face da EMCA, pois estas empresas não firmaram o acordo de 2010 com o Sindiquímica. Para a Oxitenos Nordeste foi proferida decisão favorável e estamos aguardando julgamento do Recurso do Sindiquímica e do Recurso Adesivo da Oxitenos Nordeste no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Para a EMCA, a decisão de 1ª instância favorável foi revertida no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo opostos Embargos de Declaração pela EMCA, aguardando julgamento. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas. Com a incorporação da Oxitenos Nordeste, a Oxitenos S.A. passará a integrar as mencionadas demandas em substituição à empresa incorporada.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 5.423 (R\$ 3.609 em 31 de dezembro de 2018) estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 188.073 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 191.110 em 31 de dezembro de 2018). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Ativos contingentes

d.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Todas as controladas, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiten S.A., Extrafarma e Tequimar já há decisões definitivas transitadas em julgado, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, até o presente exercício de 2019, o montante de R\$ 338.110 (R\$ 291.278 até 2018). Em razão de liminares obtidas, algumas controladas já excluíram o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de suas apurações no montante de R\$ 141.618 até 31 de dezembro de 2019. Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração.

A administração da Sociedade ressalta ser possível o STF modular os efeitos do julgamento, seja restringindo sua eficácia para alcançar fatos geradores a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, ou reinterpretação a importância de ICMS a ser excluída. Após o efetivo trânsito em julgado da decisão no STF, a administração da Sociedade avaliará o impacto sobre as ações de suas Controladas, o que poderá vir a resultar em redução dos créditos tributários pleiteados.

23 Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos. A tancagem que estava paralisada em função do incêndio, obteve, em fases, as licenças necessárias para a volta da operação e, portanto, o processo de reabilitação da área finalizou em agosto de 2019.

O saldo de indenizações a clientes e terceiros em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 3.501 foi liquidado no 2º trimestre de 2019.

24 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil (a)	956	18.668
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	25.096	18.465
Programa de fidelidade Clube Extrafarma(b)	1.574	1.289
	<u>27.626</u>	<u>38.422</u>
Circulante	27.626	26.572
Não circulante	-	11.850

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2019 eram representadas por 2.377 lojas (2.493 lojas em 31 de dezembro de 2018). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2019 eram representadas por 1.492 lojas (1.772 lojas em 31 de dezembro de 2018).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

25 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2019, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 5.192.919 ações e totalizavam R\$ 130.657 (4.824.238 ações que totalizavam R\$ 123.095 em 31 de dezembro de 2018). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2019 o número máximo de ações que poderiam ser emitidas em 2020 referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 5.920.425 (5.976.316 ações em 31 de dezembro de 2018).

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a emissão parcial vide nota explicativa nº 36.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.112.810.192 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 25,48 (R\$ 26,60 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.600.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA. Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 36.

Em 31 de dezembro de 2019, estavam em circulação no exterior 46.518.315 ações ordinárias na forma de ADRs (55.725.974 ações em 31 de dezembro de 2018).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes. Todas as informações de ações foram ajustadas retrospectivamente nestas demonstrações financeiras.

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, 26.780.298 ações ordinárias adquiridas ao custo médio de R\$ 18,12.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.290.073 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.412.427 em 31 de dezembro de 2018).

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	197.369	154.824
Variação de valor justo dos	(326.030)	(273)	-	-	(326.303)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	110.058	-	-	-	110.058
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(2.810)	-	(2.810)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	242	-	242
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(76.479)	478	-	-	(76.001)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	23.683	-	-	-	23.683
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(41.794)	-	(41.794)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	11.784	-	11.784
Em 31 de dezembro de 2019	(296.132)	205	(47.759)	197.369	(146.317)

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2019
Em 31 de dezembro de 2017	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	52.531
Variação cambial dos instrumentos financeiros	(60.204)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial	20.469
Em 31 de dezembro de 2018	65.857
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	46.330
Variação cambial dos instrumentos financeiros	(14.788)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial	5.028
Em 31 de dezembro de 2019	102.427

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 20 de fevereiro de 2019, e pagos a partir de 13 de março de 2019. Em 14 de agosto de 2019, o CA deliberou antecipação dos dividendos de 2019, no montante de R\$ 217.382 (R\$ 0,20 por ação), pagos a partir de 30 de agosto de 2019. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 261.470 (R\$ 0,24 – vinte quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020, e serão pagos a partir de 06 de março de 2020.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	282.334	284.024
Provisões	326.736	329.106
Pagamentos	(594.381)	(596.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.689	16.694

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2019 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

	31/12/2019
<u>Destinação do lucro líquido</u>	
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	373.526
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido)	186.763
Reserva legal (5% do lucro líquido)	18.676
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	168.087
Total da destinação do lucro líquido	373.526
<u>Distribuição de dividendos</u>	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido)	186.763
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	168.087
Dividendos sobre reserva estatutária	124.002
Total da distribuição	478.852
(-) Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,20 por ação)	(217.382)
Dividendos a pagar (R\$ 0,24 por ação) - Patrimônio Líquido	261.470

27 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de vendas bruta	94.296.759	94.693.178
Receita de serviços prestados bruta	869.084	750.791
Impostos sobre vendas	(4.031.295)	(3.027.597)
Devoluções e abatimentos	(1.494.814)	(1.342.799)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(355.250)	(371.825)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 24)	13.491	(3.765)
Receita líquida de vendas e serviços	89.297.975	90.697.983

28 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	81.819.820	83.116.950
Gastos com pessoal	2.415.581	2.513.586
Frete e armazenagens	1.170.870	1.178.990
Depreciação e amortização	844.647	812.489
Amortização de ativos de direito de uso	300.058	-
Propaganda e marketing	206.103	173.988
Serviços prestados por terceiros	322.589	328.361
Outras despesas	474.081	709.710
Total	<u>87.553.749</u>	<u>88.834.074</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	83.187.109	84.537.368
Despesas com vendas e comerciais	2.640.387	2.670.867
Despesas gerais e administrativas	<u>1.726.253</u>	<u>1.625.839</u>
Total	<u>87.553.749</u>	<u>88.834.074</u>

29 Resultado na venda de bens e redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2019, o resultado foi uma perda de R\$ 30.019 (perda de R\$ 22.088 em 2018), representado principalmente pela venda de ativo imobilizado e fechamento de lojas da Extrafarma. Adicionalmente, em 2019, os teste de recuperabilidade de ativos identificaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para o ágio da Extrafarma.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Parceria comercial ⁽¹⁾	40.816	53.671
Merchandising ⁽²⁾	44.396	52.092
Programa de fidelidade ⁽³⁾	12.943	25.682
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	(3.733)	(4.951)
Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁵⁾	-	(286.160)
Créditos fiscais extraordinários ⁽⁶⁾	144.949	208.038
Termo de Ajustamento de Conduta – Tequimar ⁽⁷⁾	(65.539)	-
Outros	5.793	9.161
	<hr/>	<hr/>
Outros resultados operacionais, líquidos	179.625	57.533

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 22.b.2.4 e 23.

⁽⁵⁾ Refere-se a multa contratual paga em 2018 pela controlada Cia. Ultragaz, em benefício da Petrobras, pela não consumação da transação de compra da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) rejeitada pelo Tribunal do CADE.

⁽⁶⁾ Refere-se substancialmente aos créditos da Extrafarma e Ipiranga (vide nota explicativa nº 7.a.2) e Iconic. Em 2018, refere-se principalmente aos créditos da Oxitenio.

⁽⁷⁾ Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.b.2.4.

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	73.201	101.653	302.793	328.625
Juros de clientes	-	-	138.462	135.514
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	-	44.484	-	44.484
Juros selic sobre créditos de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 22.d.1)	-	-	-	168.564
Outras receitas	-	-	16.034	4.048
	<u>73.201</u>	<u>146.137</u>	<u>457.289</u>	<u>681.235</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(388.897)	(440.641)
Juros sobre debêntures	(111.732)	(105.424)	(482.361)	(441.394)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(200)	-	(132.994)	(2.670)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(2.692)	(14.476)	(62.687)	(92.558)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	25	-	134.544	172.701
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	(7.760)	-	(7.760)	-
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(23.988)	9.791
	<u>(122.359)</u>	<u>(119.900)</u>	<u>(964.143)</u>	<u>(794.771)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(49.158)</u>	<u>26.237</u>	<u>(506.854)</u>	<u>(113.536)</u>

32 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 25, respectivamente.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro básico por ação		
Lucro líquido da Sociedade	373.526	1.150.421
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.086.485	1.086.237
Lucro básico por ação - R\$	0,3438	1,0591
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	373.526	1.150.421
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.091.653	1.091.335
Lucro diluído por ação - R\$	0,3422	1,0541
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.086.485	1.086.237
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.554	2.496
Plano de ações	2.614	2.602
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>1.091.653</u>	<u>1.091.335</u>

As informações do lucro por ação foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a. e pela emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 36.

33 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	7.094.823	7.043.246
Ipiranga	75.452.481	76.477.640
Oxitenó	4.254.237	4.748.428
Ultracargo	540.758	493.649
Extrafarma	2.060.568	2.027.988
	89.402.867	90.790.951
Outros ⁽¹⁾	44.770	46.937
Vendas entre segmentos	(149.662)	(139.905)
Total	89.297.975	90.697.983
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.794	2.879
Ipiranga	535	2.919
Oxitenó	22.265	6.325
Ultracargo	78.390	82.573
Extrafarma	-	-
	104.984	94.696
Outros ⁽¹⁾	44.678	45.209
Total	149.662	139.905
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	7.091.029	7.040.367
Ipiranga	75.451.946	76.474.721
Oxitenó	4.231.971	4.742.103
Ultracargo	462.368	411.076
Extrafarma	2.060.569	2.027.988
	89.297.883	90.696.255
Outros ⁽¹⁾	92	1.728
Total	89.297.975	90.697.983
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	368.975	35.567
Ipiranga	1.674.439	1.396.574
Oxitenó	(12.833)	457.128
Ultracargo	83.171	124.720
Extrafarma	(720.252)	(118.329)
Corporativo ⁽²⁾	(96.432)	-
	1.297.068	1.895.660
Outros ⁽¹⁾	3.484	3.694
Total	1.300.552	1.899.354

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2019	31/12/2018
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultragaz	(5)	12
Ipiranga	(24.782)	(18.169)
Oxiten	532	880
Ultracargo	1.370	1.350
	(22.885)	(15.927)
Outros ⁽¹⁾	10.740	1.148
Total	(12.145)	(14.779)
 Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	1.288.407	1.884.575
Resultado financeiro, líquido	(506.854)	(113.536)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	781.553	1.771.039
 Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	249.784	245.069
Ipiranga	370.864	417.519
Oxiten	255.016	473.026
Ultracargo	217.377	167.034
Extrafarma	89.850	118.577
	1.182.891	1.421.225
Outros ⁽¹⁾	20.186	18.382
 Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)	1.203.077	1.439.607
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(290)	(264)
Juros capitalizados	(30.748)	(23.438)
 Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.172.039	1.415.905
 Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	330.068	390.177

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível no resultado:		
Ultragaz	186.221	222.527
Ipiranga	290.747	283.426
Oxiten	212.328	167.357
Ultracargo	59.618	52.414
Extrafarma	80.550	71.552
	<u>829.464</u>	<u>797.276</u>
Outros ⁽¹⁾	15.183	15.213
Total	<u>844.647</u>	<u>812.489</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	355.055	371.825
Ultragaz	195	-
Total	<u>355.250</u>	<u>371.825</u>
Amortização de ativos de direito de uso:		
Ultragaz	31.264	-
Ipiranga	164.543	-
Oxiten	9.676	-
Ultracargo	20.673	-
Extrafarma	73.774	-
	<u>299.930</u>	<u>-</u>
Outros ⁽¹⁾	128	-
Total	<u>300.058</u>	<u>-</u>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.998.623	2.719.425
Ipiranga	16.278.320	15.381.887
Oxiten	7.453.476	7.452.331
Ultracargo	1.871.799	1.478.697
Extrafarma	2.060.182	2.107.901
	<u>30.662.400</u>	<u>29.140.241</u>
Outros ⁽¹⁾	533.072	1.359.154
Total	<u>31.195.472</u>	<u>30.499.395</u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

⁽²⁾ Despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo, a Presidência, os CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e de Riscos, Compliance e Auditoria.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Estados Unidos	909.787	857.049
México	124.809	124.037
Uruguai	74.732	72.345
Venezuela (*)	-	2.427
	<u>1.109.328</u>	<u>1.055.858</u>

(*) Vide nota explicativa nº 3.b.3.

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela(*), bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	87.927.198	89.183.342
México	220.021	207.615
Uruguai	41.648	48.096
Venezuela (*)	2.293	68.877
Outros países da América Latina	418.368	425.973
Estados Unidos e Canadá	437.669	465.840
Extremo Oriente	74.093	96.394
Europa	118.917	138.347
Outros	<u>57.768</u>	<u>63.499</u>
Total	<u>89.297.975</u>	<u>90.697.983</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

(*) Vide nota explicativa nº 3.b.3.

34 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais às variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em milhões de Reais	31/12/2019	31/12/2018
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	455,6	254,2
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	213,5	235,1
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	1.445,0	1.384,9
	<u>2.114,1</u>	<u>1.874,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(6.895,1)	(5.515,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(344,5)	(567,7)
	<u>(7.239,6)</u>	<u>(6.083,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>3.636,4</u>	<u>2.483,0</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.489,1)</u>	<u>(1.726,1)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	452,0	282,7
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(1.941,1)	(2.008,8)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.489,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

Em milhões de Reais	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do	45,2	113,0	226,0
(2) Efeito no patrimônio líquido	Real	(194,1)	(485,3)	(970,6)
(1) + (2)	Efeito	(148,9)	(372,3)	(744,6)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do	(45,2)	(113,0)	(226,0)
(4) Efeito no patrimônio líquido	Real	194,1	485,3	970,6
(3) + (4)	Efeito	148,9	372,3	744,6

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida ativa de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

Em milhões de Reais	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do	28,3	70,7	141,4
(2) Efeito no patrimônio líquido	Real	(200,9)	(502,2)	(1.004,4)
(1) + (2)	Efeito	(172,6)	(431,5)	(863,0)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do	(28,3)	(70,7)	(141,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido	Real	200,9	502,2	1.004,4
(3) + (4)	Efeito	172,6	431,5	863,0

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 26.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

Em milhões de Reais	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	1.780,9	3.722,3
Aplicações financeiras	4.b	2.610,7	2.537,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - DI	34.g	19,3	33,9
Financiamentos e debêntures	16.a	(6.268,6)	(8.440,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - DI	34.g	(3.318,3)	(2.205,5)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	34.g	(821,9)	(823,5)
Posição líquida passiva em DI		<u>(5.997,9)</u>	<u>(5.176,4)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	<u>(103,9)</u>	<u>(201,2)</u>
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(103,9)</u>	<u>(201,2)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	34.g	850,3	811,6
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	<u>(1.457,3)</u>	<u>(1.437,1)</u>
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(607,0)</u>	<u>(625,5)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	16.a	<u>-</u>	<u>(4,0)</u>
Posição líquida passiva em TIIE		<u>-</u>	<u>(4,0)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	16.a	<u>(30,4)</u>	<u>(51,5)</u>
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(30,4)</u>	<u>(51,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.739,2)</u>	<u>(6.058,6)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

<u>Em milhões de Reais</u>	Risco	31/12/2019		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	29,3	73,3	146,5
Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação DI	0,1	0,1	0,3
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(44,5)	(111,2)	(222,3)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(39,2)	(85,6)	(162,9)
Despesa incremental		(54,3)	(123,4)	(238,4)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,2)	(3,0)	(6,1)
Despesa incremental		(1,2)	(3,0)	(6,1)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,7	4,3	8,6
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(8,9)	(17,8)
Despesa incremental		(1,9)	(4,6)	(9,2)
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	-	-	-
Despesa incremental		-	-	-
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,3)	(0,6)	(1,3)
Despesa incremental		(0,3)	(0,6)	(1,3)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2018		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	32,7	81,7	163,3
Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação DI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(55,0)	(137,4)	(274,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(33,7)	(73,4)	(139,6)
Despesa incremental		(55,9)	(128,9)	(250,7)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		(1,7)	(4,2)	(8,3)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	2,8	6,9	13,9
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(9,1)	(18,1)
Despesa incremental		(0,8)	(2,2)	(4,2)
Efeito nos juros da dívida em THIE	Elevação THIE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,5)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,4)	(1,0)	(2,0)
Despesa incremental		(0,4)	(1,0)	(2,0)

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018
AAA	4.906.077	5.933.671
AA	331.512	707.358
A	418.020	262.553
BBB	56.488	90.824
Total	5.712.097	6.994.406

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	31/12/2019	31/12/2018
Ipiranga	447.235	442.486
Ultragaz	94.985	61.975
Oxiten	13.252	12.371
Extrafarma	3.419	5.858
Ultracargo	2.001	2.089
	<u>560.892</u>	<u>524.779</u>
Total	<u>560.892</u>	<u>524.779</u>

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	1,3%	3.843.803	50.198	1,5%	4.372.784	66.208
< 30 dias	2,1%	185.612	3.975	4,0%	132.884	5.344
31 a 60 dias	7,1%	37.801	2.688	7,9%	68.733	5.396
61 a 90 dias	20,4%	24.861	5.062	11,3%	59.006	6.664
91 a 180 dias	41,8%	91.633	38.337	55,8%	105.703	58.959
> 180 dias	53,1%	867.618	460.632	58,6%	652.075	382.208
		<u>5.051.328</u>	<u>560.892</u>		<u>5.391.185</u>	<u>524.779</u>

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	31/12/2019	31/12/2018
Brasil	550.928	513.136
México	1.123	621
Uruguai	267	257
Outros países da América Latina	561	1.750
Estados Unidos e Canadá	889	1.394
Europa	7.075	6.842
Outros	49	779
	<u>560.892</u>	<u>524.779</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.532 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2020 totaliza R\$ 1.771 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 5.205,6 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	em milhões de Reais			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	17.224,8	1.532,0	5.954,9	4.686,3	5.051,5
Instrumentos de proteção (3)	588,4	131,1	143,7	129,3	184,3
Fornecedores	2.700,1	2.700,1	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.043,8	310,0	904,7	508,7	320,4

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 4,40% para 2020, 4,95% para 2021, 5,57% para 2022 e 6,01% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,05 em 2020, R\$ 4,17 em 2021, R\$ 4,33 em 2022, R\$ 4,52 em 2023, R\$ 4,73 em 2024, R\$ 4,93 em 2025, R\$ 5,13 em 2026, R\$ 5,34 em 2027, R\$ 5,56 em 2028 e R\$ 5,78 em 2029; (iii) TJLP de 5,57%; (iv) IGP-M 4,18% em 2020, 3,99% em 2021, 3,75% em 2022, 3,58% a partir de 2023; (v) IPCA de 3,46% em 2020, 3,45% em 2021, 3,50% em 2022 e 3,25% a partir de 2023 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2019, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) e contratos das *commodities heating oil* e RBOB cotados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”) em 31 de dezembro de 2019. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
							R\$ milhões	R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 4,51 %	104,0% DI	nov-23	USD 245,0	USD 245,0	69,3	(10,3)
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 1,11% = 4,1%	105,0% DI	jul-23	USD 150,0	USD 150,0	75,0	45,6
Swap de Juros	Dívida	4,57% + IPCA	95,8% DI	out-24	R\$ 806,1	R\$ 806,1	144,1	35,6
Swap de Juros	Dívida	6,47%	100% DI	nov-24	R\$ 90,0	-	0,6	-
Opções (ZCC)	Margem Operacional	Put USD 3,68	Call USD 4,60	dez-20	USD 60,0	USD 149,4	(0,1)	0,3
							288,9	71,2

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
							R\$ milhões	R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 3,60%	65,0% DI	jun-29	USD 853,0	USD 758,3	353,5	246,5
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 2,0% = 4,3%	105,9% DI	jun-20	USD 60,0	USD 60,0	48,5	38,0
Swap cambial	Compromissos firmes	USD + 0,00%	39,9% DI	out-19	USD 17,9	USD 98,5	(2,2)	(8,6)
Swap cambial	Margem Operacional	34,8% DI	USD + 0,00%	fev-20	USD 4,7	USD 8,9	0,6	0,1
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-20	USD 71,6	-	(1,1)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating oil / RBOB	jan-20	USD 56,0	-	(1,3)	-
							398,0	276,0

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do DI	31/12/2019	31/12/2018
Valor nominal – US\$	395,0	395,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	79,5	149,2
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(36,8)	(28,5)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(130,3)	(215,9)
Custo médio efetivo - % do DI	104,4	104,4

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do DI	31/12/2019	31/12/2018
Valor nominal – R\$	806,1	806,1
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	73,0	25,8
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(77,0)	(13,3)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(68,1)	(50,2)
Custo médio efetivo - % do DI	95,8	95,8

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.2, 16.g.4 e 16.g.6.

Em milhões, exceto % do DI	31/12/2019	31/12/2018
Valor nominal – R\$	90,0	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	0,6	-
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(0,2)	-
Resultado financeiro da dívida – R\$	(0,4)	-
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	-

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.7.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* liquidados até 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido no resultado uma despesa de R\$ 29,1 milhões (uma receita de R\$ 10,7 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 550,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 293,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 (perda de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiten (zero cost collar), totalizavam US\$ 60,0 milhões (US\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma despesa não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2019 (ganho de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95,0 milhões (US\$ 96,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 55,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 (perda de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	31/12/2019	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	230,0	0,0
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(1,7)	(0,1)
c - Swaps de juros em Reais (iii)	(4,0)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(262,1)	(349,0)
Total	(37,8)	(349,0)

	31/12/2018	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	181,5	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(3,8)	0,2
c - Swaps de juros em Reais (iii)	12,5	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(134,0)	(289,6)
Total	56,2	(289,4)

- (i) não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);
- (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;
- (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e
- (iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			31/12/2019		31/12/2018	
	Categoria	Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	284.992	284.992	205.482	205.482
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	1.780.939	1.780.939	3.722.308	3.722.308
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	49.448	49.448	11.161	11.161
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.937.967	1.937.967	2.462.018	2.462.018
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	595.816	595.816	2.208	2.208
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.904	76.904	73.089	73.089
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	303.417	303.417	154.811	154.811
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	682.615	682.615	363.329	363.329
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.689.500	3.663.247	4.150.876	4.111.971
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	800.936	839.090	715.530	752.471
Total			10.202.533	10.214.435	11.860.812	11.858.848
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.666.092	1.666.092	1.567.374	1.567.374
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.008.414	7.268.742	6.889.310	6.840.079
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.657.339	5.603.669	5.826.242	5.770.979
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.030.892	1.030.891	833.213	833.213
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.588.673	1.588.673	46.066	46.066
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	29.985	29.985	43.944	43.944
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.700.071	2.678.808	2.731.677	2.710.352
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	130.657	130.657	123.095	123.095
Total			18.812.123	19.997.517	18.060.921	17.935.102

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 25).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 25). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	284.992	284.992	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	1.780.939	-	1.780.939
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	49.448	49.448	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.937.967	1.937.967	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	595.816	-	595.816
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.904	-	76.904
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	303.417	18.985	284.432
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	682.615	-	682.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.663.247	-	3.663.247
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	839.090	-	839.090
Total			10.214.435	2.291.392	7.923.043
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	1.666.092	-	1.666.092
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16	7.268.742	4.587.932	2.680.810
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16	5.603.669	-	5.603.669
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	1.030.891	-	1.030.891
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.588.673	-	1.588.673
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	29.985	-	29.985
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.678.808	-	2.678.808
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	130.657	-	130.657
Total			19.997.517	4.587.932	15.409.585

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Categoria		Nota explicativa	31/12/2018	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.722.308	-	3.722.308
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.208	-	2.208
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	-	73.089
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	154.811	1.666	153.145
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	-	363.329
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	4.111.971	-	4.111.971
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	752.471	-	752.471
Total			11.858.848	2.680.327	9.178.521
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.567.374	-	1.567.374
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.840.079	2.841.436	3.998.643
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.770.979	-	5.770.979
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	833.213	-	833.213
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	46.066	-	46.066
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	43.944	-	43.944
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.710.352	-	2.710.352
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	123.095	-	123.095
Total			17.935.102	2.841.436	15.093.666

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2019. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,76 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2018) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	700.499	1.668.202	2.635.905
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(700.465)	(1.668.031)	(2.635.596)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>34</u>	<u>172</u>	<u>309</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	376	62.559	124.742
(4) Margem bruta da Oxiten		(376)	(62.559)	(124.742)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	42.101	102.917
(6) Margem bruta da Oxiten		-	(42.101)	(102.917)
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	372.022	1.039.669	1.707.316
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(372.019)	(1.039.661)	(1.707.303)
(1)+(2)	Efeito líquido	3	8	13
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(65)	8.545	17.154
(4) Margem bruta da Oxitenio		65	(8.545)	(17.154)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	97.938	244.572
(6) Margem bruta da Oxitenio		-	(97.938)	(244.572)
(5)+(6)	Efeito líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2019 para os vencimentos de cada *Swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(195.123)	(137.260)	(74.027)
(2) Dívida a taxa fixa		195.123	137.260	74.027
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-
31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(311.993)	(254.409)	(188.047)
(2) Dívida a taxa fixa		311.993	254.409	188.047
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção a oscilações ao preço de *commodities* em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das demonstrações financeiras em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das *commodities* nos diferentes cenários:

31/12/2019	<u>Risco</u>	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
NDF <i>Commodities</i>				
(1) NDF de <i>Commodities</i>	Redução Preço	100.542	1.490.893	2.881.245
(2) Margem Bruta da Ipiranga	<i>Commodities</i>	(100.542)	(1.490.893)	(2.881.245)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

35 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2019, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2. A controlada Oxiten S.A. possui contratos de fornecimento com a Braskem S.A., que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. Esses contratos estabelecem um compromisso mínimo de compra conforme tabela abaixo:

Planta	Compra mínima em toneladas por ano	Vencimento
Camaçari	205.000	2021
Mauá	44.100	2023

Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

Valor máximo indenizável (*)	
Oxiten	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.603 milhões em 31/12/2019) (*)
Ipiranga	R\$ 1.025
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.612 milhões em 31 de dezembro de 2019), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 322 milhões em 31 de dezembro de 2019), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

c. Concessões portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Tequimar, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

36 Eventos subsequentes

Emissão de ações de bônus de subscrição Extrafarma

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25) emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.114.918.734 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Mensagem da Administração 2019

Iniciamos o ano de 2019 com uma visão otimista em relação ao crescimento econômico do Brasil e seus efeitos positivos sobre o ambiente de negócios, expectativa que já nos primeiros meses mostrou-se pouco realista à luz da velocidade que se conseguiu imprimir às reformas. Ainda assim, mesmo com crescimento menor do que o esperado, houve movimentos importantes para um ambiente macroeconômico mais dinâmico, com taxas de juros mais baixas, inflação sob controle e novos anúncios de privatizações e licitações públicas.

Nesse contexto, atuamos para fortalecer nossa estrutura de gestão e governança, solidificando os pilares para a perenidade do Grupo Ultra. Em abril houve uma importante renovação no Conselho de Administração, com eleição de quatro novos membros, que trazem experiências e competências complementares para a Companhia. Em adição ao Comitê de Pessoas, que já existe desde 2011, criamos o Comitê de Estratégia e reestruturamos o Comitê de Auditoria e Riscos, que passou a contar com membros independentes do Conselho.

Implementamos Conselhos Consultivos em cada uma das nossas empresas, compostos pelo CEO e CFO da Ultrapar e por dois conselheiros externos, especialistas no setor de atuação de cada negócio. Os Conselhos Consultivos têm contribuído para elevar a qualidade da supervisão e acompanhamento de cada negócio, por meio de análises mais profundas sobre estratégia, investimentos, pessoas e resultados.

Em continuidade ao nosso processo planejado de sucessões na Diretoria Executiva, efetivamos a sucessão na liderança da Ultracargo e continuamos dedicados a construir um *pipeline* de líderes empresários, tanto na Ultrapar como em nossos negócios.

Aprimoramos nosso processo de planejamento estratégico iniciado em 2018, visando as perspectivas de longo prazo de nossos negócios, bem como fortalecendo a estratégia de portfólio da Ultrapar. As alterações implementadas em nossa governança foram fundamentais para que esse objetivo pudesse ser alcançado, especialmente com a dinâmica criada entre os Conselhos Consultivos, a Diretoria Executiva, o Comitê de Estratégia e o Conselho de Administração.

Na Ipiranga, observamos uma nítida evolução na gestão organizada por unidades de negócio, implementada no início de 2019, que visa a maximização de valor nas iniciativas que anteriormente tinham como objetivo apenas impulsionar a venda de combustíveis. Nesse sentido, iniciamos um projeto piloto para operação de lojas próprias da am/pm, que nos permitirá ampliar nosso conhecimento do negócio e agregar valor aos nossos franqueados. O aplicativo Abastece Aí segue em crescimento exponencial e já realiza transações anualizadas acima de R\$ 4,0 bilhões, enquanto o Km de Vantagens, maior programa de fidelidade do país, segue agregando novos usuários e ultrapassou a marca de 32 milhões de participantes.

No negócio principal da Ipiranga, a distribuição de combustíveis, estamos fortalecendo nossa estrutura logística e implementando iniciativas de redução de custos e despesas, para seguirmos crescendo com mais eficiência, mesmo diante de um ambiente de mercado mais competitivo. Além disso, aprimoramos nossas ferramentas de precificação, por meio de inteligência de dados, e seguimos comprometidos com a satisfação de nossos revendedores, por meio de uma relação comercial mais próxima e transparente. Criamos um *hub* de inovação, o “Turbo”, para alavancar nossas plataformas digitais e manter a Ipiranga na vanguarda de inovação no setor.

Na Oxiten, tivemos um forte impacto nos resultados, em função da queda das margens de *commodities* petroquímicas em todo o mundo e de um início de operações mais difícil do que se antevia da nossa planta nos EUA. Para contrapor esses fatores, a gestão da Oxiten adequou sua estrutura de custos e manteve os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e no lançamento de novos produtos, proporcionando formulações de melhor performance para os nossos clientes e com menor impacto para o meio ambiente. A maturação da planta nos EUA segue como uma importante alavanca de geração de valor para a Oxiten, que se beneficiará de condições mais atrativas de matéria-prima e infraestrutura no maior mercado de tensoativos do mundo.

A Ultragaz segue como referência em excelência operacional e inovação no setor de GLP e está investindo na interiorização de sua operação, em novos canais de comercialização e na diferenciação de seus serviços. Em agosto de 2019, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou o fim da prática de diferenciação de preços de GLP, entre envasado e granel, eliminando uma distorção histórica, o que aumenta a competitividade do GLP frente a outros energéticos. Apesar da contração de mercado no primeiro semestre, observamos uma recuperação importante no segundo semestre, o que fortalece nossa convicção de um bom ano para Ultragaz em 2020.



Na Ultracargo, completamos as expansões de capacidade nos terminais de Santos e Itaquí, que entraram em operação no segundo semestre. Além disso, vencemos a licitação para construção de um novo terminal de graneis líquidos no porto de Vila do Conde, no Pará, ampliando nossa atuação geográfica. Assinamos, ainda, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, referente ao incêndio ocorrido no terminal de Santos em 2015, que contempla projetos para compensar os impactos causados ao estuário de Santos e seguimos realizando melhorias contínuas em segurança em todos os nossos terminais. Vemos uma demanda crescente pelos serviços prestados pela Ultracargo e, certamente, estamos bem posicionados para nos beneficiar dessas oportunidades.

Na Extrafarma, migramos de uma estratégia de expansão acelerada em diversas regiões para uma consolidação de nossa presença nas regiões de maior rentabilidade. Além disso, direcionamos os investimentos para melhorar nossa estrutura logística e sistemas de informação, aumentando a eficiência da operação, reduzindo o capital de giro empregado e elevando o nível de serviço aos nossos clientes. Iniciamos a venda de produtos de marca própria, além de personalização de promoções e inauguramos um centro de distribuição em São Paulo. Com essas iniciativas, a Extrafarma reportou uma geração de caixa positiva no segundo semestre do ano.

Para otimizar a nossa estrutura de *holding*, criamos um Centro de Serviços Compartilhados para atender a todos os negócios com nível de excelência e custos competitivos. O Centro está localizado em Campinas e iniciou as operações em janeiro de 2020.

Encerramos 2019 com um EBITDA Ajustado de R\$ 3,1 bilhões, praticamente estável em relação a 2018, com uma geração de caixa operacional após investimentos de R\$ 1,7 bilhão e um lucro líquido de R\$ 906 milhões, dos quais R\$ 479 milhões foram distribuídos via dividendos aos nossos acionistas. Esses valores não consideram a baixa contábil de R\$ 593 milhões referente ao ágio gerado na aquisição da Extrafarma, a baixa de ativos de R\$ 14 milhões pela venda da Oxiten Andina e o TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo.

Em 2019 alongamos o perfil de nossa dívida, com a captação de US\$ 500 milhões em títulos no mercado internacional, com vencimento em 10 anos, utilizando os recursos para gestão do passivo. A redução da nossa alavancagem financeira segue sendo um objetivo importante e, nesse sentido, mantivemos a seletividade na alocação de capital, sem abrir mão do nosso crescimento.

Diante desse contexto, anunciamos em dezembro o nosso plano de investimentos para 2020, superior a R\$ 1,7 bilhão, que contempla infraestrutura logística e projetos de expansão e ganhos de produtividade, além de manutenção e segurança.

Agradecemos aos nossos clientes, consumidores, parceiros, fornecedores, acionistas e sociedade em geral pela confiança e, especialmente, aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação no desenvolvimento do Grupo Ultra.

Pedro Wongtschowski

Presidente do Conselho de Administração

Frederico Fleury Curado

Diretor Presidente



Perfil da Companhia

A Ultrapar possui mais de 80 anos de história, com suas origens em 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragaz, empresa pioneira na utilização do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) como gás de cozinha. A busca constante por crescimento transformou a empresa em um dos maiores grupos empresariais do país. Hoje a Ultrapar ocupa posição de destaque em todos os segmentos em que atua: cadeia de óleo e gás, através da Ultragaz, Ipiranga e Ultracargo; especialidades químicas, através da Oxiteno, e varejo farmacêutico, com a Extrafarma.

Desde 1999, a Ultrapar mantém ações listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE), com ADRs Nível III, e na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3). Desde 2011, é parte do Novo Mercado da B3.

Ultragaz

Pioneira e líder no mercado nacional de distribuição de GLP, é referência em inovação e na criação constante de soluções para uso do produto. Possui também um moderno laboratório de pesquisa e desenvolvimento para gases especiais, segmento no qual também é líder de mercado.

Ipiranga

Uma das maiores empresas de distribuição de combustíveis e lubrificantes do país, reúne uma rede de mais de 7 mil postos cada vez mais completos e digitais, além da maior franquia de lojas de conveniência do Brasil, a am/pm, com 2,4 mil lojas. Conta também com um dos maiores programas de fidelidade do país, o Km de Vantagens, que encerrou 2019 com mais de 32 milhões de participantes.

Oxiteno

Líder na produção de tensoativos e especialidades químicas na América Latina, com mais de 20% da capacidade de etoxilação das Américas, inaugurou em 2018 uma fábrica nos Estados Unidos para ampliar sua atuação internacional. A nova unidade industrial soma-se às seis no Brasil, três no México e uma no Uruguai. A Oxiteno também possui escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia, além de centros de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil, México e EUA.

Ultracargo

Maior empresa privada de armazenagem para grãos líquidos do Brasil, com terminais em seis portos em locais estratégicos das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Em 2019, a Ultracargo venceu o leilão para implantação de um terminal no Porto de Vila do Conde, no Pará, e o início da operação está previsto para 2023.

Extrafarma

Rede de varejo farmacêutico originada na região Norte, hoje está presente em 11 Estados brasileiros, com 416 lojas onde atuam mais de seis mil colaboradores.

Governança em Riscos, Compliance e Auditoria



A Ultrapar possui uma estrutura organizada de governança para os temas de riscos, compliance e auditoria, que abrange todos os seus negócios.

Em maio de 2019 foi implantado o Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, cujas funções são a de assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia (representada pela Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria) e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos, inclusive se reunindo com a Administração sempre que julgar necessário. Até então, as funções de um comitê de auditoria eram exercidas pelo Conselho Fiscal, de acordo com a prática estabelecida junto à SEC – *Securities and Exchange Commission*. A partir de maio, o Conselho Fiscal passou a exercer exclusivamente suas funções designadas pela Lei das S/A.

A composição atual do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos conta com três membros que também são conselheiros independentes do Conselho de Administração da Ultrapar e um membro externo e independente, que exerce as funções de Coordenador do Comitê.

Especificamente para os temas ligados à conformidade, a Ultrapar conta com um Comitê de Conduta, com Presidência independente e cujos membros são eleitos pelo Conselho de Administração, que é responsável pela gestão do Programa de *Compliance* da Companhia.

Gestão Integrada de Riscos

A Ultrapar possui uma gestão integrada que consolida e organiza, em um sistema de matrizes, os principais riscos dos seus negócios, classificando-os por impactos e vulnerabilidade, viabilizando uma discussão sobre riscos de forma organizada em todos os níveis da administração da Companhia. Este sistema e suas métricas, bem como a governança para a sua atualização e acompanhamento, estão formalizados na Política Corporativa de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração. Em 2019 o Comitê de Auditoria e Riscos revisou a Matriz Sistêmica de Riscos, que forma a base dos riscos que são dimensionados na Matriz de Impacto e Vulnerabilidades, tendo sido submetida e aprovada pelo Conselho de Administração.

Em complemento à Política Corporativa de Riscos, a Companhia possui políticas específicas para a gestão de temas relevantes, como Conflito de Interesses, Anticorrupção, Gestão de Riscos Financeiros, Investimentos, Fusões e Aquisições, Seguros e Concorrencial.

Auditorias Interna e Externa

A Companhia possui uma área de auditoria interna vinculada à Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria que é responsável pela condução da certificação Sarbanes-Oxley, centrada nos controles de elaboração das demonstrações financeiras, envolvendo a atualização anual de diversos níveis de controles, inclusive os controles gerais de tecnologia de informação e controles de gestão. Além disto, a Auditoria Interna é responsável pela execução do Planejamento Anual de Atividades aprovado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

A Auditoria Externa tem a responsabilidade de validar o ambiente de controles internos voltados para a elaboração das demonstrações financeiras, validando-o e certificando-o conforme estabelecido na Lei Sarbanes-Oxley. Além disso, é responsável pelas auditorias das demonstrações financeiras, assegurando a sua integridade, formalizando sua opinião através dos seus pareceres trimestrais e anuais.

Compliance

A Ultrapar possui um Programa de *Compliance* supervisionado pelo Comitê de Conduta, que contém diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, dentre as quais o Código de Ética. O Programa estabelece temas anuais para comunicação e treinamentos, como combate à corrupção, boas práticas concorrenciais e conflitos de interesses e assédio, dentre outros, sempre visando fortalecer a cultura de integridade da Companhia.

O Programa de *Compliance* do Grupo Ultra é avaliado bianualmente, através de um diagnóstico de comportamento realizado por consultoria independente, cujo resultado classifica cada um dos Negócios quanto ao seu grau de maturidade em *compliance* e recomenda medidas adicionais de treinamento ou comunicação.

O Programa também determina a disponibilização de um canal de denúncias a todo o público de relacionamento, que garanta o anonimato e não retaliação aos denunciantes.

A evolução do Programa, bem como do canal de denúncias, é reportada sistematicamente ao Comitê de Conduta e periodicamente ao Comitê de Auditoria e Riscos, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Sustentabilidade e Segurança

As empresas do Grupo Ultra estão presentes no cotidiano de milhões de brasileiros, por meio dos postos Ipiranga, das lojas am/pm, das farmácias Extrafarma, dos botijões da Ultragaz e da Oxiten, que fornece insumos para uma infinidade de produtos de consumo. Para que os combustíveis cheguem aos postos, a Ultracargo tem função importante na infraestrutura logística do Brasil. Com essa abrangência, todas as empresas conduzem iniciativas socioambientais, tanto para minimizar o impacto específico de suas atividades como para contribuir com a construção de uma sociedade mais sustentável.

Em 2019, a Ultrapar realizou seu primeiro estudo de materialidade sob a ótica dos seus diferentes *stakeholders*, com o objetivo de identificar os temas críticos da Companhia nas dimensões ambiental, social e de governança (ASG). A partir desse estudo, será elaborada uma Política de Sustentabilidade e redefinidas as prioridades de atuação. A partir de 2020 pretendemos adotar uma nova estrutura de reporte, proporcionando maior transparência e objetividade. Nesse contexto, Ipiranga, Ultracargo e Extrafarma também iniciaram seus respectivos estudos de materialidade, ao passo que Ultragaz e Oxiten já o fizeram em anos anteriores.

Ultragaz

Os projetos socioambientais desenvolvidos pela Ultragaz dividem-se nas frentes de educação, cultura e preservação ambiental e têm como foco dois públicos: crianças e jovens de escolas e instituições públicas e mulheres de classes menos favorecidas.

Em 2019, a Ultragaz investiu em mais de 20 projetos sociais com foco em educação e cultura para crianças e adolescentes de classes menos favorecidas, tais como: Recriarte, ASA, Vocação, Pluga Cuca, Escola de Música e Informática, Ultragaz Cultural (carreta cinema), entre outros. Merece destaque o lançamento do Projeto Memória Local, em parceria com o Museu da Pessoa e Instituto Avisa Lá, onde, por meio da capacitação das equipes das secretarias de educação de sete cidades em diferentes Estados, se dá a transformação das histórias locais em livros. Esse projeto envolveu 1.474 alunos de 56 escolas públicas e 142 educadores.

Com relação às mulheres, a Ultragaz implementou projetos de empoderamento feminino em parceria com a Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários (Afesu), cujo objetivo é apoiar adolescentes em condição de vulnerabilidade social. Já em conjunto com a Rede Mulher Empreendedora (RME), patrocinou cursos de capacitação para fomentar o empreendedorismo e resgatar a autoestima em mulheres vítimas de violência doméstica.

No Programa de Voluntariado Corporativo, vale ressaltar a participação dos colaboradores em projetos da *Junior Achievement*, uma das mais importantes organizações de empreendedorismo, meio ambiente e negócios do mundo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com orientações em temas como educação e sustentabilidade, finanças pessoais e ética. No total, a Ultragaz engajou 357 voluntários no ano para participar dos projetos Ler é Presente, Horta na Escola, Mãos à Obra na Escola, Lendo e Aprendendo e Abre Portas Ultragaz, além do *Junior Achievement*.

Teve continuidade ainda a Campanha Junte Óleo: Ultragaz Coleta e Soya Recicla, em parceria com a Bunge e o Instituto Triângulo. Uma parte do óleo coletado é usado para fabricar o sabão e outra é direcionada à produção de biodiesel. A campanha ocorre no Ceará, na Bahia, em Minas Gerais, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, usufruindo da capilaridade e alcance da Ultragaz entre os lares brasileiros.

A Ultragaz compensa as emissões de gás carbônico decorrentes dos projetos itinerantes que patrocina, isto em trabalho conjunto com a ONG Iniciativa Verde, e, como parte do Programa Carbon Free, promove o plantio de árvores para neutralizar o CO2 produzido.

Como consequência de um trabalho consistente, a Ultragaz foi reconhecida mais uma vez, na pesquisa de clima, por 92% do seu público interno, como uma empresa sustentável preocupada com as questões sociais e ambientais.

Ipiranga

Com o objetivo de minimizar o impacto de suas atividades, a Ipiranga, por meio de seu sistema de gestão SIGA+ (Sistema de Gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social), monitora e gerencia os indicadores de performance para estes temas, de forma a garantir o alinhamento com as normas de referência

para gestão integrada e melhoria contínua. O sistema vem sendo reestruturado a fim de garantir maior eficácia e agilidade.

Além disso, a Ipiranga vem implementando ações voltadas para eficiência energética e, há mais de 10 anos, possui um programa exclusivo e auditado por parte independente para gestão de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o “Programa Carbono Zero Ipiranga”. A compensação de emissões próprias que não puderam ser reduzidas ocorre por meio da aquisição de créditos de carbono com certificação internacional. Além disso, o Programa oferece aos clientes Ipiranga a oportunidade de compensar também suas emissões e conta com um site exclusivo, dando transparência às informações.

O cumprimento das leis, o compromisso com a sustentabilidade e a ética nas relações, além de refletidos no Código de Ética, são reforçados em cada relacionamento com os *stakeholders*. Alinhado a estes princípios, a Ipiranga aderiu em 2013 ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO), assumindo o compromisso de não possuir relações comerciais com aqueles que se utilizam de trabalho escravo ou análogo em sua cadeia de fornecimento. Com o objetivo de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas, a Ipiranga desenvolve campanhas de conscientização junto ao público caminhoneiro, por meio do “Programa Na Mão Certa”, da Organização internacional *Childhood* Brasil, do qual é mantenedora.

Também atuando nesse importante elo da cadeia, a Ipiranga possui o Programa “Saúde na Estrada”, programa itinerante de promoção da saúde que, desde o lançamento, já atingiu mais de 500 mil pessoas, de 180 municípios em 23 Estados, oferecendo serviços médicos gratuitos como vacinações, avaliação da composição corporal, entre outros. Ainda comprometida com seu papel social, realiza investimentos em projetos sociais no entorno das localidades onde atua, orientada pela Política de Responsabilidade Social e Política de Incentivo Social Privado.

Para promover o fortalecimento da cultura de segurança e a valorização da vida, a Ipiranga possui um programa que busca garantir as condições físicas adequadas, procedimentos eficientes e o comportamento seguro em suas operações. O Programa de Segurança possui um plano estruturado de investimentos para confiabilidade dos ativos, engajamento e capacitação de públicos de interesse, de forma a torná-los agentes de mudança. Em 2019, lançou o Plano de Comunicação “Segurança 360°”, com o tema “Risco Controlado, Vida Preservada”, engajando funcionários, terceiros e motoristas através de ações culturais ao longo do ano. Além disso, foi desenvolvido o Plano de Continuidade dos Negócios, com o objetivo de consolidar em uma única estrutura o processo de gestão de crise, atendimento a emergências e contingência operacional.

Oxitenó

Em 2019 a Oxitenó validou o Plano Estratégico de Sustentabilidade 2030. Composto por 8 ambições e desdobrado entre 28 metas ambientais, sociais e econômicas, o plano está alinhado com as demandas dos clientes, da sociedade e dos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU (ODS). O plano estratégico está disponível no site <http://www.oxitenó.com.br/sustentabilidade/>.

Na busca por soluções mais sustentáveis, a Oxitenó utiliza a metodologia de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) para auxiliar no desenvolvimento de seus produtos. A metodologia, que é normatizada pelas ISOs 14040 e 14044, permite quantificar os impactos ambientais de um produto, ao longo de toda sua existência, desde a extração de suas matérias-primas, passando pelo processo de produção, durante seu uso e descarte. Em 2019, três estudos de ciclo de vida foram realizados e, sempre que possível, a Oxitenó substitui o uso de insumos sintéticos e derivados petroquímicos por outros de origem vegetal. Além disso, prioriza a elaboração de produtos concentrados, biodegradáveis e aliados na redução do uso de energia, consumo de água e de embalagens.

Nas questões sociais, a Oxitenó aporta patrocínios e investimentos sociais privados para o desenvolvimento das comunidades do seu entorno. Além de iniciativas como corais musicais, programas de voluntariado em escolas, a Oxitenó apoia o projeto social Integrar Arte e Vida, em Mauá (SP), desenvolvido na Escola Municipal Cora Coralina em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A ação, que envolve mensalmente cerca de 220 alunos, estimula crianças e jovens a permanecerem na escola e completarem sua jornada educacional por meio da oferta de oficinas culturais e esportivas nas modalidades dança, futsal e judô, como atividades extracurriculares do colégio.

Por fim, pelo segundo ano consecutivo, a Oxitenó apoia o projeto “Baú das Artes”, iniciativa que entrega acervos com mais de 300 livros infantis, jogos educativos, brinquedos, fantasias e instrumentos musicais, além de capacitar os professores para conectarem os materiais com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 2019 foram beneficiadas 22 escolas entre os municípios de Camaçari (BA), Mauá e Tremembé (SP), 367 educadores capacitados e um potencial de 8.000 crianças impactadas pelo projeto.

Ultracargo

Adicionalmente, em 2019, foi lançado o Código de Conduta Ambiental que estabelece as boas práticas que devem ser adotadas pela empresa e parceiros. O documento foi disseminado para os colaboradores por meio de uma ampla campanha de comunicação, que contou com a disponibilização de um *e-learning*. O conteúdo do treinamento leva o colaborador a refletir sobre mudanças comportamentais para a construção de uma sociedade mais consciente. Para estabelecer e manter os processos e ferramentas nas áreas de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade, a Ultracargo criou o Sistema de Gestão em SSMAQ, denominado Vital.

A Ultracargo investe para garantir os menores impactos possíveis de suas operações no meio ambiente, acompanhando indicadores de emissão de gases do efeito estufa, consumo de água e energia, destinação de resíduos e efluentes e vazamentos. Todas as suas unidades são certificadas pela ISO 14001.

Na parte social, a Ultracargo manteve o apoio à iniciativa Comunidade em Ação, do jornal Tribuna de Santos, premiação que divulga e dá visibilidade a projetos que contribuem para melhorar a vida de milhares de pessoas da Baixada Santista. Assim como a Ipiranga, a empresa também passou a patrocinar o “Programa Na Mão Certa”, iniciativa da *Childhood* Brasil que tem por objetivo enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras.

Extrafarma

Em 2019, a Extrafarma implementou um programa de substituição de lâmpadas em sua rede, passando a adotar a tecnologia LED, mais econômica e durável. Com esta medida, a empresa reduziu o consumo de energia para iluminação das lojas em quase 30%.

Adicionalmente, a empresa desenvolveu um projeto de geração de energia distribuída com base em energia solar e biogás. Esta iniciativa é um estímulo à produção de energia limpa e renovável, possibilitando uma economia de cerca de 15% nos gastos totais com energia. Em 2019 foi concluído o processo de contratação de parceiros nos Estados do Maranhão, Pará e Pernambuco. Estimamos que ainda no primeiro semestre de 2020 aconteça a implantação no Estado do Ceará, abrangendo ao todo 70% do parque de lojas da rede com geração de energia distribuída.

Pelo 4º ano consecutivo, a Extrafarma patrocinou em 2019 o evento da CowParade, nesta ocasião em Salvador, promovendo a cultura local e a responsabilidade social. Ao final da edição, as “vaquinhas” foram leiloadas e todo valor arrecadado foi destinado às instituições Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), entidade filantrópica local que abriga um dos maiores complexos de saúde e Hospital da Criança Martagão Gesteira, o maior hospital exclusivamente pediátrico do Norte e Nordeste.

Pessoas

As pessoas são o maior diferencial da Companhia e fator determinante no sucesso de cada negócio. As iniciativas mencionadas abaixo fazem parte de um modelo de gestão que envolve um sistema de remuneração variável atrelado à meritocracia e à geração de valor de suas empresas. Todos os negócios possuem programas voltados para seus colaboradores, buscando atração, retenção, desenvolvimento e engajamento.

O Comitê de Pessoas da Ultrapar tem por atribuição avaliar e apoiar o Conselho de Administração na designação de Diretores da Ultrapar, avaliar incentivos de longo prazo a serem concedidos aos executivos, opinar sobre o programa de avaliação dos Diretores, acompanhar os programas de desenvolvimento de talentos e de potenciais

Número de colaboradores			
	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
Ipiranga	3.289	3.318	-1%
Oxiten	1.844	1.943	-5%
Ultragaz	3.414	3.511	-3%
Ultracargo	792	710	12%
Extrafarma	6.292	7.112	-12%
Holding	393	440	-11%
Ultrapar	16.024	17.034	-6%



líderes da Companhia. A liderança da Ultrapar e de suas empresas, por sua vez, realizam o desdobramento dos princípios do Grupo Ultra na gestão de pessoas, garantindo que eles estejam presentes em todos os níveis da Companhia, respeitando as especificidades e autonomia de cada negócio na sua execução.

Atração

Com a finalidade de fortalecer a marca empregadora entre os jovens, buscar profissionais qualificados e formá-los com base conceitual consistente, as empresas do Ultra possuem diversos programas de atração (Regular, Férias, *Summer Undergrad* e *Junior Achievement*) com um processo estruturado de desenvolvimento e *job rotation* em diferentes áreas. Os objetivos de cada programa são:

- **Estágio Regular** – formar profissionais com base conceitual consistente, por meio da atração e desenvolvimento de estudantes qualificados;
- **Estágio de Férias** – oferecer oportunidades de estágio nas Universidades Nacionais durante o período de férias, fortalecendo assim a marca empregadora entre os jovens;
- **Summer Undergrad** – oferecer oportunidades de estágio nas Universidades Internacionais durante o período de férias (*Summer Job*), também com o intuito de fortalecer a marca empregadora;
- **Junior Achievement** – programa para os jovens aprendizes, para promover os conceitos de empregabilidade, educação e qualificação, além do estímulo à reflexão sobre o futuro, preparação para o mercado de trabalho e orientação sobre perspectivas de carreira.

Os programas demonstram crescimento na quantidade de candidatos interessados nas vagas a cada ano e o índice de retenção dos talentos mantém-se acima de 70%.

Retenção

Ao longo de 2019, a Ultrapar aprovou uma nova Política Corporativa de Remuneração Executiva. Os princípios de alinhamento, meritocracia e geração sustentável de valor são itens essenciais na política. Em consonância com o aprimoramento do processo de planejamento estratégico da Companhia, o sistema de remuneração dos executivos também foi revisto para torná-lo mais aderente à estratégia, elevando a participação do incentivo de longo prazo na composição da remuneração e incluindo novos indicadores de desempenho.

Desenvolvimento

A cultura de inovação vem sendo implementada nos negócios, por meio de ferramentas estratégicas para formação, capacitação e autodesenvolvimento. O Processo de Carreira e Sucessão viabiliza a análise colegiada de metas, comportamentos e potencial de crescimento, que resulta em decisões específicas de desenvolvimento de carreira (desenvolvimento de habilidades / comportamentos, movimentações entre áreas, promoções, mentoria, *coaching*, etc). Futuros Líderes vem sendo treinados com o objetivo de acelerar a prontidão de colaboradores potenciais para alimentar o *pipeline* de liderança.

Com o intuito de atender a maior quantidade de pessoas em seus treinamentos, as empresas do Ultra dispõem de ferramentas para treinamentos à distância, assim como realiza o desenvolvimento dos seus colaboradores presencialmente. A metodologia ágil, por exemplo, foi trabalhada através de ações de aprendizagem em parceria com o Turbo (*hub* de inovação) e a Garagem Digital, na Ipiranga. O objetivo foi mapear desafios e apoiar o desenvolvimento de novos negócios inovadores, com potencial transformacional para a Ipiranga e seus clientes. Na Ultracargo tecnologias digitais, como soluções de IoT (*Internet of Things*) com foco no monitoramento das operações, visam atender as demandas dos clientes ao longo de suas interações com os terminais e demais etapas da cadeia logística.

Como reconhecimento dos esforços em treinamento, a Extrafarma ganhou o 1º lugar na 14ª edição do prêmio L'Oréal "Conselho na Farmácia" 2019, realizado anualmente com a participação das principais redes de farmácia do Brasil, tendo como objetivo reconhecer aquelas empresas que oferecem o melhor atendimento na categoria de dermocosméticos. Na Ultragaz, o protagonismo é estratégico. O incentivo ao autodesenvolvimento das competências dos colaboradores através da Academia *on Line* permanece. Em 2019 foram disponibilizados 50 novos cursos com mais de 37.000 horas de treinamento. O processo é de extrema importância para a Ultragaz, pois prepara os colaboradores para crescimento na carreira.

Engajamento



As empresas do Grupo Ultra implementaram o *Workplace*, uma plataforma *mobile* do Facebook para comunicação interna com os colaboradores, trazendo mais modernidade às relações, por meio da tecnologia, que permite conexão e confiabilidade de maneira ágil, prática, interativa, atrativa, aberta e democrática a todos.

Com o objetivo de acelerar a implementação da estratégia, a Ultragaz revisou sua estrutura organizacional e unificou as diretorias do domiciliar, além de criar uma nova diretoria de diversificação e expansão e trazer a área de Recursos Humanos, atual Gestão de Pessoas e Organização, para reporte direto ao Presidente da Ultragaz. Além dessas mudanças, foram testadas também novas formas de trabalho em *squads* formados por equipes multidisciplinares, fomentando a metodologia ágil na Ultragaz e capacitando mais de 120 líderes.

Na Ipiranga, com o objetivo de evoluir a cultura organizacional ágil e adaptativa, promover a diversidade e engajar as pessoas ao propósito da empresa, a área de Pessoas e Organização iniciou um processo de transformação cultural envolvendo várias atividades como a implementação de horário flexível para os funcionários, instalação do *wifi*, lançamento do Programa Diversidade, dentre outras.

A liderança da Oxiteno realiza ao final de cada trimestre uma transmissão ao vivo para os colaboradores e apresenta os resultados e estratégia, suas principais realizações no período e próximos passos. O evento é transmitido em português, com tradução simultânea para o inglês e o espanhol. Em média, a transmissão é acompanhada por 1.700 funcionários. Outra iniciativa é o XLead, destinado aos executivos da Oxiteno em todo o mundo. Trata-se de uma reunião para alinhamento sobre as principais temáticas estratégicas. Ao todo, cerca de 100 pessoas, oriundas de diferentes países estiveram presentes no evento, que tem periodicidade anual. Em 2019, os temas centrais das apresentações dos executivos da empresa e dos convidados foram a transformação digital e cultural.

Na Ultracargo, segurança é responsabilidade compartilhada e incorporada por todos os funcionários. Nesse sentido, o programa DNA Ultracargo visa reforçar a cultura de segurança e a disciplina operacional entre os colaboradores para que a Companhia alcance o estágio Interdependente da Curva de Bradley.

Em 2019, foi lançado o Programa de Diversidade na Extrafarma para permitir maior empatia com os clientes e enriquecer o processo decisório. Equipes mais diversas e um conjunto de habilidades, experiências e pontos de vista mais amplos possibilitam entender melhor os clientes, ampliar a visão na troca de ideias e entregar serviços e soluções cada vez melhores. O programa foi lançado com as frentes de Pessoas Com Deficiência (PCD), Gênero, Gerações e Diversidade Cultural.

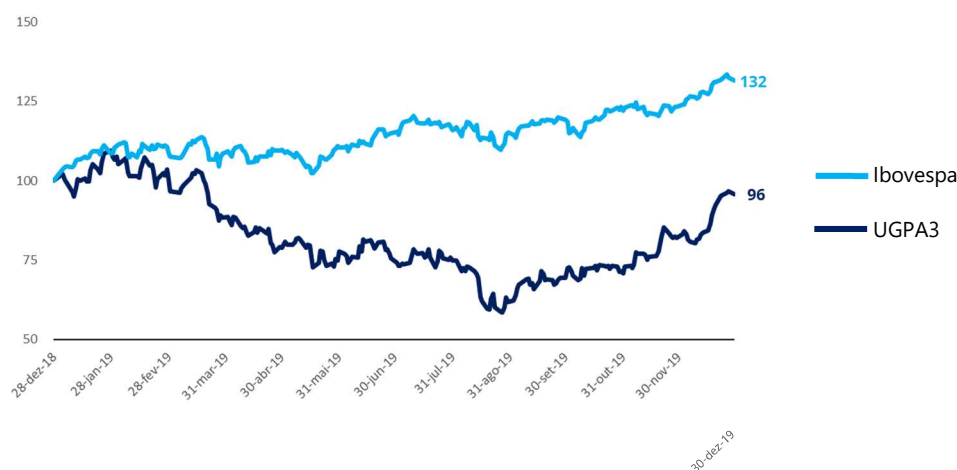
Mercado de capitais

As ações da Ultrapar encerraram 2019 cotadas a R\$ 25,48 na B3, queda de 4% no ano, enquanto o índice Ibovespa valorizou 32% no mesmo período. Na NYSE, as ações da Ultrapar apresentaram desvalorização de 8% no ano fechando a US\$ 6,26, enquanto o índice Dow Jones apresentou valorização de 22% no mesmo período. O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R\$ 154 milhões/dia em 2019 (+11%). A Ultrapar encerrou o ano com valor de mercado de R\$ 28 bilhões.

Em abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, de forma que uma ação passou a representar duas ações de mesma classe e espécie. O desdobramento foi efetivado em 24 de abril de 2019 e não implicou em alteração do capital social da Ultrapar. Os números deste relatório refletem o efeito do desdobramento.

Em 2019, a Ultrapar integrou 11 índices da B3, sendo eles: IBOV (Bovespa), IBRA (Brasil Amplo), IBRX-50 (Brasil 50), IBRX (Brasil), ICO2 (Carbono Eficiente), IGCT (Governança Corporativa Trade), IGC (Ações com Governança Corporativa), IGNM (Governança Corporativa – Novo Mercado), ITAG (Ações com Tag Along Diferenciado), IVBX-2 (Valor BM&F Bovespa) e MLCX (Mid-Large Cap).

Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2019 (Base 100)



Dividendos

Histórico de dividendos			
Exercício	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)	Payout
2019	479	0,44	119%
2018	685	0,63	60%
2017	951	0,88	62%
2016	907	0,84	58%
2015	871	0,80	58%

O Estatuto Social da Ultrapar estabelece distribuição de dividendo mínimo obrigatório a seus acionistas de 50% do lucro líquido. Nos últimos anos, a parcela do lucro líquido destinada ao pagamento de dividendos foi, em média, de 60%.

Em 2019, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 479 milhões, um *payout* de 119% sobre o lucro líquido do ano e um *dividend yield* de 2,1% sobre o preço médio das ações de emissão da Ultrapar. O aumento do *payout* reflete a redução do lucro líquido ocasionada por efeito não recorrente e não caixa relativo ao *impairment* do ágio da Extrafarma, conforme descrito na seção "Análise do Desempenho Financeiro".

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2019

Ambiente econômico-operacional

Indicadores macroeconômicos			
	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
PIB*	1,1%	1,3%	(0,2)pp
Inflação (IPCA)	4,3%	3,8%	0,6pp
Taxa Selic acumulada	5,9%	6,4%	(0,5)pp
Dólar médio (R\$/US\$)	3,95	3,65	8%
Petróleo Brent (US\$/barrel)	64	71	-10%

* Projeção Focus de 07/02/20 para 2019

2019 marcou o primeiro ano da gestão do novo governo. As pautas de privatizações, desburocratização e reformas estruturais demonstram o comprometimento da nova equipe econômica em ajustar as principais rubricas do resultado fiscal. A aprovação da reforma da previdência no Congresso Nacional foi um grande avanço nessa direção.

A inflação pouco pressionada permitiu quatro cortes consecutivos na taxa Selic, chegando à 4,50% no final de 2019, seu menor patamar histórico. O índice BOVESPA apresentou valorização de 32%, impulsionado pelo aumento da demanda por ativos com maior rentabilidade. Já a cotação média do dólar em 2019 foi de R\$ 3,95/US\$ frente a R\$ 3,65/US\$ em 2018, um aumento de 8%.

O cenário macroeconômico se mostrou desafiador em 2019. O país demorou para ganhar ímpeto e deve fechar com crescimento de 1,1% no PIB, abaixo dos 2,5% previstos pelo mercado no início do ano. A dívida bruta deve alcançar 81% do PIB frente a 77% no fim de 2018, mostrando que, apesar das iniciativas, a dívida ainda cresce mais do que o PIB, o que pressiona o risco Brasil.

A perspectiva do mercado é de um crescimento por volta de 2,3%* no PIB em 2020, com uma inflação benigna na faixa de 3,3%* e uma taxa Selic ainda baixa.

Em relação ao mercado de distribuição de combustíveis, o volume de vendas da ANP subiu 4% em 2019, após manter estabilidade de 2013 a 2018, carregado pelo ambiente macroeconômico. A retomada da economia traz a expectativa de aumento de frota de veículos e diminuição no desemprego, duas variáveis com correlação forte com a demanda por combustíveis para veículos leves (ciclo Otto).

No varejo farmacêutico, a receita bruta registrada pela Abrafarma foi de R\$ 53 bilhões comparado a R\$ 48 bilhões em 2018 (+11%), com adição líquida de 354 farmácias no Brasil.

Na Oxiten, o preço das principais *commodities* continuam influenciados pela crescente oferta mundial, com reflexo na queda de preços. Em 2019, o eteno, o óleo de palmiste e o MEG (Far East) apresentaram queda de 13%, 36% e 33%, respectivamente.

No mercado de GLP, a estabilidade dos últimos anos se manteve em 2019, e o volume de GLP permaneceu praticamente estável, com uma ligeira queda de 0,4%, sendo uma queda de 2,4% no primeiro semestre e aumento de 1,6% no segundo semestre.

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga apresentou redução de 1% em 2019, reflexo da maior competição no mercado, especialmente no segmento de grandes consumidores, com uma queda de 4% no diesel, atenuada por um aumento de 3% em combustíveis para veículos leves (ciclo Otto). O volume de vendas do etanol apresentou crescimento de 14%, enquanto o volume de gasolina reduziu 3%.

A receita líquida da Ipiranga reduziu 1%, fruto, principalmente, do menor volume de vendas. O custo dos produtos vendidos também apresentou queda de 1%, em função das movimentações de preços médios unitários dos combustíveis.

As despesas gerais, administrativas e de vendas caíram 3%, devido principalmente às iniciativas de gestão para redução de custos e despesas, com destaque para as linhas de frete, provisão para devedores duvidosos e



programas de marketing, além de menores despesas da ICONIC, que incorreu em despesas adicionais em 2018 para a integração dos negócios.

A linha de outros resultados operacionais apresentou um crescimento de 50%, resultado principalmente da constituição de créditos extraordinários de PIS/COFINS em 2019.

O EBITDA da Ipiranga em 2019 totalizou R\$ 2.231 milhões, crescimento de 9% em relação a 2018, principalmente devido à redução nas despesas e aos créditos extemporâneos de PIS/COFINS. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Ipiranga em 2019 foi de R\$ 2.487 milhões.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 738 milhões em 2019, direcionados à manutenção e ampliação das redes de postos e franquias e à expansão da infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 341 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 327 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade), R\$ 26 milhões a aquisições de investimentos, R\$ 22 milhões a custos diretos iniciais de ativos de direito de uso e R\$ 21 milhões a liberações de financiamento a clientes e antecipação de aluguel, líquidos de recebimentos.

Oxitenó

O volume de vendas de especialidades químicas diminuiu 4%, com menores vendas em diversos segmentos, influenciado pelo desempenho modesto da economia nos países de atuação da Oxitenó na América Latina, além da redução nas exportações. O volume vendido de *commodities* foi 7% menor na comparação com 2018, período em que a Oxitenó apresentou vendas acima da média nesse segmento.

A receita líquida da Oxitenó apresentou redução de 10%, em função da queda de 13% dos preços médios em dólar, combinado com o menor volume de vendas, apesar da desvalorização de 8% do Real frente ao dólar (R\$ 0,29/US\$).

O custo dos produtos vendidos diminuiu 6% em 2019, devido à redução nos custos em dólares das principais matérias-primas, em particular o eteno e o óleo de palmiste ("PKO") e à queda no volume de vendas, atenuadas pela desvalorização de 8% do Real frente ao dólar (R\$ 0,29/US\$).

As despesas gerais, administrativas e de vendas se mantiveram estáveis em 2019, devido a menores despesas com fretes internacionais e pessoal, em linha com a queda de volume observada no período, atenuadas pela desvalorização de 8% do Real frente ao dólar sobre as despesas das operações internacionais.

A Oxitenó registrou uma baixa de ativos na unidade da Venezuela no valor de R\$ 14 milhões em 2019, em função de decisão de saída da operação local, que impactou a linha de resultado na venda de bens.

O EBITDA da Oxitenó totalizou R\$ 197 milhões em 2019. Desconsiderando o efeito dos créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no valor líquido de R\$ 186 milhões em 2018 e a baixa de ativos da Oxitenó Andina de R\$ 14 milhões em 2019, a redução na comparação anual foi de 52%, decorrente principalmente do menor patamar de margens unitárias em dólar no período e da diminuição no volume de vendas. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Oxitenó em 2019 foi de R\$ 222 milhões.

A Oxitenó investiu R\$ 249 milhões em 2019, direcionados, principalmente, aos investimentos na nova planta de especialidades químicas nos Estados Unidos e à manutenção de suas unidades produtivas.



Ultragaz

O volume total vendido apresentou redução de 1% em 2019, reflexo da retração do mercado e da interrupção temporária no fornecimento de GLP, atenuados pela adição de novas revendas e crescimento das vendas de gases especiais.

A receita líquida da Ultragaz cresceu 1% em 2019, principalmente em função dos reajustes nos preços do GLP. O custo dos produtos vendidos apresentou redução de 1%, devido ao menor volume de vendas no período.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 14% no ano, fruto de maiores provisões para créditos de liquidação duvidosa ("PDD") em 2019 em comparação a uma reversão de PDD em 2018.

O EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 536 milhões em 2019. Excluindo o efeito do pagamento da multa em função da decisão do CADE pela não aprovação da aquisição da Liquigás em 2018, a redução na comparação anual foi de 2%, principalmente em função do menor volume vendido no período e maiores provisões para créditos de liquidação duvidosa. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Ultragaz em 2019 foi de R\$ 587 milhões.

A Ultragaz investiu R\$ 230 milhões em 2019, direcionados principalmente a clientes do segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção da infraestrutura logística e de bases de engarrafamento.

Ultracargo

A armazenagem média da Ultracargo em 2019 aumentou 3% em relação a 2018, devido principalmente à maior movimentação de combustíveis em Suape, Itaquí e Santos.

A receita líquida cresceu 10% em 2019, impulsionada pelo aumento da movimentação e pelos reajustes contratuais. O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 11%, em função de maiores gastos com manutenção, materiais, serviços e pessoal associados à expansão de capacidade em Santos.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 18% devido, principalmente, à maiores despesas com pessoal e ao efeito pontual do recebimento de créditos referentes à cobrança indevida da taxa de gestão portuária em 2018 no valor de R\$ 8 milhões.

A linha de outros operacionais apresentou um total de R\$ 62 milhões negativos em 2019, resultado do provisionamento do TAC de R\$ 66 milhões.

A Ultracargo registrou um EBITDA de R\$ 130 milhões em 2019, em função do TAC, que impactou o resultado em R\$ 66 milhões. Excluindo o efeito mencionado, o EBITDA seria de R\$ 196 milhões, um crescimento de 10% em relação a 2018, em função do aumento na movimentação e no preço médio, reflexo dos reajustes contratuais, apesar dos maiores custos e despesas com o início da operação da capacidade expandida em Santos. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Ultracargo em 2019 foi de R\$ 165 milhões.

A Ultracargo investiu R\$ 252 milhões em 2019, direcionados, principalmente, às expansões nos terminais de Itaquí e Santos, à outorga do terminal da Vila do Conde, à aquisição de um terreno em Santos e à adequação e manutenção da infraestrutura existente.

Extrafarma

A Extrafarma abriu 29 novas lojas e fechou 46 em 2019, uma redução de 4% na rede. No final do período, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 45% da rede, reflexo do ritmo de expansão nos últimos anos.

A receita bruta da Extrafarma cresceu 2% em 2019, em função do crescimento de faturamento do atacado e do varejo, devido principalmente ao reajuste anual nos preços dos medicamentos e maior número médio de lojas, parcialmente compensado pelo ambiente competitivo pressionado e pelo fechamento de lojas de baixo desempenho.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

O custo dos produtos vendidos aumentou 3% em 2019, em decorrência do crescimento das vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 598 milhões, queda de 1%, principalmente em função do ambiente competitivo pressionado.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 6% em 2019, reflexo do maior patamar de depreciação, fruto dos investimentos realizados nos últimos anos, e do efeito do fechamento de lojas com baixo desempenho. Excluindo esses efeitos, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 4% em relação a 2018.

A linha de outros operacionais totalizou R\$ 31 milhões em 2019, resultado, principalmente, da constituição de créditos extraordinários de PIS/COFINS e verbas previdenciárias.

A Extrafarma registrou uma baixa de investimentos em função do fechamento de lojas no valor de R\$ 19 milhões, que impactou a linha de resultado na venda de bens.

Além disso, foi registrado também um *impairment* no ágio da aquisição da Extrafarma no montante de R\$ 593 milhões, sem efeito caixa, como consequência dos resultados inferiores ao do plano inicial.

O EBITDA da Extrafarma totalizou R\$ 660 milhões negativos. Excluindo os efeitos do *impairment* e de depuração de lojas, o EBITDA seria de R\$ 47 milhões negativos em linha ao reportado em 2018, em função principalmente dos efeitos relacionados à estabilização do sistema de varejo em 2018 e créditos extemporâneos em 2019, atenuados pelo ambiente competitivo pressionado. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Extrafarma em 2019 foi de R\$ 566 milhões negativos ou R\$ 47 milhões excluindo o *impairment* e a baixa de investimentos.

A Extrafarma investiu R\$ 89 milhões no ano. O valor foi destinado principalmente ao novo centro de distribuição em São Paulo, inaugurado em agosto, proporcionando menores despesas logísticas e melhor nível de serviço nas operações do Estado, além de abertura e reforma de lojas e projetos de tecnologia da informação.

Ultrapar

Demonstrativo de resultado				
R\$ milhões	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
Receita líquida	89.298	89.298	90.698	-2%
(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(83.187)	(83.201)	(84.537)	-2%
(=) Lucro bruto	6.111	6.097	6.161	-1%
(-) Despesas gerais, adm., com vendas e comerciais	(4.367)	(4.421)	(4.297)	3%
(-) Outros resultados operacionais	180	180	58	212%
(-) Resultado na venda de bens	(30)	(32)	(22)	-43%
(-) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	(593)	(593)	-	na
(=) Lucro operacional	1.301	1.230	1.899	-35%
(-) Resultado financeiro	(507)	(380)	(114)	235%
(-) Equivalência patrimonial	(12)	(12)	(15)	-18%
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	782	838	1.771	-53%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(379)	(398)	(639)	-38%
(=) Lucro líquido	403	440	1.132	-61%
(=) Lucro líquido ex-não recorrentes*	869	906	1.046	-13%

* Não considera efeitos não recorrentes:

- 2018: multa pela não aquisição da Liquigás de R\$ 286 milhões e créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na Oxitenno no valor líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA e R\$ 153 milhões no resultado financeiro
- 2019: TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo, *impairment* na Extrafarma de R\$ 593 milhões e baixa de ativos na Oxitenno Andina de R\$ 14 milhões

Receita líquida de vendas e serviços

A Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R\$ 89.298 milhões em 2019, queda de 2% em relação a 2018, como consequência principalmente da queda na receita da Ipiranga e Oxitenno.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados



O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 83.201 milhões em 2019, diminuição de 2% em relação a 2018, em função da redução do custo na Ipiranga, Oxitenio e Ultragaz.

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.097 milhões em 2019, uma redução de 1% em relação a 2018, em função da diminuição do lucro agregado da Oxitenio e Extrafarma.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar registraram aumento de 3%, devido aos efeitos da inflação sobre as despesas e de fatores específicos de cada negócio.

Outros resultados operacionais

A Ultrapar registrou uma receita líquida de R\$ 180 milhões em 2019, um aumento de 212% em relação a 2018, reflexo da constituição de créditos tributários, atenuados pelo TAC na Ultracargo.

Resultado na venda de bens

O registro de R\$ 32 milhões com despesa na venda de bens decorre principalmente da depuração de lojas na Extrafarma no valor de R\$ 19 milhões e da baixa de ativos da Oxitenio Andina de R\$ 14 milhões em 2019.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O registro de R\$ 593 milhões nessa linha se refere ao *impairment* no ágio da aquisição da Extrafarma.

Cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido – R\$ milhões

Demonstrativo de resultado				
R\$ milhões	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
(=) Lucro líquido	403	440	1.132	-61%
(=) Lucro líquido ex-não recorrentes*	869	906	1.046	-13%
(+) Imposto de renda e contribuição social	379	398	639	-38%
(+) Resultado financeiro	507	380	114	235%
(+) Depreciação e amortização	1.145	851	812	5%
(=) EBITDA	2.433	2.069	2.697	-23%
(+) Cash flow hedge dos bonds	12	12	-	na
(+) Amortização de ativos de contratos com cliente - direito de exclusividade (Ipiranga)	355	355	372	-4%
(=) EBITDA Ajustado	2.800	2.436	3.069	-21%
(=) EBITDA Ajustado ex-não recorrentes*	3.473	3.109	3.169	-2%

* Não considera efeitos não recorrentes:

- 2018: multa pela não aquisição da Liquigás de R\$ 286 milhões e créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na Oxitenio no valor líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA e R\$ 153 milhões no resultado financeiro
- 2019: TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo, *impairment* na Extrafarma de R\$ 593 milhões e baixa de ativos na Oxitenio Andina de R\$ 14 milhões

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado ex-não recorrentes da Ultrapar atingiu R\$ 3.109 milhões em 2019, redução de 2% em relação a 2018.

Considerando os ajustes do IFRS 16, o EBITDA Ajustado ex-não recorrentes da Ultrapar em 2019 foi de R\$ 3.473 milhões.

Depreciações e amortizações¹

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2019 foi de R\$ 1.207 milhões, crescimento de 2% em relação a 2018, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1.230 milhões em 2019, resultado 35% menor que 2018, em função do menor lucro operacional da Oxitenio, Ultracargo e Extrafarma.

Resultado financeiro



O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 380 milhões em 2019, R\$ 267 milhões maior que a registrada em 2018, devido, principalmente, a apropriação de juros de créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 153 milhões, em 2018 e aos efeitos da variação cambial.

Lucro líquido

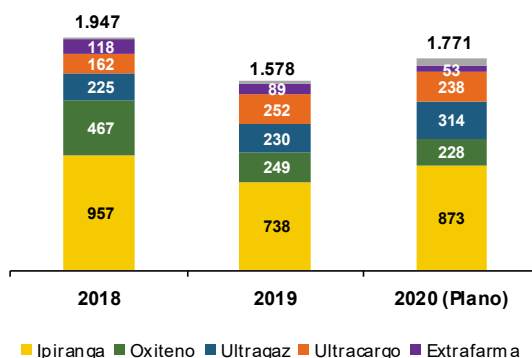
O lucro líquido ex-não recorrentes da Ultrapar de 2019 atingiu R\$ 906 milhões, redução de 13% em relação ao registrado em 2018, principalmente pela redução do EBITDA no período e maior despesa financeira. Considerando os ajustes do IFRS 16, o lucro líquido ex-não recorrentes da Ultrapar em 2019 foi de R\$ 869 milhões.

Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2019 com uma dívida bruta de R\$ 14.393 milhões e R\$ 5.712 milhões em caixa, perfazendo um endividamento líquido de R\$ 8.681 milhões, aumento de R\$ 469 milhões em relação a 2018. O endividamento líquido ao final de 2019 corresponde a 2,9x do EBITDA dos últimos 12 meses, desconsiderando o *impairment* da Extrafarma, comparado a 2,7x ao final de 2018.

Investimentos e perspectivas

Investimentos orgânicos por negócio – R\$ milhões



Em 2019, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e recebimentos, totalizaram R\$ 1,6 bilhão, uma redução de 19% em relação ao montante investido em 2018.

Para 2020, o plano de investimentos da Ultrapar totaliza R\$ 1,8 bilhão e demonstra o comprometimento da Companhia com o crescimento sustentável de seus negócios e a seletividade na alocação de capital.

Na Ipiranga, o limite aprovado é de R\$ 873 milhões, sendo aproximadamente 60% voltado para a expansão (i) da rede de postos, (ii) da infraestrutura de abastecimento, a partir da construção de duas novas bases de operação e das concessões obtidas em Belém (PA), Cabedelo (PB) e Vitória (ES) e (iii) de operações próprias e novas franquias da am/pm e Jet Oil. Os outros 40% estão voltados para a manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos com revendedores, infraestrutura logística e tecnologia para apoiar as operações.

O investimento de R\$ 228 milhões aprovado para Oxiteno será direcionado substancialmente à manutenção e segurança de suas unidades produtivas, P&D e avanços nos sistemas de informação.

Na Ultragaz, os investimentos contemplam R\$ 314 milhões destinados à captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, reposição e aquisição de vasilhames para suportar o crescimento de volume, expansão e manutenção das bases de engarrafamento, e à tecnologia da informação.

A Ultracargo deverá investir R\$ 238 milhões principalmente na construção do terminal em Vila do Conde (PA), além da expansão dos terminais de Itaqui (MA) e Suape (PE), e na melhoria contínua em segurança, infraestrutura e manutenção dos terminais.



A Extrafarma planeja investir R\$ 53 milhões direcionados principalmente à plataforma sistêmica, expansão da rede e da infraestrutura logística, com destaque para a abertura de um novo centro de distribuição no Nordeste, e manutenção e reforma de lojas.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Companhia possui política de contratação de serviços que podem ser prestados pelos auditores independentes, anexa ao Regimento do Comitê de Auditoria e Riscos, que assegura a não existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade nos serviços de auditorias das demonstrações financeiras prestados pelos auditores independentes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 informamos que durante o exercício de 2019 contratamos dos nossos auditores independentes trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria das demonstrações financeiras, que representaram 17% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a revisão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), auditoria para emissão da carta de conforto em conexão com o processo de oferta de títulos de valores mobiliários, emissão de laudo de avaliação para incorporação societária e revisão de créditos fiscais extemporâneos, que totalizaram R\$ 1.693 mil. O prazo de prestação desses serviços foi inferior a um ano. Esses serviços não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos auditores Independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2020.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.



Geraldo Toffanello



Marcelo Amaral Moraes



William Bezerra Cavalcanti Filho

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar é um órgão estatutário de assessoramento de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio e submetido à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e o seu Regimento Interno.

Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, (4) do desempenho das funções da auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes e (5) do gerenciamento de riscos da Companhia.

A composição atual do Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar conta com três membros independentes do Conselho de Administração e um membro independente externo o qual exerce a função de Coordenador do Comitê.

O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A KPMG Auditores Independentes é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários e B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil e da SEC – Security Exchange Commission e NYSE – New York Stock Exchange nos Estados Unidos da América, inclusive no tocante ao cumprimento do requerido no Sarbanes-Oxley Act. O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê acompanhar as atividades da Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria, avaliando a sua estrutura, procedimentos e efetividade da auditoria interna, revisando em conjunto com o Conselho de Administração o seu desempenho e eventuais recomendações para melhorias dos processos da Companhia.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos analisa e monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gestão de Riscos, manifestando-se sobre qualquer revisão da mesma e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos e avaliações da qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos.

O Comitê deve também assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, código de conduta e demais normativos internos aplicados à Companhia, seus colaboradores e demais stakeholders.

Trimestralmente em caráter ordinário e extraordinariamente sempre que necessário, o Comitê de Auditoria e Riscos participa de reunião conjunta com o Conselho de Administração., relatando o andamento de seus trabalhos. Anualmente é preparado o presente relatório de atividades que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. A cada mandato, o Comitê realiza uma autoavaliação de desempenho, que é apresentada e discutida com o Conselho de Administração.

Desde a sua instalação em maio de 2019, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se dez vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitada a presença de representantes da KPMG Auditores Independentes em suas reuniões.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Governança

- Posse dos membros eleitos pelo Conselho de Administração
- Elaboração e envio para aprovação do Conselho de Administração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos
- Eleição do Diretor de Riscos, Compliance e Auditoria como Secretário do Comitê
- Elaboração do calendário temático de atividades do Comitê
- Discussão e aprovação do orçamento anual do Comitê
- Análise de alterações no Formulário de Referência encaminhado à CVM
- Elaboração e apresentação de relatórios trimestrais de atividades ao Conselho de Administração, incluindo recomendações de aprovação das demonstrações financeiras intermediárias
- Elaboração, encaminhamento e discussão com o Conselho de Administração do presente Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos

Auditores Independentes

- Verificação da qualificação e independência do auditor independente
- Análise do planejamento anual de trabalhos dos auditores independentes
- Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes
- Reuniões de trabalhos conjuntos e sessões reservadas com os auditores independente

Controles Internos e Demonstrações Financeiras

- Acompanhamento do ambiente dos controles internos para a elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna
- Análise da carta de controles internos emitida pela KPMG Auditores Independentes com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados
- Acompanhamento periódico e específico dos planos de ação de TI para a implantação de novos controles de gestão de acesso e intervenções em sistemas e bancos de dados
- Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia
- Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas
- Revisão e discussão das premissas utilizadas pela administração da Companhia na elaboração de projeções financeiras para fins de identificação da necessidade de impairment de ativos e recuperabilidade de impostos
- Análise dos efeitos societários e fiscais decorrentes da incorporação da Oxitenor Nordeste pela Oxitenor S.A.

- Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes
- Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da KPMG Auditores Independentes para a apresentação e discussão de comentários e análises sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras

Auditoria Interna

- Avaliação da estrutura organizacional e orçamento anual da Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria
- Acompanhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados no período e dos eventuais planos de ação para o encaminhamento das recomendações apresentadas
- Acompanhamento de auditorias específicas sobre transações com partes relacionadas
- Avaliação do plano anual de trabalhos de auditoria interna para o exercício de 2020

Gestão Integrada de Riscos

- Análise da Política Corporativa de Gestão de Riscos
- Revisão e encaminhamento da nova Matriz Sistemática de Riscos à aprovação do Conselho de Administração
- Análise da atualização da Matriz de Impacto e Vulnerabilidades dos negócios e da Ultrapar, após a aprovação da nova Matriz Sistemática de Riscos
- Reunião com o Coordenador do Comitê de Riscos Financeiros
- Revisão da Política Corporativa de Gestão de Riscos Financeiros e envio ao Conselho de Administração para aprovação

Conformidade

- Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia das denúncias recebidas pelo Canal Aberto Ultra
- Análise e discussão sobre os resultados de apurações de denúncias e das medidas adotadas para o endereçamento dos pontos identificados
- Acompanhamento do Programa de Conformidade da Companhia
- Análise do plano de adequação da Companhia à Lei Geral de Proteção de Dados

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião:

- A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com adequada independência;
- O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com o porte e complexidade da Companhia;
- As informações fornecidas pela administração e pelos auditores independentes foram suficientes para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos auditores.

Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Ultrapar S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

Flavio Cesar Maia Luz

Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello

Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

José Maurício Pereira Coelho

Membro do Comitê de Auditoria e Riscos



Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Décio de Sampaio Amaral - Diretor

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor





ANEXO III – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 - Comentários sobre:

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas, arquivadas junto à CVM em 19 de fevereiro de 2020, inclusive as notas explicativas a elas relativas, e outras informações financeiras contidas em outras partes do presente documento.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral da Companhia

A Ultrapar é uma companhia com mais de 80 anos de história e posição de destaque nos cinco segmentos em que atua:

- distribuição de GLP, conduzida pela Ultragaz;
- distribuição de combustíveis, conduzida pela Ipiranga;
- produção e comercialização de produtos químicos e petroquímicos, conduzida pela Oxitenio;
- armazenagem para graneis líquidos, conduzida pela Ultracargo; e
- varejo farmacêutico, conduzido pela Extrafarma.

A Ipiranga é uma das maiores redes de distribuição de combustíveis e lubrificantes do país, reúne uma rede de mais de 7 mil postos cada vez mais completos e digitais, além da maior franquia de lojas de conveniência do Brasil, a am/pm, com 2,4 mil lojas e quatro centros de distribuição. Conta também com o maior programa de fidelidade do país, o Km de Vantagens, que encerrou 2019 com mais de 32 milhões de participantes. A Oxitenio é líder na produção de tensoativos e especialidades químicas na América Latina e inaugurou recentemente uma fábrica nos Estados Unidos, ampliando sua atuação internacional. A nova unidade industrial soma-se a seis no Brasil, três no México e uma no Uruguai. A Oxitenio possui escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia. A Ultragaz é pioneira e líder no mercado nacional de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), também é referência em inovação e na criação constante de soluções para uso do produto. Possui uma infraestrutura de distribuição com 18 bases de engarrafamento, 17 bases satélites, uma rede de 5,3 mil revendedores Ultragaz e aproximadamente 55 mil clientes no segmento granel. Além do GLP, possui um moderno laboratório de pesquisa e desenvolvimento para gases especiais, segmento no qual também é líder de mercado. A Ultracargo é o maior provedor de armazenagem para graneis líquidos do Brasil, com presença em seis portos, todos instalados em locais estratégicos das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. A Extrafarma atua em distribuição e varejo farmacêutico com 416 lojas, três centros de distribuição e mais de 6 mil colaboradores. Originada nos Estados do Norte e Nordeste, hoje está presente em 11 Estados brasileiros.

2019

Iniciamos o ano de 2019 com uma visão otimista em relação ao crescimento econômico do Brasil e seus efeitos positivos sobre o ambiente de negócios, expectativa que já nos primeiros meses mostrou-se pouco realista à luz da velocidade que se conseguiu imprimir às reformas. Ainda assim, mesmo com crescimento menor do que o esperado, houve movimentos importantes para um ambiente macroeconômico mais dinâmico, com taxas de juros mais baixas, inflação sob controle e novos anúncios de privatizações e licitações públicas.

Encerramos 2019 com um EBITDA Ajustado de R\$ 3,1 bilhões, praticamente estável em relação a 2018,

com uma geração de caixa operacional após investimentos de R\$ 1,7 bilhão e um lucro líquido de R\$ 906 milhões, dos quais R\$ 479 milhões foram distribuídos via dividendos aos nossos acionistas. Esses valores não consideram IFRS 16, a baixa contábil de R\$ 593 milhões referente ao ágio gerado na aquisição da Extrafarma, a baixa de ativos de R\$ 14 milhões pela venda da Oxitenio Andina e o TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo. A Ultrapar encerrou 2019 com ativo total de R\$ 29,7 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 9,9 bilhões, ambos sem IFRS 16.

Em 2019 alongamos o perfil de nossa dívida, com a captação de US\$ 500 milhões em títulos no mercado internacional, com vencimento em 10 anos, utilizando os recursos para gestão do passivo. A redução da nossa alavancagem financeira permanece um objetivo importante e, nesse sentido, mantivemos a seletividade na alocação de capital, sem abrir mão do nosso crescimento.

2018

O ano de 2018 concentrou uma série de acontecimentos atípicos que reduziram a estabilidade e a previsibilidade das operações de diversos segmentos. Nossos resultados foram impactados no primeiro trimestre de 2018 pela multa contratual pela não aquisição da Liquigás após posicionamento do CADE contrário à transação e, também, pelo ambiente competitivo ainda pressionado no setor de distribuição de combustível dado o volume de combustível importado no período. O segundo trimestre do ano foi marcado pela greve dos caminhoneiros, que paralisou o país e afetou praticamente todos os setores da economia, com reflexos negativos nos índices de confiança dos consumidores e dos empresários, que voltaram a apresentar crescimento somente após a definição das eleições nacionais.

A recuperação econômica observada antes da greve permitiu dois novos cortes de 0,25 p.p. na taxa básica de juros, que passou de 7,0% ao ano ao final de 2017 para 6,5% ao ano, índice mantido desde março de 2018. A cotação média do dólar em 2018 foi de R\$ 3,65/US\$ em comparação a R\$ 3,19/US\$ em 2017, um aumento de 14%.

A decisão dos países membros da OPEP+ de reduzir a produção de petróleo elevou os preços da commodity até setembro. A partir de outubro os preços do petróleo passaram a se retrair em função do anúncio do aumento da produção pelos EUA e da manutenção de estoques em níveis elevados. Ao final do ano, o barril do petróleo estava cotado a US\$ 53/barril (Brent), uma desvalorização de 20% no ano.

Em 2018, o número de veículos leves licenciados voltou a crescer e totalizou 2,5 milhões, com aumento de 14% em relação a 2017. No mercado de produtos químicos de uso industrial, dados da ABIQUIM mostraram recuo de 1% em 2018 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, a receita de vendas foi 8% maior em 2018.

Ao enfrentar esse cenário de desafios e incertezas, a Ultrapar revisou seu plano de investimentos buscando maior seletividade e assertividade na alocação de capital para preservar seu caixa e ajustar suas estruturas atuais a fim de possibilitar a retomada do crescimento. A Companhia encerrou o ano com incremento nos seus índices de liquidez em comparação com 2017 e uma redução no seu nível de alavancagem em comparação com o pico de 2,9x atingido em setembro de 2018.

	2018	2017	2016
Índice de liquidez corrente	2,6	2,2	2,4
Índice de liquidez seca	2,0	1,7	1,9
Dívida líquida/ EBITDA Ajustado	2,7x	1,8x	1,4x

2017

Após dois anos de profunda recessão no Brasil, iniciamos 2017 ainda com PIB em queda, gradualmente retomando a atividade econômica ao longo do ano. As expectativas de retomada se confirmaram gradativamente com o aumento da renda média real e estabilidade nos níveis de desemprego. O início da recuperação econômica permitiu a continuidade dos movimentos de redução na taxa básica de juros, que passou de 13,75% ao ano ao final de 2016 para 7,00% ao ano em 2017. A cotação média do dólar frente ao Real em 2017 foi de R\$ 3,19 em comparação a R\$ 3,49 em 2016, uma redução de 9%. Após 4 anos de queda no número de licenciamentos, o número de veículos leves licenciados voltou a crescer e totalizou 2,2 milhões, com aumento de 9% em relação a 2016. A decisão dos países membros da OPEP de reduzir a produção de petróleo até novembro de 2018 influenciou o preço internacional, que iniciou 2017 cotado a US\$ 55/barril (Brent) e encerrou o ano a US\$ 67/barril, uma valorização de 21%. No mercado petroquímico, dados da ABIQUIM mostraram alta de 6% em 2017 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, a receita de vendas foi 9% maior em 2017. Em 2017, a Ultrapar apresentou receita líquida de R\$ 79,2 bilhões, EBITDA Ajustado de R\$ 3.981,0 milhões e lucro líquido de R\$ 1.525,9 milhões. O índice de endividamento financeiro líquido sobre EBITDA Ajustado foi de 1,8 vezes ao final de 2017. A Ultrapar encerrou 2017 com ativo total de R\$ 28,3 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 9,6 bilhões.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Estrutura de capital

O capital social da Companhia subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 5.171,8 milhões, dividido em 1.112.810.192 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 26 de fevereiro de 2020, foram emitidas 2.108.542 novas ações ordinárias decorrentes do exercício parcial dos bônus de subscrição da aquisição da Extrafarma, aprovado em assembleia geral extraordinária em 31 de janeiro de 2014. Com isso, o capital social da Companhia em 15 de março de 2020 está dividido em 1.114.918.734 ações ordinárias, sem valor nominal.

2019

A Ultrapar encerrou o exercício de 2019 com uma dívida bruta de R\$ 14.393 milhões e R\$ 5.712 milhões em caixa, perfazendo um endividamento líquido de R\$ 8.681 milhões, aumento de R\$ 469 milhões em relação a 2018. O endividamento líquido ao final de 2019 corresponde a 2,9x do EBITDA dos últimos 12 meses, desconsiderando o *impairment* da Extrafarma, comparado a 2,7x ao final de 2018.

2018

A Ultrapar encerrou o exercício de 2018 com uma dívida bruta de R\$ 15.206,1 milhões e caixa bruto de R\$ 6.994,4 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 8.211,7 milhões, aumento de R\$ 991,1 milhões em relação a 2017. Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Ultrapar era de R\$ 9.800,0 milhões, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 84%.

2017

A Ultrapar encerrou o exercício de 2017 com uma dívida bruta de R\$ 13.590,6 milhões e caixa bruto de R\$ 6.369,9 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 7.220,7 milhões, aumento de R\$ 1.505,4 milhões em relação a 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Ultrapar era de R\$ 9.624,0 milhões, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 75%.

(em milhões de Reais)	2019	% sobre Patrimônio Líquido	2018	% sobre Patrimônio Líquido	2017	% sobre Patrimônio Líquido
Endividamento bruto	14.392,7	146%	15.206,1	155%	13.590,6	141%
Caixa e aplicações financeiras	5.712,1	58%	6.994,4	71%	6.369,9	66%
Endividamento líquido	8.680,6	88%	8.211,7	84%	7.220,7	75%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas principais fontes de liquidez derivam (i) do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por nossas operações e (iii) de empréstimos. Acreditamos que essas fontes são adequadas para atender a nossa necessidade de uso de recursos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, investimentos, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Examinamos, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideramos diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiamos esses investimentos com o caixa gerado pelas nossas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

Acreditamos possuir capital de giro suficiente para atender às nossas necessidades atuais. Além do fluxo de caixa a ser gerado pelas nossas operações ao longo do ano, em 31 de dezembro de 2019, tínhamos R\$ 5.712,1 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo. O endividamento financeiro bruto a vencer de janeiro a dezembro de 2020, incluindo juros estimados sobre financiamento, totaliza R\$ 1.532,0 milhões. Adicionalmente, o plano de investimento para 2020 é de R\$ 1.770,7 milhões.

Deveremos desembolsar aproximadamente R\$ 16,0 bilhões para cumprir com nossas obrigações contratuais ao longo dos próximos 5 anos, incluindo a amortização e pagamento de juros de financiamentos já contratados, bem como para financiar nossos investimentos orçados para 2020.

(em milhões de Reais)	2020-2024
Obrigações contratuais	1.676,8
Plano de investimentos 2020	1.770,7
Financiamentos ¹	9.845,0
Juros estimados sobre financiamentos ²	2.328,3
Instrumentos de proteção ³	404,1
Total	16.024,9

¹ Não inclui resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros.

² Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo. Não inclui informações sobre nossos instrumentos derivativos, para os quais o valor justo é divulgado na nota explicativa nº 31. Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 4,40% para 2020, 4,95% para 2021, 5,57% para 2022 e 6,01% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,05 em 2020, R\$ 4,17 em 2021, R\$ 4,33 em 2022, R\$ 4,52 em 2023, R\$ 4,73 em 2024, R\$ 4,93 em 2025, R\$ 5,13 em 2026, R\$ 5,34 em 2027, R\$ 5,56 em 2028 e R\$ 5,78 em 2029; (iii) TJLP de 5,57%; (iv) IGP-M de 4,18% em 2020, 3,99% em 2021, 3,75% de 2022, 3,58% a partir de 2023; (v) IPCA de 3,46% em 2020, 3,45% em 2021, 3,50% em 2022 e 3,25% a partir de 2023 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

³ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2019, e na curva futura de LIBOR (ICE – Intercontinental Exchange) e contratos das commodities *heating oil* e *RBOB* cotados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”) em 31 de dezembro de 2019. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Veja “Item 10.1.f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas”, “Item 10.8.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras” e “Item 10.10.a.i. Descrição quantitativa e

qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos”.

Esperamos atender essas necessidades de caixa por meio da combinação dos fluxos de caixa gerados por nossas atividades operacionais e financeiras, que incluem a contratação de novas dívidas e o refinanciamento de nosso endividamento.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Reportamos um fluxo de caixa das atividades operacionais de R\$ 2.924,9 milhões, R\$ 2.889,0 milhões e R\$ 1.739,0 milhões em 2019, 2018 e 2017, respectivamente. Em 2019, a continuidade das iniciativas implementadas para a otimização do capital de giro e a maior seletividade na alocação de capital contribuíram para a estabilidade do fluxo de caixa em relação a 2018, apesar do menor resultado. O aumento observado em 2018 comparado a 2017 é reflexo das iniciativas voltadas à otimização do capital de giro dos negócios bem como da maior utilização de créditos tributários no ano, parcialmente reduzidas pelo pagamento da multa contratual pela não aquisição da Liquigás. Em 2017, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi R\$ 249,9 milhões menor do que o valor reportado em 2016 (queda de 13%), resultado da queda de 4% do EBITDA Ajustado e de maior investimento em capital de giro na comparação com 2016, reflexo da volatilidade observada nos custos para aquisição de combustíveis e GLP.

O fluxo de caixa das atividades de investimento utilizou recursos de R\$ 1.835,3 milhões em 2019, dos quais R\$ 555,4 milhões referem-se a aplicações financeiras líquidas de resgate e R\$ 1.279,9 milhões investidos em aquisições de imobilizado, intangíveis, aporte de capital em investidas e custos diretos iniciais de ativos de direito de uso (referentes às licitações de terminais portuários vencidas pela Ultracargo, Ipiranga e consórcios com participação da Ipiranga), todos líquidos de alienações de ativos. Em 2018, o fluxo de caixa das atividades de investimento utilizou recursos de R\$ 3.177,6 milhões, dos quais R\$ 1.669,9 milhões referem-se a aplicações financeiras líquidas de resgate (maior migração de equivalentes de caixa para aplicações financeiras, permanecendo esses valores com liquidez imediata) e R\$ 1.507,7 milhões investidos em aquisições de subsidiárias, imobilizado, intangíveis e aporte de capital em investidas, líquido de alienações de ativos. O fluxo de caixa das atividades de investimento utilizou recursos de R\$ 1.371,8 milhões em 2017, dos quais R\$ 60,9 milhões em resgates líquidos de aplicações financeiras e R\$ 1.432,6 milhões investidos em adições ao imobilizado, intangíveis e aporte de capital em investidas, líquido de alienações. Além disso, em 2019, 2018 e 2017 foram investidos R\$ 330,1 milhões, R\$ 390,2 milhões e R\$ 529,7 milhões respectivamente em ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade.

Os fluxos de caixa das atividades de financiamentos totalizaram um consumo de caixa de R\$ 2.922,2 milhões em 2019 e R\$ 801,0 milhões em 2018, e uma geração de caixa de R\$ 340,3 milhões em 2017. Em 2019, o fluxo de caixa das atividades de financiamentos apresentou redução de R\$ 2.121,2 milhões em comparação com 2018, principalmente em função da menor captação de novos empréstimos e aumento no pagamento de juros, especialmente a parcela referente a financiamentos contratados em 2013 que possuíam pagamento dos juros acumulados apenas ao final do período do contrato (bullet). Em 2018, o fluxo de caixa das atividades de financiamentos apresentou redução de R\$ 1.141,3 milhões em comparação com 2017, principalmente em função da maior amortização de financiamentos. Em 2017, o fluxo de caixa das atividades de financiamentos foi R\$ 588,0 milhões menor comparado a 2016, principalmente em função da maior amortização de financiamentos compensada parcialmente pelo aumento de R\$ 833,8 milhões na captação de novos empréstimos e debêntures, que reforçaram a posição de caixa da Companhia.

Com isso, o saldo de caixa e equivalentes totalizou R\$ 2.115,4 milhões em 2019, R\$ 3.939,0 milhões em 2018 e R\$ 5.002,0 milhões em 2017.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos anos de 2019, 2018 e 2017, não apresentamos deficiências de liquidez. Acreditamos que a Ultrapar possui recursos próprios e geração de caixa operacional suficientes para financiamento de capital de giro e investimentos previstos para 2020. Em adição, temos acesso a fontes de financiamentos de terceiros, caso necessário.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nosso endividamento total em 2019, considerando todo o passivo circulante e o passivo não circulante, caiu 4%, de R\$ 20.699,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 19.818,6 milhões em 2019, desconsiderando os efeitos do IFRS 16. Se consideramos o efeito do IFRS 16 o endividamento total em 2019 seria de R\$ 21.360,3 milhões.

O nosso endividamento financeiro bruto no exercício caiu 5%, de R\$ 15.206,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 14.439,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. A parcela de endividamento financeiro de curto prazo correspondia a 8% do nosso endividamento financeiro bruto para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 15% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A tabela abaixo demonstra nosso endividamento financeiro, nos períodos indicados:

Empréstimos	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31 de dezembro 2019	Valor do principal e juros contabilizados até		
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos denominados em moeda estrangeira:					
Financiamento externo (*)	US\$	LIBOR (1) + 0,9%	608,7	582,1	788,8
Financiamento externo (*)	US\$	+ 3,9%	1.057,4	985,3	259,0
Financiamento externo	US\$	LIBOR (1) + 2,1%	243,8	234,4	298,9
Instituições financeiras	US\$	LIBOR (1) + 2,5%	604,7	620,6	330,8
Adiantamento sobre contrato de câmbio	US\$	+3,2%	-	11,7	44,5
Instituições financeiras	US\$	+2,9%	132,4	127,3	106,7
Adiantamento de cambiais entregues	US\$	+2,9%	-	1,5	26,1
Instituições financeiras	MX\$ (2)	+9,0%	41,2	27,8	27,0
Instituições financeiras	MX\$ (2)	TIIE (2) + 1,5%	-	4,0	3,4
BNDES	US\$	+6,5%	0,2	2,6	4,5
Instituições financeiras	Bs\$ (7)	-	-	-	0,6
Notas no mercado externo (*)	US\$	+5,3%	4.213,7	2.889,6	2.454,1
Empréstimos denominados em Reais:					
Debêntures - Ipiranga (4, 6 e 8)	R\$	105,0% do CDI	1.868,6	2.039,7	2.836,7
Banco do Brasil pós-fixado	R\$	107,3% do CDI	611,3	2.614,7	2.794,3
Debêntures – 5ª e 6ª emissão (2 e 7)	R\$	105,3% do CDI	1.752,1	1.757,0	817,7
Debentures – CRA (1, 3 e 5)	R\$	95,8% do CDI	2.036,6	2.029,5	1.380,9
Debentures – CRA (1, 3 e 5) (*)	R\$	IPCA + 4,6%	941,6	833,2	554,4
Debentures – Tequimar	R\$	+6,5%	89,3	-	-
BNDES	R\$	TJLP (3) + 2,4%	62,6	147,9	206,4
BNDES	R\$	SELIC (6) + 2,3%	30,4	51,5	69,4
Arrendamento mercantil financeiro	R\$	IGP-M (5) + 5,6%	-	-	48,5
FINEP	R\$	+4,0%	12,8	22,6	35,6
FINEP	R\$	TJLP (3) + 1,5%	41,3	53,2	32,7
Cédula de crédito bancário	R\$	124,0% do CDI	-	50,1	-
Banco do Nordeste do Brasil	R\$	8,5% (4)	10,0	15,8	28,1
BNDES	R\$	+6,0%	3,9	14,1	26,3
FINAME	R\$	TJLP (3) + 5,7%	0,0	0,0	0,1
Nota de crédito à exportação pós-fixada	R\$	CDI	-	-	157,7
BNDES EXIM	R\$	TJLP (3)	-	-	62,8
BNDES EXIM	R\$	SELIC (6)	-	-	30,9
Total empréstimos			14.362,7	15.116,1	13.426,9
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)			30,0	43,9	163,7
Total			14.392,7	15.160,1	13.590,6

(*) Essas operações foram designadas para hedge accounting (vide nota explicativa nº 34.h da DFP de 2019).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.I da DFP de 2019).

(1) LIBOR – *London Interbank Offered Rate*.

(2) MX\$ é a moeda do México (peso mexicano) e a TIIE é a taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio.

(3) A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é o custo básico de financiamento do BNDES e é fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Em 31 de dezembro de 2019, a TJLP estava fixada em 5,57% ao ano.

(4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

(5) IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

(6) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

(7) Bs\$ = Bolívar.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 31/12/2018	15.116,1
Captações com efeito caixa	2.105,7
Apropriação de juros	845,8
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(2.644,7)
Pagamento de juros	(1.469,8)
Variação monetária e cambial	296,4
Variação de valor justo	<u>113,0</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>14.362,7</u>

Nossos empréstimos consolidados em 31 de dezembro de 2019 apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano	Vencimentos
	(em milhões de Reais)
2020	1.117,4
2021	1.424,8
2022	3.115,5
2023	3.452,0
2024	765,3
2025 em diante	4.517,8
Total	14.392,7

Veja “Item 10.1.c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos”.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Notas no mercado externo

Em 06 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 750 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% a.a., pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Ultrapar e pela sua controlada IPP. A Companhia designou relações de hedge para esta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2.015,4 milhões em 31 de dezembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Companhia e pela controlada IPP. A Companhia designou relações de hedge para parte desta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 806,1 milhões em 31 de dezembro de 2019) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Ultrapar e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Ultrapar e das controladas Ultrapar International e Ipiranga.
- restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 604,6 milhões em 31 de dezembro de 2019) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Ultrapar e suas controladas mantêm os níveis de covenants requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Financiamentos externos

1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395 milhões (equivalente a R\$ 1.592.127 em 31 de dezembro de 2019). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do CDI (vide nota explicativa nº 34.h.1). A IPP designou os instrumentos de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Ultrapar.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	R\$ (milhões)	Custo em % do CDI
Encargos ¹	18,4	74,0	-
Jul/21	60,0	241,8	101,8
Jun/22	100,0	403,1	105,0
Jul/23	50,0	201,5	104,8
Set/23	60,0	241,8	105,0
Set/23	65,0	262,0	104,7
Nov/23	60,0	241,8	104,5
Total / custo médio	413,4	1.666,1	104,4

¹Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Durante a vigência destes contratos, a Ultrapar deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Ultrapar mantém os níveis de covenants requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

2) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 241,8 milhões em 31 de dezembro de 2019), com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Companhia, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Companhia e pela controlada Oxiteno Nordeste.

Debêntures

1) Em novembro de 2019, a controlada Tequimar efetuou sua primeira emissão de debêntures, em

série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00

Vencimento final: 19 de novembro de 2024

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: 6,47%

Pagamento da remuneração: Semestralmente

Repactuação: Não haverá repactuação

2) Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, subscritas e integralizadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

1ª série

Montante: R\$ 660.000.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00

Vencimento final: 18 de dezembro de 2023

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: 97,5% do CDI

Pagamento da remuneração: Semestralmente

Repactuação: Não haverá repactuação

2ª série

Montante: R\$ 240.000.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00

Vencimento final: 15 de dezembro de 2025

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: IPCA + 4,61%

Pagamento da remuneração: Anual

Repactuação: Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

3) Em março de 2018, a Ultrapar efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Montante: R\$ 1.725.000.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00

Vencimento final: 5 de março de 2023

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: 105,25% do CDI
Pagamento da remuneração: Semestralmente
Repactuação: Não haverá repactuação

4) Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante de R\$ 944.077 mil em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, subscritas e integralizadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos da emissão foram utilizados exclusivamente na compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu os direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). A liquidação financeira aconteceu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

1ª série

Montante: R\$ 730.384.000,00
Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00
Vencimento final: 24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final
Remuneração: 95,0% do CDI
Pagamento da remuneração: Semestralmente
Repactuação: Não haverá repactuação

2ª série

Montante: R\$ 213.693.000,00
Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00
Vencimento final: 24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final
Remuneração: IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração: Anual
Repactuação: Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

5) Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Montante: R\$ 1.500.000.000,00
Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00
Vencimento final: 28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal: Anual a partir de julho de 2021
Remuneração: 105,0% do CDI
Pagamento da remuneração: Anual
Repactuação: Não haverá repactuação

6) Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries únicas de 660.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, subscritas e integralizadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos da emissão foram utilizados exclusivamente na compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

1ª série

Montante: R\$ 660.139.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00

Vencimento final: 18 de abril de 2022

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: 95,0% do CDI

Pagamento da remuneração: Semestralmente

Repactuação: Não haverá repactuação

2ª série

Montante: R\$ 352.361.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00

Vencimento final: 15 de abril de 2024

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: IPCA + 4,68%

Pagamento da remuneração: Anual

Repactuação: Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

7) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Montante: R\$ 500.000.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 1.000.000,00

Vencimento final: 25 de maio de 2021

Pagamento do valor nominal: Anual a partir de maio de 2019

Remuneração: 105,0% do CDI

Pagamento da remuneração: Semestralmente

Repactuação: Não haverá repactuação

8) Em março de 2015, a Ultrapar efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de

80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Montante: R\$ 800.000.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 10.000,00

Vencimento final: 16 de março de 2018

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: 108,25% do CDI

Pagamento da remuneração: Semestralmente

Repactuação: Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela controlada IPP na data do seu vencimento.

9) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Montante: R\$ 800.000.000,00

Valor nominal unitário: R\$ 10.000,00

Vencimento final: 20 de dezembro de 2018

Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

Remuneração: 107,9% do CDI

Pagamento da remuneração: Semestralmente

Repactuação: Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela controlada IPP na data do seu vencimento.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2019):

Vencimento	R\$ (milhões)
Encargos ¹	183,3
Mai/20	166,7
Mai/21	166,7
Jul/21	750,0
Abr/22	660,1
Jul/22	750,0
Out/22	730,4
Mar/23	1.725,0
Dez/23	660,0
Abr/24	352,4
Out/24	213,7
Nov/24	90,0
Dez/25	240,0
Total	6.668,2

¹Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

BNDES

As controladas da Ultrapar possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Ultrapar deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e

- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Ultrapar mantém os níveis de covenants requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Instituições Financeiras

As controladas Oxitenos México S.A. de C.V., Oxitenos USA LLC ("Oxitenos USA") e Oxitenos Uruguay possuem empréstimos para investimentos e de capital de giro.

A controlada Oxitenos USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR +2,0% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	R\$ (milhões)
Encargos ¹	0,2	0,7
Fev/20	10,0	40,3
Ago/20	10,0	40,3
Set/20	20,0	80,5
Fev/21	10,0	40,3
Mar/22	30,0	120,8
Out/22	40,0	161,1
Mar/23	30,0	120,8
Total	150,2	604,7

¹ Considera juros e custo de transação.

Os recursos estão sendo utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

Durante a vigência destes contratos, a Companhia deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidado, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Ultrapar mantém os níveis de covenants requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A controlada IPP liquidou antecipadamente R\$ 400 milhões de tais empréstimos em dezembro de 2019.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros acumulados até 31 de dezembro de 2019):

Vencimento	
mai/20	205,3
mai/21	202,9
mai/22	203,1
Total	611,3

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das relações descritas nos itens 10.1.f.i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes e 10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados, a Ultrapar mantém relações de longo prazo com instituições financeiras (i) em conexão com o curso normal de suas operações, como por exemplo, a folha de pagamento de seus funcionários, crédito e cobrança, adquirência, pagamentos e instrumentos de proteção cambial e de juros e (ii) em um contrato de longo prazo entre a Ipiranga e o Itaú Unibanco para a prestação de serviços financeiros e de administração de cartões de crédito com a marca Ipiranga.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 74 milhões em 2019. Exceto por aquelas dívidas contratadas com garantia real, não há grau de subordinação entre as dívidas da Ultrapar.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Ultrapar e suas controladas assumiram compromissos (covenants) relacionados a financiamentos contratados. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Ultrapar e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Ultrapar e das controladas Ultrapar International e Ipiranga.
- restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

Em decorrência da contratação de financiamentos externos, a Companhia deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA (EBITDA) consolidados, menor ou igual a 3,5; e
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA (EBITDA) consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

Em decorrência de contratos de financiamento do BNDES, durante a vigência destes contratos, a Ultrapar deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Companhia mantém os níveis de covenants requeridos por seus financiamentos contratados.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ultrapar – Consolidado

	31/12/2019 IFRS 16	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019 vs. 31/12/2018	31/12/2018 vs. 31/12/2017
ATIVO						
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.205,6	5.205,6	6.792,1	6.285,5	-23%	8%
Contas a receber de clientes e financiamento a clientes	4.072,0	4.072,0	4.436,6	4.147,9	-8%	7%
Estoques	3.715,6	3.715,6	3.354,5	3.513,7	11%	-5%
Impostos	1.447,7	1.447,7	896,9	881,6	61%	2%
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	465,5	465,5	484,5	456,2	-4%	6%
Outros	151,8	197,8	247,2	205,2	-20%	20%
Total Ativo Circulante	15.058,1	15.104,1	16.211,7	15.490,1	-7%	5%
Investimentos	181,6	181,6	129,1	150,2	41%	-14%
Imobilizado	7.572,8	7.578,9	7.278,9	6.637,8	4%	10%
Intangível	1.762,6	1.871,1	2.369,4	2.238,0	-21%	6%
Ativos de direito de uso	1.980,9	0,0	0,0	0,0	n/a	n/a
Aplicações financeiras	506,5	506,5	202,3	84,4	150%	140%
Contas a receber de clientes e financiamento a clientes	418,4	418,4	429,8	330,0	-3%	30%
Imposto de renda diferido	653,7	634,7	514,2	614,1	23%	-16%
Depósitos judiciais	921,4	921,4	881,5	822,7	5%	7%
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.000,5	1.000,5	1.034,0	1.046,1	-3%	-1%
Outros	1.138,9	1.473,2	1.448,5	870,9	2%	66%
Total Ativo Não Circulante	16.137,4	14.586,5	14.287,7	12.794,2	2%	12%
TOTAL ATIVO	31.195,5	29.690,5	30.499,4	28.284,3	-3%	8%
PASSIVO						
Empréstimos, debentures e arrendamento mercantil	1.117,4	1.117,4	2.271,1	3.503,7	-51%	-35%
Arrendamentos a pagar	206,4	3,2	2,8	2,7	14%	5%
Fornecedores	2.700,1	2.700,1	2.731,7	2.155,5	-1%	27%
Salários e encargos	405,6	405,6	428,2	388,1	-5%	10%
Impostos	269,9	269,9	268,0	221,5	1%	21%
Outros	495,6	495,6	634,9	740,9	-22%	-14%
Total Passivo Circulante	5.195,1	4.991,9	6.336,8	7.009,7	-21%	-10%
Empréstimos, debentures e arrendamento mercantil	13.275,3	13.275,3	12.888,9	10.086,9	3%	28%
Arrendamentos a pagar	1.382,3	43,7	43,2	45,8	1%	-6%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	884,1	884,1	865,2	861,2	2%	0%
Benefícios pós-emprego	243,9	243,9	204,2	207,5	19%	-2%
Outros	379,6	379,6	361,0	495,0	5%	-27%
Total Passivo Não Circulante	16.165,2	14.826,7	14.362,6	11.650,6	3%	23%
TOTAL PASSIVO	21.360,3	19.818,6	20.699,4	18.660,3	-4%	11%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	5.171,8	5.171,8	5.171,8	5.171,8	0%	0%
Reservas	4.542,3	4.542,3	4.646,2	4.184,6	-2%	11%
Ações em tesouraria	-485,4	-485,4	-485,4	-482,3	0%	1%
Outros	229,5	266,3	115,5	372,2	131%	-69%
Participação dos não controladores	376,9	376,9	351,9	377,8	7%	-7%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.835,2	9.872,0	9.800,0	9.624,0	1%	2%
TOTAL PASSIVO E P.L.	31.195,5	29.690,5	30.499,4	28.284,3	-3%	8%

A partir de 01 de janeiro de 2019, foi adotado o IFRS 16 emitido pelo IASB. A Companhia selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

Em 01 de janeiro de 2018, foram adotadas as normas IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB. Com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações de 2018 com as informações de 2017 e de 2016 apresentadas neste documento, as informações de 2017 e de 2016 contemplam as alterações retrospectivas nas normas contábeis e, portanto, diferem dos valores reportados anteriormente nas respectivas divulgações de resultados. Para permitir o entendimento dos efeitos da adoção das novas normas contábeis, o item 10.4.b contém os demonstrativos dos impactos dos ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 2.y das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018.

Com a finalidade de manter a comparabilidade de 2019 com as informações de 2018, as discussões de resultado são apresentadas sem os ajustes relacionados ao IFRS 16 e à segregação da Holding.

Ativo

Ativo circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 15.104,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma diminuição de R\$ 1.107,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função da diminuição no caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e nas contas a receber de clientes, parcialmente compensadas pelo aumento em estoques e tributos a recuperar.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras do ativo circulante totalizaram R\$ 5.205,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R\$ 1.586,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, em função principalmente da maior utilização de caixa para amortização de dívida em 2019.

Contas a receber de clientes e financiamento a clientes (circulante)

Contas a receber de clientes somaram R\$ 4.072,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma diminuição de R\$ 364,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função da diminuição na Ipiranga e Oxitenó.

Estoques

Estoques somaram R\$ 3.715,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$ 361,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do aumento nos níveis de estoque de combustíveis na Ipiranga.

Tributos a recuperar (circulante)

Tributos a recuperar somaram R\$ 1.447,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$ 550,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do aumento de créditos extemporâneos e créditos a serem compensados.

Ativo não circulante

O ativo não circulante totalizou R\$ 14.586,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, acréscimo de R\$ 298,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do aumento em aplicações financeiras.

Imobilizado

Imobilizado totalizou R\$ 7.578,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$ 300,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, em função dos investimentos realizados ao longo de 2019 principalmente na Ultracargo, nas expansões nos terminais de Itaquí e Santos. Esses investimentos foram parcialmente compensados pela depreciação e amortização do período.

Passivo

Passivo circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.991,9 milhões, queda de R\$ 1.344,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do pagamento de financiamentos e da redução na conta de dividendos a pagar, apesar do aumento em imposto de renda e contribuição social a pagar.

Empréstimos, debêntures e arrendamentos (circulante)

Empréstimos e debêntures totalizaram R\$ 1.120,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, queda de R\$ 1.153,3 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função da maior amortização de empréstimos com vencimento em 2019, além da amortização antecipada de R\$ 400 milhões em dívidas junto ao Banco do Brasil, e um valor menor de vencimentos em 2020.

Fornecedores

A linha de fornecedores totalizou R\$ 2.700,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, queda de R\$ 31,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, com redução na Oxiten e aumento na Ipiranga.

Passivo não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 14.826,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$ 464,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018. O aumento do passivo não circulante é reflexo do aumento de financiamentos de longo prazo.

Empréstimos, debêntures e arrendamentos (não circulante)

Empréstimos e debêntures totalizaram R\$ 13.319,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$ 386,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, principalmente em função de novas captações de financiamentos de longo prazo e menor transferência de dívidas do longo para o curto prazo.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Ultrapar totalizou R\$ 9.872,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$ 71,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018, em função do aumento nos dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios, parcialmente afetados pela menor reserva de lucros e a variação cambial de cash flow hedge.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017

Ativo

Ativo circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 16.221,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$ 721,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função de aumentos no caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e nas contas a receber de clientes.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizaram R\$ 6.792,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$ 506,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, em função principalmente do aumento na geração de caixa operacional.

Contas a receber de clientes e financiamento a clientes

Contas a receber de clientes somaram R\$ 4.436,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$ 288,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função do aumento na receita líquida.

Estoques

Estoques somaram R\$ 3.354,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, queda de R\$ 159,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função de redução nos níveis de estoque de combustíveis na Ipiranga, parcialmente compensado pelo aumento no estoque da Extrafarma em função do reajuste de preços de medicamento pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e aumento do número de lojas.

Ativo não circulante

O ativo não circulante totalizou R\$ 14.287,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, acréscimo de R\$ 1.493,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função dos aumentos em imobilizado e intangível, fruto dos investimentos realizados, e impostos a recuperar.

Imobilizado

Imobilizado totalizou R\$ 7.278,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$ 641,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, em função dos investimentos realizados ao longo de 2018 principalmente na Oxiten, que inaugurou nova planta nos Estados Unidos em setembro de 2018. Esses investimentos foram parcialmente compensados pela depreciação e amortização do período.

Passivo

Passivo circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 6.336,8 milhões, queda de R\$ 672,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da queda em empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro, parcialmente compensados por aumentos em fornecedores.

Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro

Empréstimos e debêntures totalizaram R\$ 2.274,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, queda de R\$

1.229,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função da amortização de empréstimos com vencimento em 2018, parcialmente compensado pela transferência de montante com vencimento em 2019 do passivo não circulante para o passivo circulante, mantendo o perfil de endividamento da Ultrapar. Veja “Passivo não circulante - Empréstimos e debêntures”.

Fornecedores

A linha de fornecedores totalizou R\$ 2.731,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$ 576,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função do aumento em fornecedores da Ipiranga e da Oxiten, em função dos aumentos de custos ao longo de 2018 e dos maiores prazos médios de pagamento na Ipiranga e Oxiten.

Passivo não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 14.362,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$ 2.711,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. O aumento do passivo não circulante é decorrente do aumento em empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro.

Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro

Empréstimos e debêntures totalizaram R\$ 12.932,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$ 2.845,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente em função de novas captações atenuadas pela transferência do montante com vencimento em 2019 do passivo não circulante para o passivo circulante, com a manutenção do perfil de endividamento da Ultrapar.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Ultrapar totalizou R\$ 9.800,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de R\$ 176,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, em função do aumento na reserva de lucros, fruto do lucro gerado em 2018.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016

Ativo

Ativo circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 15.490,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 2.124,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função de aumentos de caixa e aplicações financeiras, estoque e contas a receber de clientes.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizaram R\$ 6.285,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 598,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, em função principalmente da captação de novos financiamentos no período.

Contas a receber de clientes e financiamento a clientes

Contas a receber de clientes somaram R\$ 4.147,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 759,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função do maior prazo médio de recebimento na Ipiranga.

Estoques

Estoques somaram R\$ 3.513,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 732,3 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função (i) do aumento dos custos do etanol e da gasolina ao longo do ano, elevando o saldo final do estoque da Ipiranga, (ii) do aumento no custo de aquisição do GLP, e (iii) do reajuste de preços de medicamento pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e aumento do número de lojas, ambos elevando o estoque da Extrafarma.

Ativo não circulante

O ativo não circulante totalizou R\$ 12.794,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, acréscimo de R\$ 2.085,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função dos maiores investimentos no período com o aumento em imobilizado e intangível, dos aumentos em imposto de renda diferido, contas a receber de clientes e dos ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade.

Imobilizado

Imobilizado totalizou R\$ 6.637,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 841,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016 em função de maiores investimentos realizados no período.

Passivo

Passivo circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 7.009,7 milhões, aumento de R\$ 1.525,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função do aumento em empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro e fornecedores.

Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro

Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$ 3.503,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 1.028,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente pela transferência de montante com vencimento em 2018 do passivo não circulante para o passivo circulante, atenuado pela amortização de empréstimos com vencimento em 2017. Veja “Passivo não circulante – Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro”.

Fornecedores

Os fornecedores totalizaram R\$ 2.155,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 445,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função do aumento em fornecedores de todos os negócios, exceto da Ultracargo.

Passivo não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 11.650,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 1.536,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016. O aumento do passivo não circulante é decorrente principalmente do aumento em empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro.

Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro

Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$ 10.086,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 1.145,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função de novas captações.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Ultrapar totalizou R\$ 9.624,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 1.148,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2016, em função do aumento nº capital social e da associação com a Chevron em lubrificantes.

Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 IFRS 16	% da receita líquida de serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	% da receita líquida de serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	% da receita líquida de serviços	Variação 2019 - 2018
Receita líquida de vendas e serviços	89.298,0	100%	89.298,0	100%	90.698,0	100%	-2%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(83.187,1)	93%	(83.201,4)	93%	(84.537,4)	93%	-2%
Lucro bruto	6.110,9	7%	6.096,6	7%	6.160,6	7%	-1%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(4.366,6)	5%	(4.421,3)	5%	(4.296,7)	5%	3%
Outros resultados operacionais, líquidos	179,6	0%	179,6	0%	57,5	0%	212%
Resultado na venda de bens	(30,0)	0%	(31,7)	0%	(22,1)	0%	243%
Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	(593,3)	1%	(593,3)	1%	-	n/a	n/a
Lucro operacional	1.300,6	1%	1.229,9	1%	1.899,4	2%	-35%
Resultado financeiro	(506,9)	1%	(380,2)	0%	(113,5)	0%	235%
Equivalência patrimonial	(12,1)	0%	(12,1)	0%	(14,8)	0%	-18%
Imposto de renda e contribuição social	(378,6)	0%	(397,7)	0%	(638,7)	1%	-38%
Lucro líquido do exercício	402,9	0%	440,0	0%	1.132,3	1%	-61%
Lucro atribuível a:							
Acionistas da Ultrapar	373,5	0%	410,1	0%	1.150,4	1%	-64%
Acionistas não controladores de controladas	29,4	0%	29,8	0%	(18,1)	0%	-265%
Depreciações e amortizações ¹	1.500,0	2%	1.206,5	1%	1.184,3	1%	2%
EBITDA Ajustado	2.800,3	3%	2.436,2	3%	3.068,9	3%	-21%

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

As informações denominadas LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade e pelo resultado de *cash flow hedge* dos bonds; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA Ajustado a partir do lucro líquido:

(em milhões de Reais)	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ(%) 2019 vs 2018
Lucro líquido	402,9	440,0	1.132,3	- 61%
(+) Imposto de renda e contribuição social	378,6	397,7	638,7	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	506,9	380,2	113,5	
(+) Depreciação e amortização	1.144,7	851,2	812,5	
EBITDA	2.433,1	2.069,0	2.697,1	- 23%
Ajuste				
(+) <i>Cash flow hedge</i> dos bonds	11,9	11,9	-	
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	355,2	355,2	371,8	
EBITDA Ajustado	2.800,3	2.436,2	3.068,9	- 21%

A divulgação de informações sobre o EBITDA Ajustado visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou

indiretamente relacionada à uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar a capacidade da Companhia gerar caixa a partir das operações e seu desempenho operacional. Adicionalmente, o EBITDA Ajustado é utilizado como referência em obrigações (covenants) relacionadas a alguns contratos de financiamento, conforme comentado no item 10.1.iv e na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras. Acredita-se que o EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia como também de sua capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do endividamento e de obter recursos para investimentos e capital de giro. A definição de EBITDA Ajustado utilizada pela Ultrapar pode diferir de nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, e consequentemente não ser comparável, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Comentários gerais sobre o volume de vendas

	2019	2018	Δ(%) 2019 - 2018
Ipiranga (mil m³)	23.494	23.680	-1%
Oxitenó (mil tons)	734	769	-5%
Ultragaz (mil tons)	1.706	1.725	-1%
Ultracargo (mil m³)	782	757	3%
Extrafarma (nº de lojas final)	416	433	-4%

O volume de vendas da Ipiranga apresentou redução de 1% em 2019, reflexo da maior competição no mercado, especialmente no segmento de grandes consumidores, com uma queda de 4% no diesel, atenuada por um aumento de 3% em combustíveis para veículos leves (ciclo Otto). Na Oxitenó, o volume de vendas de especialidades químicas diminuiu 4%, com menores vendas em diversos segmentos, influenciado pelo desempenho modesto da economia nos países de atuação da Oxitenó na América Latina, além da redução nas exportações. O volume vendido de commodities foi 7% menor na comparação com 2018, período em que a Oxitenó apresentou vendas acima da média nesse segmento. Na Ultragaz, o volume total vendido apresentou redução de 1% em 2019, reflexo da retração do mercado e da interrupção temporária no fornecimento de GLP, atenuados pela adição de novas revendas e crescimento das vendas de gases especiais. A armazenagem média da Ultracargo em 2019 aumentou 3% em relação a 2018, devido principalmente à maior movimentação de combustíveis em Suape, Itaqui e Santos. A Extrafarma abriu 29 novas lojas e fechou 46 em 2019, uma redução de 4% na rede. No final do período, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 45% da rede, reflexo do ritmo de expansão nos últimos anos.

Receita líquida

(em milhões de Reais)	2019	2018	Δ(%) 2019 - 2018
Ipiranga	75.452,5	76.473,4	-1%
Oxitenó	4.254,2	4.748,4	-10%
Ultragaz	7.094,8	7.043,2	1%
Ultracargo	540,8	493,6	10%
Extrafarma ¹	2.174,2	2.141,0	2%

¹ Receita bruta

A Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R\$ 89.298 milhões em 2019, redução de 2% em relação a 2018, como consequência principalmente da queda na receita da Ipiranga e Oxitenó. A receita líquida da Ipiranga reduziu 1%, fruto, principalmente, do menor volume de vendas. A receita líquida da Oxitenó apresentou redução de 10%, em função da queda de 13% dos preços médios em dólar, combinado com o menor volume de vendas, apesar da desvalorização de 8% do Real frente ao dólar (R\$ 0,29/US\$). A receita líquida da Ultragaz cresceu 1% em 2019, principalmente em função dos reajustes nos preços do GLP. Na Ultracargo, a receita líquida cresceu 10% em 2019, impulsionada pelo aumento da movimentação e pelos reajustes contratuais. A receita bruta da Extrafarma cresceu 2% em 2019, em função do crescimento de faturamento do atacado e do varejo, devido principalmente ao reajuste anual nos preços dos medicamentos e maior número médio de lojas, parcialmente compensado pelo ambiente competitivo pressionado e pelo fechamento de lojas de baixo desempenho.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

(em milhões de Reais)	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ (%) 2019 - 2018
Ipiranga	71.962,7	71.962,7	73.053,2	-1%
Oxitenó	3.537,6	3.538,9	3.757,7	-6%
Ultragaz	6.105,0	6.107,6	6.153,0	-1%
Ultracargo	261,0	271,3	245,1	11%
Extrafarma	1.462,3	1.462,3	1.421,1	3%

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 83.201 milhões em 2019, queda de 2% em relação a 2018, em função da redução do custo na Ipiranga, Oxitenó e Ultragaz. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga foi 1% inferior ao de 2018, principalmente em função das movimentações de preços médios unitários dos combustíveis. Na Oxitenó, o custo dos produtos vendidos diminuiu 6% em 2019, devido à redução nos custos em dólares das principais matérias-primas, em particular o eteno e o óleo de palmiste e à queda no volume de vendas, atenuadas pela desvalorização de 8% do Real frente ao dólar (R\$ 0,29/US\$). Na Ultragaz, o custo dos produtos vendidos diminuiu 1%, devido ao menor volume de vendas no período. O custo dos serviços prestados pela Ultracargo apresentou crescimento de 11%, em função de maiores gastos com manutenção, materiais, serviços e pessoal associados à expansão de capacidade em Santos. Já para a Extrafarma, o custo dos produtos vendidos aumentou 3% em 2019, em decorrência do crescimento das vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos.

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.097 milhões em 2019, uma redução de 1% em relação a 2018, em função da diminuição do lucro agregado da Oxitenó e Extrafarma.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

(em milhões de Reais)	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ (%) 2019 - 2018
Ipiranga	2.002,1	2.092,5	2.149,8	-3%
Oxiten	724,2	738,2	735,5	0%
Ultraz	636,5	654,4	575,7	14%
Ultraz	133,4	137,7	116,7	18%
Extrafarma	738,5	762,9	716,7	6%

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar registraram aumento de 3%, devido aos efeitos da inflação sobre as despesas e de fatores específicos de cada negócio. Na Ipiranga, as despesas gerais, administrativas e de vendas caíram 3%, devido principalmente às iniciativas de gestão para redução de custos e despesas, com destaque para as linhas de frete, provisão para devedores duvidosos e programas de marketing, além de menores despesas da ICONIC, que incorreu em despesas adicionais em 2018 para a integração dos negócios. Na Oxiten, as despesas gerais, administrativas e de vendas se mantiveram estáveis em 2019, devido a menores despesas com fretes internacionais e pessoal, em linha com a queda de volume observada no período, atenuadas pela desvalorização de 8% do Real frente ao dólar sobre as despesas das operações internacionais. Na Ultraz, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 14% no ano, fruto de maiores provisões para créditos de liquidação duvidosa ("PDD") em 2019 em comparação a uma reversão de PDD em 2018. Na Ultraz, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 18% devido, principalmente, à maiores despesas com pessoal e ao efeito pontual do recebimento de créditos referentes à cobrança indevida da taxa de gestão portuária em 2018 no valor de R\$ 8 milhões. Na Extrafarma, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 6% em 2019, reflexo do maior patamar de depreciação, fruto dos investimentos realizados nos últimos anos, e do efeito do fechamento de lojas com baixo desempenho.

Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2019 foi de R\$ 1.206 milhões, crescimento de 2% em relação a 2018, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

Outros resultados operacionais

A Ultrapar registrou uma receita líquida de R\$ 180 milhões em 2019, um aumento de 212% em relação a 2018, em função da constituição de créditos tributários, atenuado pelo TAC na Ultraz.

Resultado na venda de bens

O registro de R\$ 32 milhões com despesa na venda de bens decorre principalmente da depuração de lojas na Extrafarma no valor de R\$ 19 milhões e da baixa de ativos da Oxiten Andina de R\$ 14 milhões em 2019, em função do encerramento de suas operações locais.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O registro de R\$ 593 milhões nessa linha refere-se ao *impairment* no ágio da aquisição da Extrafarma, sem efeito caixa, como consequência dos resultados inferiores ao do plano inicial.

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1.230 milhões em 2019, resultado 35% menor que 2018, em função do menor lucro operacional da Oxiten, Ultraz e Extrafarma.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 380 milhões em 2019, R\$ 267

milhões maior que a registrada em 2018, devido, principalmente, a apropriação de juros de créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 153 milhões, em 2018 e aos efeitos da variação cambial.

Lucro líquido do exercício

Para melhor comparabilidade entre os resultados de 2019 e 2018, e análise do real desempenho dos negócios e da Ultrapar, excluimos os seguintes efeitos não recorrentes: em 2018, a multa pela não aquisição da Liquigás de R\$ 286 milhões e os créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na Oxitenos no valor líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA e R\$ 153 milhões no resultado financeiro; e em 2019, o TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo, o *impairment* na Extrafarma de R\$ 593 milhões e a baixa de ativos na Oxitenos Andina de R\$ 14 milhões. Desconsiderando esses efeitos, o lucro líquido da Ultrapar de 2019 atingiu R\$ 906 milhões, uma queda de 13% em relação ao registrado em 2018, principalmente pela redução do EBITDA no período e maior despesa financeira. Considerando os ajustes do IFRS 16, o lucro líquido ex-não recorrentes da Ultrapar em 2019 foi de R\$ 869 milhões.

EBITDA (LAJIDA) Ajustado

(em milhões de Reais)	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ (%) 2019 - 2018
Ipiranga	2.486,6	2.231,1	2.052,4	9%
Oxitenos	221,6	196,6	625,4	-69%
Ultragas	586,7	535,8	258,1	108%
Ultracargo	164,8	130,1	178,5	-27%
Extrafarma	(565,9)	(660,3)	(46,8)	na

Desconsiderando os mesmos efeitos não recorrentes mencionados acima, o EBITDA Ajustado ex-não recorrentes da Ultrapar atingiu R\$ 3.109 milhões em 2019, redução de 2% em relação a 2018. Considerando os ajustes do IFRS 16, o EBITDA Ajustado ex-não recorrentes da Ultrapar em 2019 foi de R\$ 3.473 milhões.

Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(em milhões de Reais)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ¹	% da receita líquida de vendas e serviços	Variação 2018-2017
Receita líquida de vendas e serviços	90.698,0	100%	79.230,0	100%	14%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(84.537,4)	93%	(72.431,5)	91%	17%
Lucro bruto	6.160,6	7%	6.798,5	9%	-9%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(4.296,7)	5%	(4.062,9)	5%	6%
Outros resultados operacionais, líquidos	57,5	0%	59,4	0%	-3%
Resultado na venda de bens	(22,1)	0%	(2,2)	0%	885%
Lucro operacional	1.899,4	2%	2.792,7	4%	-32%
Resultado financeiro	(113,5)	0%	(474,3)	1%	-76%
Equivalência patrimonial	(14,8)	0%	20,7	0%	-171%
Imposto de renda e contribuição social	(638,7)	1%	(813,3)	1%	-21%
Lucro líquido do exercício	1.132,3	1%	1.525,9	2%	-26%
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1.150,4	1%	1.526,5	2%	-25%
Acionistas não controladores de controladas	(18,1)	0%	(0,6)	0%	2729%
EBITDA Ajustado	3.068,9	3%	3.981,0	5%	-23%
Depreciações e amortizações ²	1.134,3	1%	1.167,6	1%	1%

¹ Informações de 2017 contemplam as alterações decorrentes das normas contábeis IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB que foram adotadas a partir de 2018. Reapresentação feita com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações de 2018 com as informações de 2017.

² Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

As informações denominadas LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA Ajustado a partir do lucro líquido:

(em milhões de Reais)	2018	2017	Δ(%) 2018 v 2017
Lucro líquido	1.132,3	1.525,9	- 26 %
(+) Imposto de renda e contribuição social	638,7	813,3	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	113,5	474,3	
(+) Depreciação e amortização	812,5	704,5	
EBITDA	2.697,1	3.518,0	- 23 %
Ajuste			
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	371,8	463,0	
EBITDA Ajustado	3.068,9	3.981,0	- 23 %

Informações de 2017 contemplam as alterações das normas contábeis IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB que foram adotadas a partir de 2018. Reapresentação feita com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações de 2018 com as informações de 2017.

A divulgação de informações sobre o EBITDA Ajustado visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada à uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar a capacidade da Companhia gerar caixa a partir das operações e seu desempenho operacional. Adicionalmente, o EBITDA Ajustado é utilizado como referência em obrigações (covenants) relacionadas

a alguns contratos de financiamento, conforme comentado no item 10.1.iv e na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras. Acredita-se que o EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia como também de sua capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do endividamento e de obter recursos para investimentos e capital de giro. A definição de EBITDA Ajustado utilizada pela Ultrapar pode diferir de nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, e consequentemente não ser comparável, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Comentários gerais sobre o volume de vendas

	2018	2017	Δ(%) 2018 - 2017
Ipiranga (mil m³)	23.680	23.458	1%
Oxitenó (mil tons)	769	790	-3%
Ultragaz (mil tons)	1.725	1.746	-1%
Ultracargo (mil m³)	757	724	5%
Extrafarma (nº de lojas)	433	394	10%

O volume de vendas da Ipiranga cresceu 1% em 2018, com aumento de 2% no volume de diesel, acompanhando a recuperação gradual da economia. Já o volume de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) vendido pela Ipiranga foi 1% menor em relação a 2017, com queda até julho, retomando crescimento ao longo do segundo semestre. A produção recorde de etanol em 2018 contribuiu para a redução do preço do produto e, consequentemente, impulsionou o aumento nas vendas em 45%, enquanto o volume vendido da gasolina reduziu 14%. Na Oxitenó, a maior demanda por commodities, cujo volume cresceu 8%, em conjunto com a redução de 5% nos volumes de especialidades químicas, resultou na redução de 3% no volume vendido em relação a 2017, ano em que a Oxitenó registrou recorde de vendas. Apesar do incremento observado no volume vendido pela nova planta dos EUA, que iniciou suas operações em setembro, o volume vendido no mercado externo diminuiu 4% em 2018 devido à menor demanda de países do Mercosul, principalmente Argentina. Já o volume vendido no mercado interno diminuiu 2% em comparação a 2017. O volume total vendido da Ultragaz apresentou redução de 1% em 2018, em linha com a queda no volume nacional de vendas de GLP. Apesar da estabilidade no segmento envasado, o segmento granel apresentou redução de 3%, principalmente em função da redução programada de um cliente industrial. A armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 5%, em decorrência do aumento da movimentação em Santos, refletindo a retomada parcial da capacidade do terminal em junho de 2017, e o crescimento da demanda por movimentação de etanol nos portos brasileiros, apesar da redução nas importações de combustíveis em 2018. A Extrafarma abriu 68 novas lojas e fechou 29 em 2018, uma expansão de 10% (39 lojas) da rede.

Receita líquida de vendas e serviços

(em milhões de Reais)	2018	2017	Δ(%) 2018 - 2017
Ipiranga	76.473,4	66.950,5	14%
Oxiten	4.748,4	3.959,4	20%
Ultraz	7.043,2	6.071,0	16%
Ultraz	493,6	438,4	13%
Extrafarma ¹	2.141,0	1.980,5	8%

¹ Receita bruta

A Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R\$ 90.698 milhões em 2018, crescimento de 14% em relação a 2017, como consequência do crescimento da receita em todos os negócios. A receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 14%, fruto principalmente (i) das movimentações nos custos médios do diesel e da gasolina, que apresentaram altas consecutivas de janeiro a setembro, seguindo os preços internacionais, e a desvalorização do Real frente ao dólar, (ii) do aumento dos tributos (PIS/COFINS) sobre os combustíveis em julho de 2017, e (iii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. A receita líquida da Oxiten apresentou crescimento de 20%, principalmente em função do Real 14% mais depreciado em relação ao dólar e do preço médio em dólar 8% maior, que acompanhou o aumento dos custos de matérias-primas na comparação anual. Esses efeitos compensaram o menor volume de vendas e a maior participação de commodities no mix de vendas. A receita líquida da Ultraz cresceu 16% em 2018, principalmente em função dos reajustes no custo do GLP envasado e granel nas refinarias e da estratégia de diferenciação e inovação. A receita líquida da Ultraz cresceu 13% em 2018, devido (i) ao aumento na armazenagem média, fruto da retomada parcial das atividades em Santos, (ii) à maior produtividade da Ultraz e (iii) aos reajustes contratuais inflacionários. A receita bruta da Extrafarma cresceu 8% em 2018, em função do crescimento de 11% no faturamento de varejo, fruto do maior número médio de lojas. Esse crescimento foi parcialmente compensado pela queda de 21% da receita no segmento de atacado e pela maior competição no setor. Em junho de 2018, ocorreu a substituição do sistema de varejo, que afetou temporariamente as operações durante o período de implementação e estabilização, impactando ambos segmentos de vendas – varejo e atacado.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

(em milhões de Reais)	2018	2017	Δ(%) 2018 - 2017
Ipiranga	73.053,2	62.697,2	17%
Oxiten	3.757,7	3.200,3	17%
Ultraz	6.153,0	5.096,5	21%
Ultraz	245,1	218,5	12%
Extrafarma	1.421,1	1.277,3	11%

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 84.537 milhões em 2018, aumento de 17% em relação a 2017, em função do crescimento em todos os negócios. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga foi 17% superior ao de 2017, principalmente em função das movimentações nos custos do diesel e da gasolina. Na Oxiten, o custo dos produtos vendidos cresceu 17% em 2018, devido (i) ao aumento dos custos de matérias-primas, principalmente do eteno, (ii) à desvalorização de 14% do Real em relação ao dólar, e (iii) aos custos relacionados à partida da nova unidade dos EUA. Na Ultraz, o custo dos produtos vendidos subiu 21%, principalmente pelo maior custo do GLP nas refinarias. O custo dos serviços prestados pela Ultraz apresentou crescimento de 12%, principalmente em função de maiores gastos com aluguel, pessoal, contratação de serviços de terceiros em Santos e serviços de manutenção de tanques nos terminais, além do maior pagamento de IPTU a partir de 2018. Já para a Extrafarma, o custo dos produtos vendidos aumentou 11% em 2018, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de

medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED).

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.161 milhões em 2018, uma redução de 9% em relação a 2017, em função da diminuição do lucro bruto agregado da Ipiranga e Ultragaz.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais			
(em milhões de Reais)	2018	2017	Δ(%) 2018 - 2017
Ipiranga	2.149,8	2.018,0	7%
Oxitenó	735,5	668,0	10%
Ultragaz	575,7	644,5	-11%
Ultracargo	116,7	112,7	4%
Extrafarma	716,7	623,3	15%

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R\$ 4.297 milhões em 2018, 6% acima de 2017, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de fatores específicos de cada negócio. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga cresceram 7%, devido, principalmente, à consolidação das despesas da ICONIC (adição das despesas da operação de lubrificantes da Chevron e despesas extraordinárias para início da operação conjunta), que entrou em operação em dezembro de 2017. Desconsiderando as despesas referentes à ICONIC, as despesas gerais, administrativas e de vendas permaneceriam estáveis em relação a 2017, fruto de iniciativas para redução de despesas diante do cenário desfavorável enfrentado em 2018. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxitenó cresceram 10%, principalmente em função da desvalorização do Real sobre as despesas das operações internacionais e de maiores despesas com pessoal. Na Ultragaz, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 11% em 2018, fruto de iniciativas para redução de despesas e maior eficiência como diminuição das despesas com marketing e frete, principalmente pela migração de clientes da modalidade de entrega CIF para FOB, além das menores despesas com consultorias estratégicas e menores provisões para devedores duvidosos. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo cresceram 4% em 2018. O aumento derivou de (i) maiores despesas com pessoal, devido aos reajustes anuais e maior remuneração variável, em linha com a progressão dos resultados, e (ii) maiores gastos com consultorias estratégicas e de segurança operacional, e foi atenuado pelo recebimento de créditos referentes à cobrança indevida de taxa portuária de anos anteriores. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Extrafarma apresentaram crescimento de 15% em 2018, em decorrência do número médio de lojas 19% maior. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 3%, principalmente em função das iniciativas implementadas para ganho de produtividade e redução de despesas, com destaque para as despesas com pessoal, viagens e taxas de cartões.

Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2018 foi de R\$ 1.184 milhões, crescimento de 1% em relação a 2017, em função dos investimentos realizados ao longo do período. Esse montante inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade.

Outros resultados operacionais

A Ultrapar registrou em 2018 uma receita líquida de R\$ 58 milhões, 3% abaixo de 2017, em função (i) da multa pela não aquisição da Liquigás e (ii) do reconhecimento de créditos tributários na Oxitenó referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2018 uma despesa líquida na venda de bens de R\$ 22 milhões contra uma

despesa líquida de R\$ 2 milhões em 2017, resultado da baixa de ativos de tecnologia da informação em todos os negócios e da maior depuração pontual de lojas na Extrafarma, atenuados pela venda de terrenos na Ipiranga.

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1.899 milhões em 2018, resultado 32% menor que 2017, em função do menor lucro operacional apresentado pela Ipiranga, Ultragaz e Extrafarma.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 114 milhões em 2018, R\$ 361 milhões menor que a registrada em 2017, apesar do maior endividamento líquido, devido principalmente, (i) ao menor CDI no período, (ii) ao resultado financeiro da constituição de créditos tributários na Oxitenos com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e (iii) à desvalorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição emitidos na associação com a Extrafarma.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2018 atingiu R\$ 1.132 milhões, redução de 26% em relação ao registrado em 2017, principalmente pela redução do EBITDA do período, parcialmente compensada pela menor despesa financeira líquida.

EBITDA (LAJIDA) Ajustado

(em milhões de Reais)	2018	2017	$\Delta(\%)$ 2018 - 2017
Ipiranga	2.052,4	3.066,8	-33%
Oxitenos	625,4	295,9	111%
Ultragaz	258,1	440,0	-41%
Ultracargo	178,5	124,3	44%
Extrafarma	(46,8)	23,1	na

EBITDA Ajustado consolidado da Ultrapar atingiu R\$ 3.069 milhões em 2018, com redução de 23% em relação a 2017. O EBITDA Ajustado da Ipiranga em 2018 totalizou R\$ 2.052 milhões, 33% abaixo de 2017, principalmente devido (i) à greve dos caminhoneiros com impactos nos volumes vendidos, nas variações de margens e em maiores custos e despesas pontuais no período, (ii) às despesas extraordinárias para integração e início da operação da ICONIC e (iii) aos movimentos nos custos de combustíveis ao longo de 2018. O EBITDA da Oxitenos totalizou R\$ 625 milhões em 2018, aumento de 111% sobre 2017, apesar do menor volume vendido. O aumento se deve, principalmente, (i) à constituição de créditos tributários, com efeito líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA e (ii) à depreciação de R\$ 0,46/US\$ na cotação média do Real em 2018. Caso o efeito líquido da constituição de créditos tributários seja desconsiderado, ainda haveria um crescimento de 48% no EBITDA da Oxitenos em 2018. O EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 258 milhões, 41% menor que 2017. Excluindo os efeitos da multa e do TCC mencionados acima, o EBITDA da Ultragaz teria crescido 4%, principalmente em função das iniciativas para redução de custos e despesas, apesar do menor volume de vendas. O EBITDA da Ultracargo registrou aumento de 44% para R\$ 178 milhões em 2018, em função (i) da maior movimentação nos terminais, (ii) de reajustes contratuais, e

(iii) dos efeitos residuais do incêndio ocorrido em abril de 2015 em terminal no Porto de Santos, com impacto negativo de R\$ 39 milhões em 2017. A Extrafarma registrou EBITDA de R\$ 47 milhões negativo, em comparação ao reportado de R\$ 23 milhões em 2017, em função (i) dos impactos causados pela implementação e estabilização do novo sistema de gestão do varejo, (ii) da maior depuração pontual de lojas realizada no terceiro trimestre de 2018, (iii) do maior patamar de lojas novas e ainda em maturação e (iv) do maior nível de competição no setor.

Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(em milhões de Reais)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ¹	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	% da receita líquida de vendas e serviços	Variação 2017-2016
Receita líquida de vendas e serviços	79.230,0	100%	77.353,0	100%	2%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(72.431,5)	91%	(70.342,7)	91%	3%
Lucro bruto	6.798,5	9%	7.010,2	9%	-3%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(4.062,9)	5%	(4.097,4)	5%	-1%
Outros resultados operacionais, líquidos	59,4	0%	199,0	0%	-70%
Resultado na venda de bens	(2,2)	0%	(6,1)	0%	-63%
Lucro operacional	2.792,7	4%	3.105,7	4%	-10%
Resultado financeiro	(474,3)	1%	(842,6)	1%	-44%
Equivalência patrimonial	20,7	0%	7,5	0%	176%
Imposto de renda e contribuição social	(813,3)	1%	(700,0)	1%	16%
Lucro líquido do exercício	1.525,9	2%	1.570,6	2%	-3%
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1526,5	2%	1561,6	2%	-2%
Acionistas não controladores de controladas	(0,6)	0%	9,0	0%	-107%
EBITDA Ajustado	3.981,0	5%	4.216,7	5%	-6%
Depreciações e amortizações ²	1.167,6	1%	1.103,5	1%	6%

¹ Informações contemplam as alterações decorrentes das normas contábeis IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) e adotadas a partir de 2018. Reapresentação feita com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações de 2018 com as informações de 2017 e 2016.

² Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	2017	2016	Δ(%) 2017 - 2016
Lucro líquido	1.525,9	1.546,8	- 1%
(+) Imposto de renda e contribuição social	813,3	688,0	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	474,3	842,6	
(+) Depreciação e amortização	704,5	628,2	
EBITDA	3.518,0	3.705,5	- 5%
Ajuste			
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	463,0	463,5	
EBITDA Ajustado	3.981,0	4.169,0	- 5%

A divulgação de informações sobre o EBITDA Ajustado visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada à uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar a capacidade da Companhia gerar caixa a partir das operações e seu desempenho operacional. Adicionalmente, o EBITDA Ajustado é utilizado como referência em obrigações (covenants) relacionadas

a alguns contratos de financiamento, conforme comentado no item 10.1.iv e na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras. Acredita-se que o EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia como também de sua capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do endividamento e de obter recursos para investimentos e capital de giro. A definição de EBITDA Ajustado utilizada pela Ultrapar pode diferir de nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, e consequentemente não ser comparável, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Comentários gerais sobre o volume de vendas

(em milhões de Reais)	2017	2016	$\Delta(\%)$ 2017 - 2016
Ipiranga (mil m ³)	23.458	23.507	0%
Oxitenó (mil tons)	790	738	7%
Ultragaz (mil tons)	1.746	1.760	-1%
Ultracargo (mil m ³)	724	672	8%
Extrafarma (nº de lojas)	394	315	25%

O volume de vendas da Ipiranga se manteve estável em comparação com o total vendido em 2016, com queda no primeiro semestre e crescimento no segundo semestre. Mesmo com o aumento observado no preço dos combustíveis ao longo do ano, o volume vendido de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) apresentou crescimento de 1%, influenciado pelo crescimento da frota. Acompanhando o desempenho da economia, o volume do diesel voltou a apresentar crescimento somente a partir do segundo semestre e encerrou o ano com redução acumulada de 2%. Em 2017 a Oxitenó registrou recorde no volume vendido, com crescimento de 7% em relação a 2016. Esse resultado decorre das expansões de 16% e 5% nos volumes de commodities e especialidades químicas, respectivamente, devido ao volume vendido em pré marketing para os Estados Unidos por conta da nova planta de Pasadena, além do crescimento no mercado interno superior ao observado na retomada da atividade econômica brasileira. O volume total vendido da Ultragaz apresentou redução de 1% em 2017. Apesar da estabilidade no segmento envasado, fruto dos investimentos para adição de novas revendas, o segmento granel apresentou redução de 3%, explicada pela perda de alguns clientes para o gás natural. A armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 8% em decorrência, sobretudo, da maior movimentação de combustíveis nos terminais de Santos, Suape e Itaqui, refletindo o incremento das atividades e o crescimento da demanda por movimentação de combustíveis nos portos brasileiros. A Extrafarma abriu 100 novas lojas e fechou 21 em 2017, registrando expansão de 25% (79 lojas) da rede.

Receita líquida de vendas e serviços

(em milhões de Reais)	2017	2016	$\Delta(\%)$ 2017 - 2016
Ipiranga	66.950,5	65.793,7	2%
Oxiten	3.959,4	3.701,4	7%
Ultraz	6.071,0	5.365,1	13%
Ultraz	438,4	355,4	23%
Extrafarma ¹	1.980,5	1.674,3	18%

¹ Receita bruta

Como consequência do crescimento da receita em todos os negócios, a Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R\$ 79,230 milhões em 2017, crescimento de 3% em relação a 2016. Apesar do volume estável de vendas, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 2%, em linha com o aumento dos custos, fruto principalmente (i) das movimentações nos custos do diesel e da gasolina, que passaram a ser ajustados com maior periodicidade, visando seguir preços de referência internacionais, (ii) do aumento dos tributos (PIS/Cofins) sobre combustíveis em julho de 2017, (iii) da maior participação da gasolina na composição de vendas em 2017 e (iv) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. A receita líquida da Oxiten apresentou crescimento de 7%, principalmente em função do maior volume de vendas. Por outro lado, a cotação média do Real, 9% mais valorizada, atenuou, em parte, esses efeitos. A receita líquida da Ultraz cresceu 13% em 2017, principalmente em função (i) dos aumentos do custo do GLP envasado e granel nas refinarias, que passaram a ser reajustados de acordo com preços de referência internacionais, (ii) do maior volume envasado vendido, fruto de iniciativas comerciais para captura de novos clientes e revendas, e (iii) da estratégia de diferenciação e inovação. A queda na participação do granel na composição de vendas atenuou, parcialmente, o crescimento observado na receita. A receita líquida da Ultraz cresceu 23% em 2017, devido ao aumento na armazenagem média com maior movimentação de combustíveis, à maior produtividade da Ultraz e à retomada das atividades em Santos. A receita bruta da Extrafarma cresceu 18% em 2017, em função do crescimento de 25% no faturamento de varejo ex-telefonia, fruto do maior número médio de lojas e ao same store sales ex-telefonia 12% maior. O crescimento foi parcialmente compensado pela queda de 17% no faturamento de telefonia e pela redução da receita no segmento de atacado.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

(em milhões de Reais)	2017	2016	$\Delta(\%)$ 2017 - 2016
Ipiranga	62.697,2	61.737,8	2%
Oxiten	3.200,3	2.779,0	15%
Ultraz	5.096,5	4.467,0	14%
Ultraz	218,5	199,0	10%
Extrafarma	1.277,3	1.068,6	20%

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 72.432 milhões em 2017, aumento de 3% em relação a 2016, em função do crescimento em todos os negócios. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga cresceu 2%, principalmente em função das movimentações nos custos do diesel e da gasolina e do aumento dos tributos (PIS/Cofins) sobre combustíveis em julho de 2017. O custo dos produtos vendidos da Oxiten cresceu 15% em 2017 devido (i) ao maior volume de vendas, (ii) aos custos relacionados à parada prolongada da planta Oleoquímica, e (iii) a maiores custos pré-operacionais na nova planta de Pasadena, efeitos que foram atenuados pelo Real mais valorizado. O custo dos produtos vendidos da Ultraz foi 14% maior, principalmente em função do aumento do custo do GLP nas refinarias. O custo dos serviços prestados pela Ultraz apresentou crescimento de 10%, principalmente em função de maiores custos com pessoal e com materiais, que acompanharam o maior volume armazenado. O custo dos produtos vendidos da Extrafarma aumentou 19% em 2017, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de

medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED).

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.799 milhões em 2017, aumento de 4% em relação a 2016, em função do crescimento do lucro agregado dos negócios.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais			
(em milhões de Reais)	2017	2016	Δ(%) 2017 - 2016
Ipiranga	2.018,0	1.803,2	12%
Oxiten	668,0	616,4	8%
Ultragas	644,5	636,5	1%
Ultracargo	112,7	99,8	13%
Extrafarma	623,3	513,0	21%

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R\$ 4.063 milhões em 2017, 11% acima de 2016 em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de fatores específicos de cada negócio. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga cresceram 12% devido (i) ao aumento do frete unitário, (ii) a maiores despesas com projetos e iniciativas estratégicas, principalmente relacionadas à associação com a Chevron em lubrificantes e (iii) à ampliação da rede de postos e franquias. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiten cresceram 8%, principalmente em função das maiores despesas com fretes, em decorrência do maior volume vendido, e de despesas pré-operacionais da nova planta de Pasadena. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragas cresceram abaixo da inflação do período e registraram aumento de 1% em 2017, fruto de iniciativas para redução de despesas. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo cresceram 13% em 2017, aumento liderado por (i) despesas com pessoal dado o maior quadro físico, reajustes anuais e maior remuneração variável, em linha com a progressão dos resultados operacionais, e (ii) maiores gastos com consultorias e assessoria jurídica. As despesas gerais, administrativas e de vendas da Extrafarma apresentaram crescimento de 21% em 2017, em decorrência do número médio de lojas 23% maior e despesas pontuais no 1T17 com a transferência do centro de distribuição de Belém para Benevides e indenizações. Excluídos os efeitos de novas lojas e eventos pontuais, as despesas cresceram abaixo da inflação, em consequência de iniciativas de ganho de produtividade.

Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2017 foi de R\$ 1.168 milhões, com crescimento de 7% em relação a 2016, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

Outros resultados operacionais

A Ultrapar registrou em 2017 uma receita, líquida de despesas, em outros resultados operacionais de R\$ 59 milhões, contra uma receita líquida de R\$ 199 milhões registrada em 2016, em função (i) dos efeitos residuais do incêndio ocorrido em abril de 2015 em terminal no Porto de Santos, com impacto positivo de R\$ 68 milhões em 2016, principalmente relativos à recuperação de seguros, e negativo de R\$ 39 milhões em 2017; e (ii) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática celebrado pela Ultragas, com impacto negativo de R\$ 84 milhões em 2017. A linha de "Outros resultados operacionais" da Ultragas encerrou 2017 com uma despesa líquida de R\$ 79 milhões, comparada a uma receita líquida de R\$ 4 milhões em 2016. Em 2017, a Ultragas registrou despesa referente à contingência pontual de R\$ 84 milhões relativa à assinatura de Termo de Compromisso de Cessação de Prática que encerrou um processo que tramitava no CADE. A linha de "Outros resultados operacionais" da Ultracargo encerrou 2017 com uma despesa líquida de R\$ 37 milhões. A Ultracargo registrou R\$ 134 milhões em recebimento de seguros em 2016, o que levou a linha de "Outros resultados operacionais" a registrar uma receita

líquida de R\$ 71 milhões no ano.

Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2017 uma despesa líquida na venda de bens de R\$ 2 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 6 milhões em 2016, devido sobretudo à menor resultado na venda de terrenos na Ipiranga.

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 2.793 milhões em 2017, resultado 9% inferior ao registrado em 2016, em função do menor lucro operacional apresentado pelos negócios, com exceção da Ipiranga.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 474 milhões em 2017, R\$ 368 milhões menor que a registrada em 2016 apesar do maior endividamento líquido, principalmente em função do menor CDI e de efeitos cambiais no período.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2017 atingiu R\$ 1.526 milhões, com redução de 1% em relação a 2016, principalmente pela redução do EBITDA e por uma maior amortização e depreciação, em função dos investimentos realizados ao longo de 2017. Esses resultados foram parcialmente compensados pela menor despesa financeira do período.

EBITDA Ajustado (LAJIDA)

(em milhões de Reais)

	2017	2016	$\Delta(\%)$ 2017 - 2016
Ipiranga	3.066,8	3.049,0	1%
Oxiten	295,9	462,2	-36%
Ultragas	440,0	425,4	3%
Ultracargo	124,3	171,1	-27%
Extrafarma	23,1	38,8	-40%

O EBITDA Ajustado consolidado da Ultrapar atingiu R\$ 3.981 milhões em 2017, com redução de 5% em relação a 2016. Caso ajustado pelos eventos pontuais positivos, no caso da reversão de provisão constituída referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins pela Oxiten, e negativos, registrados pela assinatura do TCC, na Ultragas e, efeitos referentes ao incidente de 2015 em Santos, na Ultracargo, o EBITDA Ajustado registrado pela Ultrapar apresentaria redução de 1% em comparação ao resultado de 2016. O EBITDA Ajustado da Ipiranga em 2017 totalizou R\$ 3.067, 1% maior em comparação com 2016 devido (i) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto e (ii) à melhor composição de vendas, com maior participação de gasolina no mix de produtos. O EBITDA da Oxiten em 2017 totalizou R\$ 296 milhões, queda de 36% sobre 2016, apesar do maior volume vendido. A queda se deve principalmente em função (i) da apreciação de R\$ 0,30/US\$ na cotação média do Real em 2017, (ii) da maior volatilidade de preços em certas matérias-primas, (iii) da parada prolongada da planta Oleoquímica e (iv) de custos e despesas pré-operacionais relacionadas à nova planta em Pasadena. O EBITDA da Ultragas totalizou R\$ 440 milhões, 3% maior que 2016, apesar iniciativas para redução de custos e despesas e de iniciativas comerciais para captura de novos clientes e vendas, e da estratégia de diferenciação e inovação. Excluindo o efeito com a contingência mencionada acima, o EBITDA da Ultragas teria crescido 23%. O EBITDA da Ultracargo registrou queda de 27% para R\$ 124 milhões em 2017. Excluindo efeitos extraordinários, o EBITDA da Ultracargo teria crescido 58%, fruto da maior movimentação em seus terminais. A Extrafarma registrou EBITDA de R\$ 23

milhões, queda de 40% em relação a 2016, em função do maior número de lojas ainda em maturação, que passou de 45% da rede em 2016 para 55% em 2017, e dos maiores gastos com a transferência do CD para Benevides. A queda foi atenuada por iniciativas estratégicas e comerciais visando a redução de custos e aumento da eficiência.

10.2 - Comentários sobre:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos últimos 3 anos, mais de 90% da receita líquida consolidada da Ultrapar foi proveniente dos negócios de distribuição de combustíveis e GLP. Portanto, os principais componentes dessa receita são oriundos da venda de diesel, gasolina e etanol, pela Ipiranga, e de GLP, pela Ultragaz. Veja “Item 10.2.c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor”.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Veja “Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras – Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado”.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Veja “Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras – Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado” e “Item 10.2.c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor”.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP)

Entre 2003 e 2007, os preços de GLP cobrados de distribuidores de GLP no Brasil permaneceram estáveis, apesar de aumentos nos preços de GLP e petróleo nos mercados internacionais, que foram parcialmente compensados pela valorização do Real frente ao dólar. Entretanto, a partir de 2008 a Petrobras aumentou esporadicamente os preços de GLP para usos comerciais e industriais nas refinarias. Em 2017 e 2019 os ajustes foram realizados com maior frequência, conforme a tabela abaixo:

	Abr/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Mai/18	Jul/18	Set/18	Nov/18	Dez/18
Comercial e Industrial GLP (ajuste %)	-4,0%	-5,2% e 8,0%	7,2%	2,3% e 7,9%	6,5%	5,3%	-6,3%	-4,6%	-4,2% e 4,7%	7,1% e 3,6%	4,4%	5,0%	-5,6% e -9,2%	-4,7%

	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Jul/19	Ago/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
Comercial e Industrial GLP (ajuste %)	-3,0%	6,0%	6,0%	-9,8%	-13,5%	3,0%	0,6%	5,0%

Os preços de GLP para uso residencial se mantiveram inalterados de maio de 2003 a setembro de 2015, quando houve um aumento de 15% pela Petrobras. Nos últimos anos, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as oscilações nos preços internacionais de petróleo e derivados. Entretanto, a partir de junho de 2017, a dinâmica de preços do GLP fornecido às distribuidoras foi novamente alterada visando refletir a volatilidade dos preços internacionais e a variação cambial. Em janeiro de 2018, buscando suavizar a volatilidade observada nos preços internacionais, a dinâmica de precificação foi ajustada. O período de apuração das cotações internacionais e do câmbio, que definem os percentuais de ajuste, foi definido como a média dos doze meses anteriores e as movimentações de preços passaram a ser trimestrais. Em agosto de 2019, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou o fim da prática de diferenciação de preços de GLP, entre envasado e granel, eliminando uma distorção histórica, o que aumenta a competitividade do GLP frente a outros energéticos.

	Mar/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Abr/18	Jul/18	Nov/18
GLP residencial (ajuste %)	9,8%	6,7%	-4,5%	6,9%	10,7% e 6,9%	12,9%	4,5%	8,9%	-5,0%	-4,4%	4,4%	8,5%

	Fev/19	Mai/19	Ago/19	Out/19	Nov/19	Dez/19
GLP residencial (ajuste %)	1,0%	3,5%	-8,2%	5,0%	4,0%	5,0%

Não podemos garantir que essa tendência continue. Um eventual aumento abrupto nos preços de GLP cobrados dos distribuidores pode ter um impacto sobre os resultados da Ultragaz, caso não seja possível manter as margens operacionais ou os volumes vendidos.

As vendas de GLP a granel são correlacionadas com o crescimento da economia. Portanto, uma aceleração ou desaceleração no crescimento do PIB brasileiro pode influenciar nosso volume de vendas, já que este segmento representa mais de 30% do volume vendido pela Ultragaz. Já o GLP envasado (botijão) é um bem de primeira necessidade e, conseqüentemente, seu volume apresenta baixa correlação com o desempenho da economia.

Química e petroquímica

O volume de especialidades e commodities químicas no mercado brasileiro é correlacionado ao desempenho econômico. Portanto, uma aceleração ou desaceleração do PIB brasileiro pode influenciar o nosso volume de vendas, visto que as vendas da Oxitenno no Brasil representaram 72% do volume total vendido pela Oxitenno em 2019. À medida que o mercado brasileiro cresce, a Oxitenno busca

(i) elevar suas vendas no mercado local, uma vez que os custos logísticos são geralmente menores que nas exportações, e (ii) elevar suas vendas de especialidades, produtos com maior valor agregado que commodities. Em 2019, as vendas de especialidades químicas representaram 80% do volume total, mesmo percentual de 2018.

Uma parcela relevante dos preços e custos variáveis dos produtos da Oxitenno está vinculada ao dólar. Portanto, uma significativa apreciação ou depreciação do Real em relação ao dólar pode impactar a margem de contribuição da Oxitenno no futuro. Em 2017, o Real se depreciou 15% frente ao dólar e, em 2018, o Real se depreciou 18% frente ao dólar. Já em 2019, o Real se depreciou 8% frente ao dólar.

A principal matéria-prima da Oxitenno é o eteno, que é produzido a partir da nafta no Brasil. Em geral, os preços da nafta no Brasil flutuam com os preços do petróleo. Em 2017, o preço do petróleo fechou cotado a US\$ 67/barril, aumento de 21% em relação a 2016. Em 2018, o preço do petróleo fechou cotado a US\$ 53/barril, redução de 20% em relação a 2017. Em 2019, o preço do petróleo fechou cotado

a US\$ 62/barril, aumento de 13% em relação a 2018. Uma variação acentuada nos preços do eteno terá impacto sobre os resultados da Oxitenó caso não seja possível manter as margens operacionais. A segunda matéria-prima mais utilizada pela Oxitenó é o óleo de palmiste, cuja referência internacional passou de US\$ 1.367/ton em dezembro de 2017 para US\$694/ton em dezembro de 2018 e US\$ 753/ton em dezembro de 2019.

A demanda por produtos químicos e petroquímicos no Brasil cresceu ao longo dos últimos anos e atingiu um ponto de inflexão em 2018, quando o consumo aparente nacional apresentou redução de 1%, segundo dados da ABIQUIM. Em 2019 o consumo aparente manteve a tendência de queda e reduziu 7%. A redução no consumo de produtos químicos e petroquímicos podem influenciar o resultado das operações da Oxitenó.

Distribuição de combustíveis

No passado recente, a venda combinada de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) no Brasil tem sido correlacionada principalmente ao crescimento da frota de veículos leves. De acordo com a ANFAVEA, em 2019 a frota de veículos leves continuou crescendo, com cerca de 1,0 milhão de novos veículos licenciados no Brasil e crescimento de 2,3% da frota média em relação a 2018, superando 42 milhões de veículos leves. Adicionalmente, a atual penetração de veículos leves do Brasil ainda é baixa quando comparada a outros países com estágios de desenvolvimento similares ao do Brasil.

Em 2019, segundo dados da ANP, o volume nacional de ciclo Otto cresceu 5% em comparação a 2018, parcialmente em função do crescimento da frota de veículos leves.

As vendas de diesel, que em 2019 representaram 49% do volume vendido pela Ipiranga, são historicamente correlacionadas com o desempenho da economia, em particular os setores agrícola e de bens de consumo. Em 2019, o mercado brasileiro de diesel, segundo dados da ANP, apresentou crescimento de 3% em relação a 2018, influenciado pela retomada da economia. O aumento no consumo de combustíveis pode impactar de forma positiva o volume vendido pela empresa e, consequentemente, os resultados apresentados.

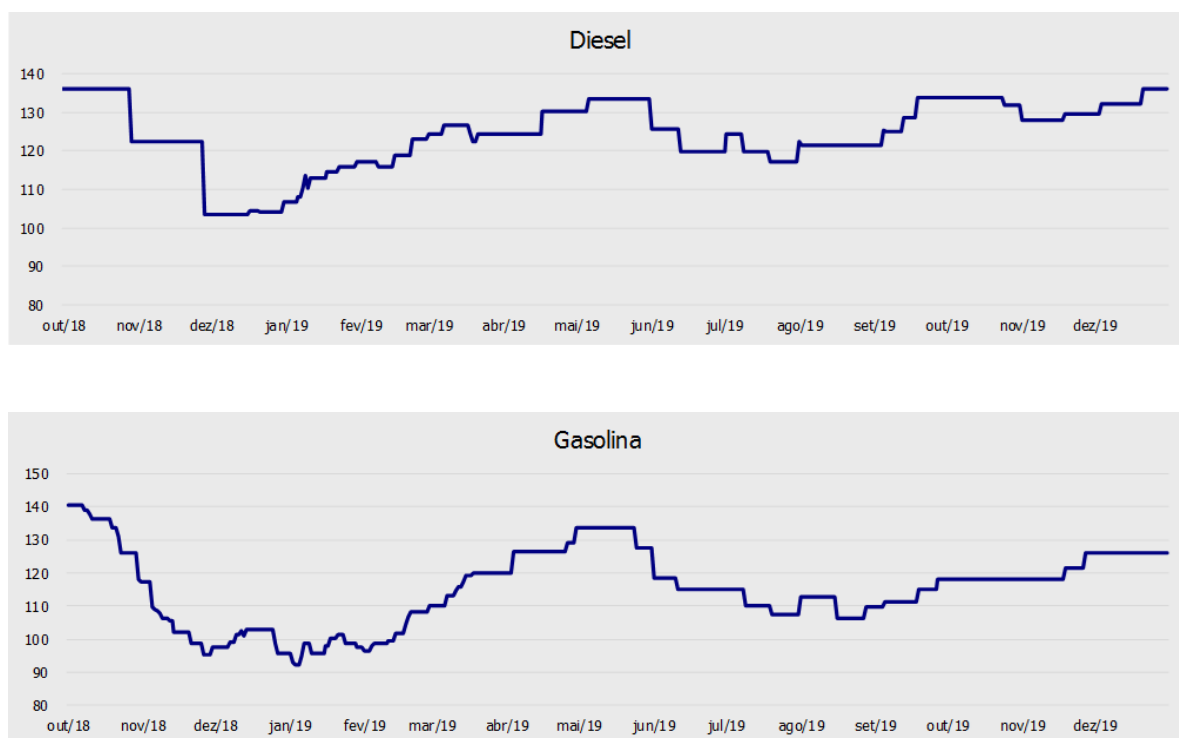
Até 2016, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as oscilações nos preços internacionais de petróleo e derivados. Entre janeiro de 2012 e setembro de 2016, os movimentos de preços ocorreram em média a cada oito meses. Em outubro de 2016, uma nova dinâmica de preços para aquisição de gasolina e diesel nas refinarias foi estabelecida. Esta dinâmica teve como objetivo, entre outros aspectos, referenciar os preços de acordo com a variação nos mercados internacionais por meio de revisão mensal dos mesmos. Os preços de gasolina e diesel no Brasil, portanto, passaram a sofrer a influência direta dos preços desses produtos no mercado internacional e da taxa de câmbio R\$/US\$. Em julho de 2017, os ajustes tornaram-se diários.

Em 2018, os custos dos combustíveis no Brasil subiram seguindo o aumento do preço global do petróleo e a desvalorização do Real frente ao dólar. Como consequência, no final de maio de 2018, os caminhoneiros iniciaram uma greve nacional exigindo a redução nos preços do diesel, passagem livre nos pedágios em viagens sem carga e uma reforma legal, entre outras demandas.

A greve causou o desabastecimento de combustíveis e de alguns bens de consumo por todo o país, o que gerou a reação do governo que estabeleceu medidas emergenciais, dentre as quais uma tabela com os preços mínimos de frete e a redução de R\$ 0,46 por litro no preço do diesel, dos quais R\$ 0,16 pela redução da CIDE e do PIS/COFINS e R\$ 0,30 por meio de um programa de subvenção que durou até 31 de dezembro de 2018. Inicialmente os preços foram congelados por 60 dias e, após esse período, foram

reajustados mensalmente seguindo uma fórmula paramétrica estabelecida pela ANP. O programa de subvenção se encerrou em 31 de dezembro de 2018 e a Petrobras retomou a vigência da política de reajustes seguindo a paridade internacional. As mudanças de preços pela Petrobras em 2019 ocorreram aproximadamente a cada dez a quinze dias, dependendo da volatilidade de preços internacionais.

Os gráficos abaixo mostram a variação nos preços de aquisição, pelas distribuidoras, de gasolina e diesel nas refinarias.



Fonte: Petrobras

Efeito da inflação sobre custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais da Ultrapar são, em sua maior parte, denominados em Reais e, portanto, são influenciados pelo nível geral de preços da economia brasileira. Nos anos de 2019, 2018, e 2017, a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice utilizado para determinar as metas de inflação estabelecidas pelo Governo Brasileiro, foi de 4,31%, 3,75% e 2,95%, respectivamente.

Resultado financeiro

Os principais fatores macroeconômicos que influenciam o resultado financeiro da Ultrapar são as taxas de câmbio e de juros.

Taxa de câmbio

A maior parte das operações da Ultrapar, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada

pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Companhia e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Ultrapar considera como suas principais exposições cambiais às variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira. A Ultrapar e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

Valores em milhões de Reais	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativos em moeda estrangeira</u>			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	455,6	254,2	236,4
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	213,5	235,1	214,9
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	1.445,0	1.384,9	930,0
	2.114,1	1.874,2	1.381,3
<u>Passivos em moeda estrangeira</u>			
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(6.895,1)	(5.515,6)	(4.416,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(344,5)	(567,7)	(173,1)
	(7.239,6)	(6.083,3)	(4.589,3)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	3.636,4	2.483,0	1.777,6
Posição líquida passiva – Total	(1.489,1)	(1.726,1)	(1.430,4)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	452,0	282,7	(26,1)
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(1.941,1)	(2.008,8)	(1.404,3)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida passiva de R\$ 1.489,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	45,2	113,0	226,0
(2) Efeito no patrimônio líquido		(194,1)	(485,3)	(970,6)
(1) + (2)	Efeito	(148,9)	(372,3)	(744,6)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(45,2)	(113,0)	(226,0)
(4) Efeito no patrimônio líquido		194,1	485,3	970,6
(3) + (4)	Efeito	148,9	372,3	744,6

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e

26.g.2), hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior, hedge de fluxo de caixa de compromissos firmes e hedge de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h).

Taxa de juros

A Ultrapar adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Ultrapar e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16. A Ultrapar procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
DI				
Equivalentes de caixa	4.a	1.781	3.722	4.822
Aplicações financeiras	4.b	2.611	2.537	1.153
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - DI	33.g	19	34	30
Financiamentos e debêntures	15.a	(6.269)	(8.441)	(7.987)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - DI	33.g	(3.318)	(2.206)	(1.877)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para DI	33.g	(822)	(824)	(587)
Posição líquida passiva em DI		(5.998)	(5.176)	(4.447)
TJLP				
Empréstimos e financiamentos - TJLP	15.a	(104)	(201)	(302)
Posição líquida passiva em TJLP		(104)	(201)	(302)
LIBOR				
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33.g	850	812	984
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	15.a	(1.457)	(1.437)	(1.419)
Posição líquida passiva em LIBOR		(607)	(626)	(434)
TIIE				
Empréstimos e financiamentos - TIIE	15.a	-	(4)	(3)
Posição líquida passiva em TIIE		-	(4)	(3)
SELIC				
Empréstimos e financiamentos - SELIC	15.a	(30)	(52)	(100)
Posição líquida passiva em SELIC		(30)	(52)	(100)
Posição líquida passiva total		(6.739)	(6.059)	(5.287)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR, TIIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2019, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	29,3	73,3	146,5
Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação DI	0,1	0,1	0,3
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(44,5)	(111,2)	(222,3)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(39,2)	(85,6)	(162,9)
Despesa incremental		(54,3)	(123,4)	(238,4)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,2)	(3,0)	(6,1)
Despesa incremental		(1,2)	(3,0)	(6,1)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,7	4,3	8,6
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(8,9)	(17,8)
Despesa incremental		(1,9)	(4,6)	(9,2)
Efeito nos juros da dívida em TIIE	Elevação TIIE	-	-	-
Despesa incremental		-	-	-
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,3)	(0,6)	(1,3)
Despesa incremental		(0,3)	(0,6)	(1,3)

10.3 - Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2019.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante no exercício social de 2019 que tenham causado efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Comentários sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 01 de janeiro de 2018, foram adotadas as normas IFRS 9 e 15 emitidas pelo IASB. Com a finalidade de proporcionar a comparabilidade das informações de 2018 com as informações de 2017 apresentadas neste documento, as informações de 2017 contemplam as alterações retrospectivas nas normas contábeis e, portanto, diferem dos valores reportados anteriormente nas respectivas divulgações de resultados.

A partir de 01 de janeiro de 2019, foi adotado o IFRS 16 emitido pelo IASB. A Ultrapar selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem

a reapresentação de períodos comparativos.

2019

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do IFRS 16/ CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos das controladas da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas demonstrações financeiras:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros dos arrendamentos; e
- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

Para maiores informações vide nota explicativa nº 2.y das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 19 de fevereiro de 2020.

2018

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018:

	<u>CPC correspondente</u>
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	48
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	47
• Contabilidade em economia hiperinflacionária – IAS 29 e Aplicação da abordagem de atualização monetária prevista no IAS 29 – IFRIC 7.	42 e ICPC 23

Para maiores informações vide nota explicativa nº 2.y das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

2017

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2017.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os quadros a seguir sumarizam os impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47) e reclassificações, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 e 1 de janeiro de 2017, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2017, consolidado:

Balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2017

Ativo	Conforme divulgado 31/12/2016	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante					
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	3.502.322	(84.713)	(29.442)	-	3.388.167
Estoques	2.761.207	-	20.170	-	2.781.377
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	448.316	-	448.316
Outros ativos circulantes	6.748.267	-	-	-	6.748.267
Total do ativo circulante	13.011.796	(84.713)	439.044	-	13.366.127
Não circulante					
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	989.768	-	989.768
Imposto de renda e contribuição social diferidos	417.344	28.802	13.472	-	459.618
Outros ativos não circulantes	1.429.262	-	-	-	1.429.262
Total do ativo realizável a longo prazo	1.846.606	28.802	1.003.240	-	2.878.648
Investimentos	141.687	-	-	-	141.687
Imobilizado	5.787.982	-	-	8.436	5.796.418
Intangível	3.371.599	-	(1.471.527)	(8.436)	1.891.636
Total do ativo não circulante	11.147.874	28.802	(468.287)	-	10.708.389
Total do ativo	24.159.670	(55.911)	(29.243)	-	24.074.516

Balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2017

Passivo	Conforme divulgado 31/12/2016	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante					
Obrigações tributárias	171.033	-	(2.647)	-	168.386
Outros passivos circulantes	5.315.913	-	-	-	5.315.913
Total do passivo circulante	5.486.946	-	(2.647)	-	5.484.299
Não circulante					
Total do passivo não circulante	10.114.166	-	-	-	10.114.166
Patrimônio líquido					
Reservas de lucros	4.466.392	(55.831)	(26.596)	-	4.383.965
Outros itens do patrimônio líquido	4.061.231	-	-	-	4.061.231
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	8.527.623	(55.831)	(26.596)	-	8.445.196
Acionistas não controladores de controladas	30.935	(80)	-	-	30.855
Total do patrimônio líquido	8.558.558	(55.911)	(26.596)	-	8.476.051
Total do passivo e do patrimônio líquido	24.159.670	(55.911)	(29.243)	-	24.074.516

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017

Ativo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Mais valia CBLSA (4)	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante						
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	4.337.118	(157.198)	(32.026)	-	-	4.147.894
Estoques	3.491.879	-	21.698	-	133	3.513.710
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	456.213	-	-	456.213
Outros ativos circulantes	7.372.294	-	-	-	-	7.372.294
Total do ativo circulante	15.201.291	(157.198)	445.885	-	133	15.490.111
Não circulante						
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	1.046.147	-	-	1.046.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	545.611	53.447	15.003	-	-	614.061
Outros ativos não circulantes	2.107.965	-	-	-	-	2.107.965
Total do ativo realizável a longo prazo	2.653.576	53.447	1.061.150	-	-	3.768.173
Investimentos	150.194	-	-	-	-	150.194
Imobilizado	6.607.788	-	-	26.740	3.298	6.637.826
Intangível	3.727.473	-	(1.538.095)	(26.740)	75.404	2.238.042
Total do ativo não circulante	13.139.031	53.447	(476.945)	-	78.702	12.794.235
Total do ativo	28.340.322	(103.751)	(31.060)	-	78.835	28.284.346

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Mais valia CBLSA (4)	Após adoção IFRS 9 e 15
Passivo						
Circulante						
Obrigações tributárias	225.829	-	(4.300)	-	-	221.529
Outros passivos circulantes	6.788.159	-	-	-	-	6.788.159
Total do passivo circulante	7.013.988	-	(4.300)	-	-	7.009.688
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.524	-	-	-	45.118	83.642
Outros passivos não circulantes	11.566.978	-	-	-	-	11.566.978
Total do passivo não circulante	11.605.502	-	-	-	45.118	11.650.620
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	3.760.079	(103.468)	(26.760)	-	-	3.629.851
Ajustes de avaliação patrimonial	159.643	-	-	-	(4.819)	154.824
Outros itens do patrimônio líquido	5.461.539	-	-	-	-	5.461.539
Patrimônio líquido atribuível a:						
Acionistas da Ultrapar	9.381.261	(103.468)	(26.760)	-	(4.819)	9.246.214
Acionistas não controladores de controladas	339.571	(283)	-	-	38.536	377.824
Total do patrimônio líquido	9.720.832	(103.751)	(26.760)	-	33.717	9.624.038
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.340.322	(103.751)	(31.060)	-	78.835	28.284.346

Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Receita líquida de vendas e serviços	80.007.422	-	(474.628)	(302.780)	79.230.014
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(72.735.781)	-	1.528	302.780	(72.431.473)
Lucro bruto	7.271.641	-	(473.100)	-	6.798.541
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	(2.885.311)	(72.485)	471.407	-	(2.486.389)
Outros itens das receitas (despesas) operacionais	(1.519.410)	-	-	-	(1.519.410)
Lucro operacional	2.866.920	(72.485)	(1.693)	-	2.792.742
Resultado financeiro líquido	(474.296)	-	-	-	(474.296)
Equivalência patrimonial	20.673	-	-	-	20.673
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.413.297	(72.485)	(1.693)	-	2.339.119
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(922.458)	-	-	-	(922.458)
Diferido	83.029	25.599	576	-	109.204
	(839.429)	25.599	576	-	(813.254)
Lucro líquido do exercício	1.573.868	(46.886)	(1.117)	-	1.525.865
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1.574.306	(46.825)	(976)	-	1.526.505
Acionistas não controladores de controladas	(438)	(61)	(141)	-	(640)
Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício) - R\$					
Básico	2,9056				2,8169
Diluído	2,8847				2,7968

Demonstrações dos fluxos de caixa findo em 31 de dezembro de 2017

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	1.573.868	(46.886)	(1.117)	-	1.525.865
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial	(20.673)	-	-	-	(20.673)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	463.049	-	463.049
Depreciações e amortizações	1.175.951	-	(471.407)	-	704.544
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	13.134	-	-	-	13.134
Despesas com retirada de tanques	(15.432)	-	-	15.432	-
Juros, variações monetárias e cambiais	854.671	-	-	-	854.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(83.029)	(25.599)	(576)	-	(109.204)
Resultado na venda de bens	2.242	-	-	-	2.242
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	132.756	132.756
Provisão para perda em estoques	-	-	-	(802)	(802)
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	13.968	13.968
Demais provisões e ajustes	(868)	-	2.407	-	1.539
	<u>3.499.864</u>	<u>(72.485)</u>	<u>(7.644)</u>	<u>161.354</u>	<u>3.581.089</u>
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	(665.145)	72.485	(3.006)	(129.574)	(725.240)
Estoques	(605.757)	-	-	(727)	(606.484)
Outros itens do ativo circulante	30.860	-	-	-	30.860
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Obrigações tributárias	34.707	-	-	(1.653)	33.054
Seguro e demais contas a pagar	(33.955)	-	-	(15.432)	(49.387)
Outros itens do passivo circulante	1.216.294	-	-	-	1.216.294
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Outros itens do ativo não circulante	(393.991)	-	-	-	(393.991)
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	13.209	-	-	(13.968)	(759)
Outros itens do passivo não circulante	20.142	-	-	-	20.142
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(529.732)	-	(529.732)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(836.808)	-	-	-	(836.808)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.279.420</u>	<u>-</u>	<u>(540.382)</u>	<u>-</u>	<u>1.739.038</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	(1.262.558)	-	-	(39.629)	(1.302.187)
Aquisição de intangível	(801.971)	-	540.382	39.629	(221.960)
Outros itens das atividades de investimentos	152.392	-	-	-	152.392
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(1.912.137)</u>	<u>-</u>	<u>540.382</u>	<u>-</u>	<u>(1.371.755)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>340.349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>340.349</u>
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	<u>20.214</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.214</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>727.846</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>727.846</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.274.158	-	-	-	4.274.158
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.002.004	-	-	-	5.002.004

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5 - Indicação e comentários sobre políticas contábeis críticas adotadas pela Ultrapar

A apresentação de nossa situação financeira e operacional requer de nossa administração o julgamento quanto aos efeitos decorrentes das incertezas inerentes ao valor de nossos bens e obrigações, que podem impactar os seus valores reportados, bem como nossas receitas e despesas. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 34), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 34.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), realização de IRPJ e CSLL diferido (notas explicativas nº 2.m e 9.a), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.1, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto

(notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

Identificamos as seguintes políticas contábeis como críticas:

Provisão para devedores duvidosos

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou para a duração do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes, levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Ultrapar inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

Para maiores explicações vide notas explicativas nº 5 e 34.d.3.

Provisões para perdas de estoque

Reconhecemos provisões para perdas de estoque, caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade, ou (iii) possuam baixa rotatividade e de operações. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial. Para maiores detalhes das

provisões para perdas de estoque da Ultrapar, vide nota explicativa nº 6.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente, é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para o CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures

Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas atividades financeiras e operacionais. Normalmente a participação societária é superior a 50%. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Uma coligada é uma investida na qual o acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, mas não exerce o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm direito aos ativos líquidos por conta de um controle conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que decisões sobre atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Vide nota explicativa 12 das demonstrações financeiras para mais informações sobre investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto.

Provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens, e são revisadas anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Ultrapar e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 15):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste

de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).

- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Ultrapar e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Ultrapar e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

Redução ao valor recuperável de ativos

A Ultrapar e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Ultrapar e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A avaliação do valor é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado o período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Em 31 de dezembro de 2019, as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções variaram entre 8,9% e 12,1% e entre 0% e 1% a.a. respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Em 2019, os testes de recuperabilidade do valor de ativos realizados pela Ultrapar e suas subsidiárias

resultaram na redução ao valor recuperável. O resultado foi uma perda de R\$ 30.019 (perda de R\$ 22.088 em 2018), representado principalmente pela venda de ativo imobilizado e fechamento de lojas da Extrafarma. Adicionalmente, em 2019, os testes de recuperabilidade de ativos identificaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para o ágio da Extrafarma.

Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

Valor justo dos instrumentos financeiros

A Ultrapar e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Ultrapar e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do hedge de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de hedge é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o hedge de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de hedge é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de hedge são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o hedge se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de hedge é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de hedge; (ii) o instrumento de hedge vence; e (iii) o instrumento de hedge não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de hedge seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Ultrapar. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Informações adicionais referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros estão disponíveis nas Notas Explicativas 4, 16 e 34.

Benefícios a empregados e plano de previdência privada

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As companhias patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Companhia e suas subsidiárias não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria.

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis. Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2019.

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas

	31/12/2019	31/12/2018
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	8,79	9,00
Taxa média de crescimento salarial projetada	7,64	7,85
Taxa de inflação (longo prazo)	3,80	4,00
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,95	8,16

Hipóteses demográficas

- Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80
- Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagradada em 10%
- Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983
- Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Ultrapar e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Ultrapar. Os bônus de subscrição – indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2019, os bônus de subscrição – indenização eram representados por 5.192.919 ações e totalizavam R\$ 130,7 milhões (4.824.238 ações que totalizavam R\$ 123,1 milhões em 31 de dezembro de 2018). Devido à decisão desfavorável definitiva

de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2019 o número máximo de ações que poderiam ser emitidas em 2020 referentes aos bônus de subscrição – indenização é de até 5.920.425 (5.976.316 ações em 31 de dezembro de 2018).

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Os bônus de subscrição permanecem válidos e serão exercidos à medida que as contingências sejam materializadas ou extintas. Para maiores informações sobre a emissão parcial vide nota explicativa nº 36.

10.6. - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Ultrapar

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais

Veja “Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras”.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Veja “Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras”.

iv. Contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Na tabela a seguir estão demonstradas nossas principais obrigações contratuais não evidenciadas no balanço patrimonial em 31/12/2019:

Obrigações Contratuais (<i>off balance sheet</i>) (Valores em milhões de Reais)	Total	Vencimento de pagamentos			
		até 1 ano	entre 1 e 3 anos	entre 3 e 5 anos	após 5 anos
Recursos estimados para financiamento de plano de pensão e outros benefícios inerentes ao período de aposentadoria (1)	522,9	20,5	43,5	46,8	412,1
Obrigações de compra – matéria-prima (2)	1.379,4	430,9	861,9	86,6	-
Obrigações de compra – utilidades (3)	129,7	32,9	53,9	42,9	-
Obrigações de movimentação mínima – carga (4)	77,6	12,5	25,0	9,9	30,2
Arrendamento mercantil operacional (5)	9,5	3,5	5,7	0,3	-
	2.119,1	500,3	990,0	186,5	442,3

- (1) A estimativa de pagamento foi calculada baseada numa premissa de inflação de 4,5%.
- (2) A controlada Oxitenor Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2019 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato. A controlada Oxitenor S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxitenor tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 44.100 toneladas de eteno anuais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.
- (3) A obrigação de compra refere-se a contratos de longo prazo sob os quais a Oxitenor é obrigada a comprar uma quantidade mínima de energia anualmente.
- (4) O Tequimar possui contratos com a Companhia de Docas do Estado da Bahia e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga de (i) 397.000 toneladas por ano até 2031, e 900.000 toneladas por ano de até 2022, em Aratu; e (ii) 250.000 toneladas por ano, até 2027, e 400.000 toneladas por ano até 2029, em Suape. Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2018, essas tarifas por tonelada eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente.
- (5) As controladas Cia. Ultragas, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxitenor S.A. mantêm contratos de arrendamento, relacionados ao uso de equipamentos de informática.

Em adição, algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de vendedor). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2019, a Ultrapar e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. (Veja nota explicativa nº 16.i).

Operações de Vendedor	
	2019
Prazo	Até 60 meses
Valor máximo em potencial envolvendo as garantias	R\$ 84,1 milhões

10.7. - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Ultrapar

As obrigações contratuais citadas no “Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras” teriam os seguintes efeitos estimados sobre as receitas, custos, despesas, lucro operacional e despesas financeiras da Companhia, ao longo do período todo de vigência dos contratos:

(R\$ milhões)	Recursos estimados para financiamento de plano de pensão e outros benefícios inerentes ao período de aposentadoria	Obrigações de compra – matéria-prima	Obrigações de compra – utilidades	Obrigações de movimentação mínima – carga	Arrendamento mercantil – operacional
Receita líquida de vendas e serviços	-	-	-	-	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(70,2)	(1.379,4)	(129,7)	(77,7)	-
Lucro bruto	(70,2)	(1.379,4)	(129,7)	(77,7)	-
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	(121,1)	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(331,7)	-	-	-	-
Resultado na venda de bens	-	-	-	-	(9,5)
Outros resultados operacionais, líquidos	-	-	-	-	-
Lucro operacional	(523,0)	(1.379,4)	(129,7)	(77,7)	(9,5)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	-

b. Natureza e o propósito da operação

Veja “Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras”.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Ultrapar em decorrência da operação

Veja “Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras”.

10.8. - Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2019, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e recebimentos, totalizaram R\$ 1.578 milhões, uma redução de 19% em relação ao montante investido em 2018 e R\$ 184 milhões abaixo do plano anunciado em dezembro de 2018.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 738 milhões em 2019, direcionados à manutenção e ampliação das redes de postos e franquias e à expansão da infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 341 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 327 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade), R\$ 26 milhões a aquisições de investimentos, R\$ 22 milhões a custos diretos iniciais de ativos de direito de uso e R\$ 21 milhões a liberações de financiamento a clientes

e antecipação de aluguel, líquidos de recebimentos. A Oxiteno investiu R\$ 249 milhões em 2019, direcionados, principalmente, aos investimentos na nova planta de especialidades químicas nos Estados Unidos e à manutenção de suas unidades produtivas. A Ultragaz investiu R\$ 230 milhões em 2019, direcionados principalmente a clientes empresariais, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção da infraestrutura logística e de bases de engarrafamento. A Ultracargo investiu R\$ 252 milhões em 2019, direcionados, principalmente, às expansões nos terminais de Itaqui e Santos, à outorga do terminal da Vila do Conde, à aquisição de um terreno em Santos e à adequação e manutenção da infraestrutura existente. A Extrafarma investiu R\$ 89 milhões no ano, destinados principalmente ao novo centro de distribuição em São Paulo, inaugurado em agosto, proporcionando menores despesas logísticas e melhor nível de serviço nas operações do Estado, além de abertura e reforma de lojas e projetos de tecnologia da informação.

Para 2020, o plano de investimentos da Ultrapar totaliza R\$ 1,8 bilhão e demonstra o comprometimento da Companhia com o crescimento sustentável de seus negócios e a seletividade na alocação de capital.

Na Ipiranga, o limite aprovado é de R\$ 873 milhões, sendo aproximadamente 60% voltado para a expansão (i) da rede de postos, (ii) da infraestrutura de abastecimento, a partir da construção de duas novas bases de operação e das concessões obtidas em Belém (PA), Cabedelo (PB) e Vitória (ES) e (iii) de operações próprias e novas franquias da am/pm e Jet Oil. Os outros 40% estão voltados para a manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos com revendedores, infraestrutura logística e tecnologia para apoiar as operações.

O investimento de R\$ 228 milhões aprovado para Oxiteno será direcionado substancialmente à manutenção e segurança de suas unidades produtivas, P&D e avanços nos sistemas de informação.

Na Ultragaz, os investimentos contemplam R\$ 314 milhões destinados à captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, reposição e aquisição de vasilhames para suportar o crescimento de volume, expansão e manutenção das bases de engarrafamento, e à tecnologia da informação.

A Ultracargo deverá investir R\$ 238 milhões principalmente na construção do terminal em Vila do Conde (PA), além da expansão dos terminais de Itaqui (MA) e Suape (PE), e na melhoria contínua em segurança, infraestrutura e manutenção dos terminais.

A Extrafarma planeja investir R\$ 53 milhões direcionados principalmente à plataforma sistêmica, expansão da rede e da infraestrutura logística, com destaque para a abertura de um novo centro de distribuição no Nordeste, e manutenção e reforma de lojas.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para mais detalhes sobre as fontes de financiamento dos investimentos veja “Item 10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas” e “Item 10.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez”.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisições divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. Novos produtos e serviços

A Oxiteno desenvolve uma extensa atividade de pesquisa e desenvolvimento principalmente relacionada à aplicação de especialidades químicas e à melhoria do processo de produção. Os gastos da Oxiteno com pesquisa e desenvolvimento foram de R\$ 57 milhões, R\$ 57 milhões e R\$ 53 milhões em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Os investimentos da Oxiteno em pesquisa e desenvolvimento resultaram na introdução de 94 novos produtos nos últimos três anos. A Oxiteno continuará a investir em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver novas aplicações que satisfaçam as necessidades de seus clientes.

A Ipiranga constantemente desenvolve iniciativas específicas para cada segmento de atuação, como a oferta de serviços de abastecimento e assistência técnica em instalações de grandes consumidores.

No segmento de postos urbanos, a ampla oferta de produtos e serviços não combustíveis e a busca contínua da excelência na prestação de serviços têm contribuído de forma significativa para o aumento e fidelização dos consumidores que buscam os postos de sua rede. Em adição, a oferta de conveniência e serviços nos postos busca proporcionar uma maior satisfação dos clientes e, com isso, maior valor percebido. Além de abastecer o veículo, o consumidor pode também fazer compras nas lojas de conveniência am/pm, que já contam com padarias em mais de 934 estabelecimentos, no Ipirangashop.com e ainda usufruir de outros serviços instalados em diversos postos da rede.

Em mais uma ação pioneira no mercado de combustíveis, a Ipiranga lançou em 2009 o Programa Km de Vantagens, programa de fidelização por meio de recompensas e benefícios a clientes e revendedores, servindo como uma importante plataforma para fortalecer o relacionamento com os clientes e para as demais iniciativas da Ipiranga. Em 2019, o programa contava com mais de 32 milhões de CPFs cadastrados.

A Ipiranga conta também com o Posto Ecoeficiente, uma das iniciativas de diferenciação que espelham a filosofia de inovação da Ultrapar. Agregam, em um mesmo projeto, soluções inovadoras com serviços e tecnologias sustentáveis, em harmonia com a rentabilidade do posto para o revendedor. O projeto do Posto Ecoeficiente envolve soluções na construção e operação dos postos que resultam em melhor aproveitamento de recursos, como água e energia elétrica, e redução de desperdícios e resíduos. Os Postos Ecoeficientes atingiram, em 2019, a marca de 910 unidades espalhadas pelo território nacional.

Em 2014, a novidade foi o Beer Cave, uma nova experiência de compra de bebidas para clientes na rede de lojas am/pm. Trata-se de uma câmara fria com uma grande variedade de rótulos de cervejas nacionais e importadas. Cerca de 561 lojas am/pm em todo o Brasil contavam com uma unidade Beer Cave em 2019.

Em 2016, a Ipiranga desenvolveu e levou ao mercado o aplicativo Abastece Aí, iniciativa que aposta na integração de plataformas para oferecer ainda mais comodidade e benefícios aos seus clientes. Através do aplicativo Abastece Aí, o cliente programa ou decide na hora a opção de abastecimento que é automaticamente reconhecida pelo frentista. Ele também escolhe os benefícios que prefere ganhar e finaliza o abastecimento com a senha do Km de Vantagens, com total segurança no pagamento. O aplicativo segue em crescimento exponencial e já realiza transações anualizadas acima de R\$ 4,0 bilhões, com uma base de mais de 3,2 milhões de usuários, e avaliamos a possibilidade de evoluir essa unidade de negócios da Ipiranga para uma unidade independente, alavancando assim o uso do ecossistema do Km de Vantagens e do Abastece Aí para oferecer mais produtos e serviços para os clientes.

A Ipiranga lançou também em 2016 a gasolina DT Clean, formulada com uma das mais modernas tecnologias de aditivação, que recupera a performance original do motor, aumenta sua vida útil e ajuda a economizar combustível. Adicionalmente, em 2017 a Ipiranga lançou a Octapro, uma gasolina de alta

octanagem, que conta com uma combinação de aditivos com tecnologia de ponta e que, entre outros benefícios, contribui para o motor atingir a sua máxima potência e melhora a performance do veículo. Em 2019, foi lançado o RendMax, o novo diesel S10 ativado, que na prática gera uma economia no consumo de combustível acima de 3% em relação ao diesel comum, além de estender a vida útil do motor, aumentar o intervalo entre a troca de filtros e reduzir as emissões nocivas ao meio-ambiente.

Buscando fortalecer e aumentar a gama de produtos oferecidos nas lojas am/pm, a Ipiranga lançou, em 2017, a Wine Cave. Os clientes podem encontrar uma ampla oferta de vinhos com 60 a 80 rótulos de variedade e acondicionados em uma adega climatizada na temperatura ideal. Em 31 de dezembro de 2019 havia 15 unidades Wine Cave em funcionamento nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Amazonas.

Em 2018, foi lançado o Pró-frotas, uma ferramenta 100% digital para gestão de abastecimentos, que permite a realização de transações via aplicativo e exibe informações em tempo real, integração via rastreadores, recolhimento de notas fiscais, entre outras funcionalidades.

Em 2019, a Ipiranga iniciou um projeto piloto para a operação de lojas próprias da am/pm, que contempla lojas dentro e fora de postos de combustível, além de atrair franqueados especializados para operar lojas de revendedores. O objetivo é ampliar o conhecimento da operação das lojas e melhorar os serviços prestados para todos os franqueados, além de permitir uma expansão mais acelerada e estruturada das lojas am/pm.

10.9. - Comentários sobre outros fatores relevantes que influenciaram o desempenho operacional

Não aplicável. Nenhum fator relevante influenciou o desempenho da Companhia em 2019.



ANEXO IV – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/2009)

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Destinação do lucro líquido

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Exercício
31/12/2019

1. Informar o lucro líquido do exercício	373.526
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados¹ <div>Montante Global354.850 Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Intermediários0,200000000 Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Complementares0,126180632</div>	
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído	95%
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores <div>Montante Global124.002 Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Intermediários0,113819368</div>	
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: <div>a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe Valor bruto - Dividendos Ações Ordinárias-</div> <div>b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio Forma de pagamento- Prazo de Pagamento-</div> <div>c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio-</div> <div>d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento-</div>	
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores <div>a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados217.382 b. Informar a data dos respectivos pagamentos30.08.2019</div>	

Destinação do lucro líquido

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

		Exercício 31/12/2019
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:		
a.	Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores ²	
	Valor por ação ordinária (R\$) - 31.12.2019	0,34
	Valor por ação ordinária (R\$) - 31.12.2018	1,06
	Valor por ação ordinária (R\$) - 31.12.2017	1,45
	Valor por ação ordinária (R\$) - 31.12.2016	1,44
b.	Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores ²	
	31.12.2018	684.565
	Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Intermediários	0,28
	Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Complementares	0,35
	31.12.2017	950.895
	Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Intermediários	0,43
	Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Complementares	0,45
	31.12.2016	907.269
	Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Intermediários	0,40
	Valor por ação ordinária (R\$) - Dividendos Complementares	0,44
8. Havendo destinação de lucros à reserva legal		
a.	Identificar o montante destinado à reserva legal	18.676
b.	Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	Art. 193 - Lei Nº 6.404 - Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social.
9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos		
a.	Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos	-
b.	Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos	-
c.	Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa	-
d.	Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais	-
e.	Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe	-

Destinação do lucro líquido

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**Exercício
31/12/2019****10. Em relação ao dividendo obrigatório**

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
- c. Informar o montante eventualmente retido

Estatuto Social - Art. 55 - item b) 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados.

Sim

-

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

-

-

-

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

-

-

-

-

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

-

-

Destinação do lucro líquido

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**Exercício
31/12/2019**

<p>14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias³</p> <p>a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva</p> <p>b. Identificar o montante destinado à reserva⁴</p> <p>c. Descrever como o montante foi calculado</p>	<p>Estatuto Social - Art. 55 - item c)</p> <p>1.648</p> <p>Por proposta dos órgãos da administração, até 45% (quarenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado para a constituição da reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reserva de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p>
<p>15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital</p> <p>a. Identificar o montante da retenção</p> <p>b. Fornecer cópia do orçamento de capital</p>	<p>-</p> <p>-</p>
<p>16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais</p> <p>a. Informar o montante destinado à reserva</p> <p>b. Explicar a natureza da destinação</p>	<p>-</p> <p>-</p>

¹Os valores apresentados no item 2 incluem o montante indicado no item 6, bem como o montante de R\$ 137.468, conforme dividendos declarados em deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 19.02.2020, com crédito aos acionistas a partir de 06.03.2020.

²Número de ações utilizado para o cálculo do lucro por ação não inclui ações em tesouraria da Companhia. Os valores por ação consideram o desdobramento das ações ordinárias na proporção de uma (1) ação para duas (2) ações de mesma classe e espécie aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 10.04.2019. O número de ações utilizado para cálculo do valor por ação considera a emissão de 2.108.542 ações confirmada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 19.02.2020.

³Reserva estatutária para investimentos constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55, item c do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, permitindo a realização de novos investimentos.

⁴Inclui a realização da reserva de reavaliação, líquida de Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R\$ 159 e ganho no reembolso de ações preferenciais B da Oxiten Nordeste, no valor de R\$ 1.489.



ANEXO V – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12. Assembleia Geral e Administração

12.5. Informações dos administradores e membros do conselho fiscal indicados ou apoiados pela administração

Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivo
Geraldo Toffanello	12/10/1950	Contador	078.257.060-72	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	15/04/2020	Até AGO de 2021	-	Não	3
Marcelo Amaral Moraes	10/07/1967	Bacharel em Economia	929.390.077-72	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	15/04/2020	Até AGO de 2021	-	Não	1
William Bezerra Cavalcanti Filho	26/10/1956	Economista	530.627.607-53	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	15/04/2020	Até AGO de 2021	-	Não	2
Márcio Augustus Ribeiro	27/12/1954	Engenheiro	006.211.088-80	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	15/04/2020	Até AGO de 2021	-	Não	13
Pedro Ozires Predeus	04/05/1944	Contador	005.474.508-00	Membro do Conselho Fiscal (suplente)	15/04/2020	Até AGO de 2021	-	Não	15
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	31/01/1950	Contador	212.107.217-91	Membro do Conselho Fiscal (suplente)	15/04/2020	Até AGO de 2021	-	Não	0

A Companhia informa que todos os membros ora indicados para o Conselho Fiscal são considerados membros independentes, nos termos do artigo 162 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações.

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos

❖ Conselho Fiscal - Membros efetivos

▪ Geraldo Tofanello

Empresa	Cargo ocupado	Atividade principal da empresa	Empresa integra grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%
Ultrapar Participações S.A.	<ul style="list-style-type: none"> • Membro efetivo do Conselho Fiscal (2017-2018); • Presidente do Conselho Fiscal (2019 – atual) 	Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para graneis	Sim
Gerdau S.A.	• Membro do Conselho Fiscal (2015-atual)	Companhia aberta com atividades em siderurgia.	Não
Metalúrgica Gerdau S.A.	• Membro do Conselho Fiscal (2014-atual)	Companhia aberta de participações.	Não
Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos	• Membro do Conselho Fiscal (2013-2015)	Companhia aberta dedicada ao varejo farmacêutico.	Não
Luzes do Mundo Ltda.	• Fundador	Empresa focada em produtos de iluminação – decorativa e técnica, representando marcas internacionais de renome	Não

▪ Marcelo Amaral Moraes

Empresa	Cargo ocupado	Atividade principal da empresa	Empresa integra grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%
Ultrapar Participações S.A.	• Membro efetivo do Conselho Fiscal (2019-atual)	Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para graneis líquidos	Sim
Vale S.A.	• Presidente do Conselho Fiscal (2004 - atual)	Empresa no segmento de minerações	Não
CPFL Energia S.A.	• Membro do Conselho de Administração (2017 - atual)	Empresa no segmento de produção de energia elétrica	Não
Linx S.A.	• Membro do Conselho fiscal (2018 - atual)	Empresa no segmento de mercado de softwares e gestão de varejo	Não
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	• Presidente do Conselho Fiscal (2018 - atual)	Empresa no segmento de aviação	Não

Aceco TI S.A.	• Presidente do Conselho Fiscal (2016 – 2018)	Empresa do segmento de data centers	Não
Eternit S.A.	• Membro do Conselho de Administração (2016 – 2018)	Empresa no segmento de coberturas	Não
Capital Dynamics Investimentos Ltda.	• Diretor Executivo (2012 – 2015)	Empresa de gestão de ativos	Não

▪ **William Bezerra Cavalcanti Filho**

Empresa	Cargo ocupado	Atividade principal da empresa	Empresa integra grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%
Ultrapar Participações S.A.	• Membro efetivo do Conselho Fiscal (2018-atual)	Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para graneis líquidos	Sim
Casa da Moeda do Brasil	• Membro do Conselho de Administração (2018 - 2019)	Empresa pública responsável pela produção do meio circulante brasileiro e de outros produtos de segurança	Não
Pré-sal Petróleo S.A.	• Membro do Comitê de Auditoria (2019-atual)	Empresa representante da União no regime de partilha da produção do petróleo	Não
Norte Energia S.A.	• Membro Suplente do Conselho Fiscal (2018 - atual)	Empresa do Setor de Energia Elétrica	Não
QGE – Queiroz Galvão – Exploração e Produção S.A.	• Conselheiro Fiscal suplente (2014 – 2017)	Empresa no Setor de Exploração e Produção de óleo e gás	Não
CPFL Energia S.A.	• Membro do Conselho Fiscal (2013 – 2017)	Empresa do Setor de Energia Elétrica	Não
General Shopping S.A.	• Conselheiro Fiscal suplente (2014 - 2017)	Empresa do Setor na administração, planejamento e comercialização de shopping centers	Não
Log-In S.A.	• Conselheiro Fiscal (2014 - 2016)	Empresa no Setor de navegação de cabotagem no Brasil	Não

❖ **Conselho Fiscal - Membros suplentes**

▪ **Marcio Augustus Ribeiro**

Empresa	Cargo ocupado	Atividade principal da empresa	Empresa integra grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%
Ultrapar Participações S.A.	• Membro suplente do Conselho Fiscal (2007-	Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades	Sim

	atual)	químicas e armazenagem para granéis líquidos	
--	--------	--	--

▪ **Pedro Ozires Predeus**

Empresa	Cargo ocupado	Atividade principal da empresa	Empresa integra grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%
Ultrapar Participações S.A.	• Membro suplente do Conselho Fiscal (2005-atual)	Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos	Sim
Alma Clínica de Doenças Nervosas S/S Ltda.	• Diretor administrativo financeiro (2013 – atual)	Clínica médica familiar	Não
PriceWaterhouseCoopers (PWC)	• Sócio aposentado em 30/06/2004	Auditoria	Não
ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas	• Avaliador do Prêmio ABRASCA Melhor Relatório Anual - 4º ano – (2014 – atual)	Associação sem fins lucrativos destinada à defesa das companhias abertas	Não
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC	• Associado (2012-atual)	Atividades de organizações associativas ligadas à educação, cultura, arte e defesa de direitos sociais	Não

▪ **Carlos Roberto de Albuquerque Sá**

Empresa	Cargo ocupado	Atividade principal da empresa	Empresa integra grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%
Itaú Unibanco S.A.	• Membro do Conselho Fiscal (2016- 2019)	Instituição Financeira	Não
Banco do Brasil S.A.	• Membro do Conselho Fiscal (2014-2015)	Instituição Financeira	Não
Marfrig Global Foods S.A.	• Membro do Conselho Fiscal (2016-2019)	Produção e Distribuição de alimentos à base de carne bovina, suína, ovina e avícola In Natura. Elaborados e Processados. Couros, Semi-terminados e Terminados, além de outros produtos Alimentícios.	Não
M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos	• Coordenador do Comitê de Auditoria (2018 – atual)	Produção e comercialização de biscoito, massas, farinha de trigo e farelo, margarinas e gorduras, bolos, snacks, mistura para bolos e torradas.	Não
Marisa Lojas S.A.	• Coordenador do Comitê de Auditoria (2011-atual)	Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios.	Não
Camil Alimentos	• Coordenador do	Industrialização e Comercialização	Não

S.A.	Comitê de Auditoria (2018-atual)	de arroz, feijão, pescados e açúcar.	
Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG	• Membro do Conselho Fiscal (2018 – atual)	Concessionária de serviço público de energia elétrica.	Não
CS Consult Ltda.	• Fundador	Consultoria	Não
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC	• Associado (2012-atual)	Atividades de organizações associativas ligadas à educação, cultura, arte e defesa de direitos sociais	Não

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

❖ Conselho Fiscal – Membros efetivos

▪ Geraldo Toffanello

Empresa	Cargo ocupado	Atividade principal da empresa	Empresa integra grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%
ONG Parceiros Voluntários	• Membro do Conselho de Administração (2018 – atual)	ONG dedicada à qualificação de pessoas e instituições, por intermédio de tecnologias sociais e do voluntariado.	Não
Casa Menino Jesus de Praga	• Membro do Conselho de Administração (2019 – atual)	Casa de amparo às crianças carentes com deficiências múltiplas.	Não

n. Eventos ocorridos durante os últimos 5 anos em relação a:

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Os membros do Conselho Fiscal apresentados neste documento informaram à Companhia que não houve condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas no último mandato

❖ Conselho Fiscal

<u>Membro efetivo</u>	<u>Total de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal entre abril/19 e março/20</u>	<u>% de participação do membro efetivo nas reuniões</u>
Geraldo Toffanello	09	100%
Marcelo Amaral Moraes	09	100%
William Bezerra Cavalcanti Filho	09	100%

12.7. Informações sobre membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável pois os candidatos indicados neste documento não pertencem a comitês ou estruturas de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração que participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão da Companhia como consultores ou fiscais.

12.8. Percentual de participação dos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável pois os candidatos indicados neste documento não pertencem a comitês ou estruturas de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração que participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão da Companhia como consultores ou fiscais.

12.9. Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não aplicável.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

Não há.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.



**ANEXO VI – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E
DO CONSELHO FISCAL**



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.256.439/0001-39

NIRE 35.300.109.724

Proposta de Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

A - Proposta de remuneração dos Administradores

A proposta de limite global anual da remuneração dos Administradores para o período compreendido entre maio de 2020 e abril de 2021 é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de Reais), sendo R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de Reais) destinados aos membros do Conselho de Administração e R\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de Reais) para os membros da Diretoria Executiva, incluídos R\$ 13.951.235,00 (treze milhões novecentos e cinquenta e um mil e duzentos e trinta e cinco Reais) referentes às despesas com plano de ações e com benefício pós-emprego.

O valor proposto é 4,17% superior ao valor aprovado pela assembleia geral extraordinária e ordinária realizada em 10 de abril de 2019 ("Assembleia"), para o período de maio de 2019 a abril de 2020. Referido aumento decorre de reajuste inflacionário. A remuneração global efetivamente realizada neste período está estimada em montante cerca de 19% inferior ao aprovado pelos acionistas em 2019, considerando, principalmente, que os valores de remuneração variável foram inferiores ao valor máximo projetado, em consistência com os resultados financeiros obtidos no exercício.

B - Proposta de remuneração dos membros do Conselho Fiscal

A proposta de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal pelo período de vigência de seus mandatos (entre maio de 2020 e abril de 2021) é de R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos Reais) por mês, sendo R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil Reais) por mês para o presidente do Conselho Fiscal e de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos Reais) por mês para os demais membros ¹.

O valor proposto é 8,12% superior ao valor aprovado na Assembleia, para o período entre maio de 2019 e abril de 2020. O aumento proposto visa equiparar a remuneração do órgão à média de mercado, identificadas em pesquisas (considerando companhias em porte, complexidade e atuação comparáveis à Ultrapar). A remuneração global dos membros do Conselho Fiscal efetivamente realizada neste período ficou em linha com o valor aprovado.

Para informações adicionais, sobre remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não estatutária e do Conselho Fiscal, ver anexo VII e item 13 - Remuneração dos Administradores. Ressaltamos que os valores informados na presente proposta de remuneração diferem daqueles do anexo VII em função da não correspondência entre os períodos cobertos de cada documento.

¹ Os valores de remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal não incluem encargos sobre folha.



ANEXO VII – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13 - Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política Corporativa de Remuneração Executiva da Ultrapar possui como objetivo estabelecer princípios e critérios de remuneração para os administradores da Companhia, garantindo a aplicação de uma estratégia de remuneração competitiva, alinhada às melhores práticas de mercado e aos interesses dos acionistas e demais stakeholders da Ultrapar.

Os principais elementos dessa política e das práticas de remuneração da Ultrapar para seus órgãos administrativos são

(i) alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos; (ii) convergência das metas à estratégia de longo prazo e sustentabilidade da Companhia; (iii) incentivo à autonomia e responsabilidade, reconhecendo a performance diferenciada e reforçando a meritocracia e (iv) competitividade frente ao mercado de referência, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia. Seguindo estes princípios, a Ultrapar adota um plano de remuneração competitivo, incluindo a utilização de métricas financeiras, operacionais e de criação de valor para estabelecer metas de remuneração variável, benefícios alinhados com as práticas de mercado e um programa de incentivo de longo prazo baseado em ações.

A Política Corporativa de Remuneração Executiva da Ultrapar foi aprovada pelo Conselho de Administração em 04/12/2019, após análise e avaliação pelo Comitê de Pessoas. O documento encontra-se disponível em ri.ultra.com.br, seção 'Governança / Documentos Societários'.

b. Composição da remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

- Remuneração fixa:
 - Honorários fixos: montante mensal, com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo de conselheiro, buscando manter patamares compatíveis com a remuneração de conselheiros de empresas comparáveis à Ultrapar. O Presidente e o Vice-Presidente recebem valores superiores aos demais membros, em função dos cargos exercidos.
 - Honorários por participação em comitês estatutários: montante mensal equivalente a 1/3 dos honorários de conselheiro. Caso o conselheiro exerça a função de coordenador de um comitê, o montante mensal será equivalente a 50% dos honorários de conselheiro. Caso o conselheiro seja nomeado para mais de um comitê, o montante mensal será limitado a 50% dos honorários de conselheiro, independentemente do cargo exercido no Conselho de Administração, excetuando-se o Presidente do Conselho de Administração que não é elegível a valores adicionais por participação em comitê.

- Além dos honorários, a Companhia arca com as respectivas contribuições para a seguridade social, quando aplicável.
- Remuneração variável: membros do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração variável.

Conselho Fiscal

- Remuneração fixa:
 - Honorários fixos: montante mensal aprovado em Assembleia Geral, com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo de conselheiro fiscal, além de considerar parâmetros do mercado de referência. A remuneração de cada conselheiro fiscal deve ser correspondente a pelo menos 10% do salário médio mensal atribuído à Diretoria Estatutária. O Presidente recebe valor superior aos demais conselheiros, em função da maior responsabilidade inerente ao cargo exercido.
 - Além dos honorários, a Companhia arca com as respectivas contribuições para a seguridade social, quando aplicável.
- Remuneração variável: os membros do Conselho Fiscal não são elegíveis a remuneração variável.

Diretoria Estatutária

- Remuneração fixa:
 - Salário: montante mensal pago com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a contribuição individual e a experiência de cada profissional, buscando manter patamares compatíveis com empresas comparáveis.
 - Benefícios diretos e indiretos: a remuneração fixa da Diretoria também inclui contribuições para a seguridade social, gratificação de férias, décimo-terceiro salário, plano de saúde, seguro de vida em grupo e check-up médico, entre outros. Os benefícios diretos e indiretos têm como objetivo acompanhar práticas de mercado e reconhecer a contribuição individual.
- Remuneração variável:
 - Curto prazo: montante anual pago com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia na busca e alcance de resultados. Este montante é atrelado a metas financeiras e não financeiras, sempre alinhadas ao Plano Estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração.
- Remuneração baseada em ações: a Ultrapar adota a remuneração baseada em ações desde 2003, com o objetivo de estimular a expansão e resultados sustentáveis da Companhia e o alcance de suas metas empresariais, compartilhando a criação de valor, bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais e promovendo o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas, administradores e empregados. Nos termos do plano de ações vigente desde 2017, existem dois programas que buscam assegurar a retenção dos executivos e profissionais chave para a organização, e condicionar parcela importante dessa remuneração à geração de valor para os acionistas.
- Benefício pós-emprego: visando o incentivo à poupança de longo prazo, a Ultrapar oferece desde 2001 um plano de previdência complementar de contribuição definida, gerenciado pela Ultraprev – Associação de Previdência Complementar. Nos termos deste plano, a contribuição básica de cada executivo é opcional e calculada por meio da aplicação de um percentual de seu salário. A Ultrapar

contribui, em nome do executivo, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste, limitado a 11% do seu salário mensal de referência. Em adição, além das contribuições ao sistema FGTS, a Ultrapar instituiu em 2010 e revisou em 2018, uma política de encerramento de carreira com o objetivo de preparar o executivo para o desligamento da Companhia e viabilizar um processo sucessório planejado e ordenado. O valor do benefício pós-emprego resultante desta política consiste principalmente em uma remuneração adicional por ocasião de desligamento do executivo.

Comitê de Pessoas

- Remuneração fixa:
 - Participação em Comitê: os membros do Comitê de Pessoas – atualmente composto apenas por conselheiros de administração – fazem jus a um montante mensal equivalente a 1/3 dos honorários de conselheiro. O conselheiro que exercer a função de Coordenador do Comitê receberá montante mensal equivalente a 50% dos honorários de conselheiro. Ainda baseada em práticas de mercado, a Ultrapar atribuirá a eventuais membros externos o montante mensal pago com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a contribuição individual e a experiência de cada profissional.

Comitê de Estratégia

- Remuneração fixa:
 - Participação em Comitê: os membros do Comitê de Estratégia – atualmente composto apenas por conselheiros de administração – fazem jus a um montante mensal, equivalente a 1/3 dos honorários de conselheiro. O conselheiro que exercer a função de Coordenador do Comitê receberá montante mensal equivalente a 50% dos honorários de conselheiro. Ainda baseada em práticas de mercado, a Ultrapar atribuirá a eventuais membros externos o montante mensal pago com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a contribuição individual e a experiência de cada profissional.

Comitê de Auditoria e Riscos

- Remuneração fixa:
 - Participação em Comitê: os membros do Comitê de Auditoria e Riscos fazem jus a um montante mensal, equivalente a 1/3 dos honorários de conselheiro. O conselheiro que exercer a função de Coordenador do Comitê receberá montante mensal equivalente a 50% dos honorários de conselheiro. Ainda baseada em práticas de mercado, a Ultrapar atribuirá a eventuais membros externos o montante mensal pago com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a contribuição individual e a experiência de cada profissional.

Comitê de Riscos Financeiros

- Remuneração fixa:
 - Participação em Comitê: o Comitê de Riscos Financeiros é composto pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (“CFO”), Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e pelo menos outros dois diretores da Ultrapar ou de suas subsidiárias. Seus membros não recebem, em razão de sua participação nesse comitê, qualquer remuneração adicional.

Comitê de Conduta

- Remuneração fixa:
 - Participação em Comitê: o Comitê de Conduta é composto por um membro externo, no papel de Coordenador, por um conselheiro de administração, pelo Diretor Jurídico e pelo Diretor de Riscos, Compliance e Auditoria da Ultrapar. Os membros do comitê, à exceção do membro externo, não recebem qualquer remuneração adicional em razão de sua participação nesse comitê. O membro externo, recebe remuneração mensal baseada em práticas de mercado, com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a contribuição individual e a experiência do profissional

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores em 2019, segregadas conforme o descrito no Item 13.2.

% em relação a remuneração total do valor pago a título de						
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefício pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	49%	23%	6%	0%	22%	100%
Comitê de Pessoas	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Conduta	100%	0%	0%	0%	0%	100%

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores em 2018, segregadas conforme o descrito no Item 13.2.

% em relação a remuneração total do valor pago a título de						
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefício pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	55%	31%	7%	3%	4%	100%
Comitê de Pessoas	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Conduta	100%	0%	0%	0%	0%	100%

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores em 2017, segregadas conforme o descrito no Item 13.2.

% em relação a remuneração total do valor pago a título de						
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefício pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	50%	24%	3%	20%	3%	100%
Comitê de Pessoas	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Conduta	100%	0%	0%	0%	0%	100%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

- Remuneração fixa: a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é calculada levando-se em consideração a complexidade do cargo, bem como pesquisa de mercado que considera outras empresas de porte, complexidade e segmentos de atuação compatíveis com os da Ultrapar, observando os critérios anteriormente descritos.

Conselho Fiscal

- Remuneração fixa: a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal é avaliada anualmente, levando-se em consideração a remuneração da Diretoria Estatutária, bem como pesquisa de mercado que considera outras empresas de porte e complexidade compatíveis com os da Ultrapar. Maiores detalhes estão descritos no Item 13.1.b.i. “Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles”.

Diretoria

As remunerações fixa e variável de curto prazo da Diretoria Estatutária são estabelecidas com referência de mercado relevante, levando em consideração metodologia de atribuição do valor do cargo de acordo com fatores como conhecimento requerido, solução de problemas e potencial impacto no resultado. A soma das parcelas fixa e variável de curto prazo tem como objetivo manter a competitividade frente ao mercado relevante, caso as metas definidas sejam 100% atingidas.

- Remuneração fixa: anualmente revista levando em consideração as práticas de mercado, identificadas em pesquisas salariais (considerando companhias em porte, complexidade e atuação comparáveis às da Ultrapar), assim como a evolução da experiência e responsabilidade do profissional. Os benefícios são balizados com práticas de mercado.
- Remuneração variável de curto prazo: fundamentada no conceito de participação nos resultados, esta parcela é planejada com base em um múltiplo salarial, que varia com o nível do executivo e respectiva referência de mercado, sendo condicionada ao alcance de metas financeiras da Companhia (70%) e de metas individuais (30%), todas em consistência com o Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.
- Plano de ações: o montante de ações a serem outorgadas aos executivos é anualmente definido pelo Conselho de Administração, e o valor atribuído até 2019 era correspondente ao valor da ação da Companhia no momento da concessão. A partir de 2020 será considerada a média dos 30 pregões que antecedem a outorga.
- Benefício pós-emprego: visando o incentivo à poupança de longo prazo, a Ultrapar oferece desde 2001 um plano de previdência complementar de contribuição definida, gerenciado pela Ultraprev – Associação de Previdência Complementar. Nos termos deste plano, a contribuição básica de cada executivo é opcional e calculada por meio da aplicação de um percentual de seu salário. A Ultrapar contribui, em nome do executivo, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste, limitado a 11% do seu salário mensal de referência. Em adição, além das contribuições ao sistema FGTS, a Ultrapar instituiu em 2010 e revisou em 2018, uma política de encerramento de carreira com o objetivo de preparar o executivo para o desligamento da Companhia e viabilizar um processo sucessório planejado e ordenado. O valor do benefício pós-emprego resultante desta política consiste principalmente em uma remuneração adicional por ocasião de desligamento do executivo.

Comitê de Pessoas

- Remuneração por participação: é definida com base nos honorários de conselheiro de administração, que por sua vez são baseados em avaliações de mercado, considerando companhias comparáveis à Ultrapar.

Comitê de Estratégia

- Remuneração por participação: é definida com base nos honorários de conselheiro de administração, que por sua vez são baseados em avaliações de mercado, considerando companhias comparáveis à Ultrapar.

Comitê de Auditoria e Riscos

- Remuneração por participação: é definida com base nos honorários de conselheiro de administração, que por sua vez são baseados em avaliações de mercado, considerando companhias comparáveis à Ultrapar. Comitê de Riscos Financeiros
- Remuneração por participação: Os membros do Comitê de Riscos Financeiros não recebem, em razão de sua participação nesse comitê, qualquer remuneração adicional.

Comitê de Conduta

- Remuneração por participação: Os membros do Comitê de Conduta, à exceção do membro externo, não recebem, em razão de sua participação nesse comitê, qualquer remuneração adicional. O membro externo recebe remuneração com base em práticas de mercado, conforme detalhado anteriormente.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração da Companhia combina elementos de curto e longo prazo, além de parcela fixa e variável, que são balanceados seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter nossos executivos, incentivar desempenho superior e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Companhia e seus acionistas.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia são remunerados.

Excetuado membro externo do Comitê de Conduta, os membros do Comitê de Riscos Financeiros e do Comitê de Conduta não recebem remuneração adicional da Companhia ou suas controladas em razão de sua participação nesses comitês.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

- Remuneração fixa: responsabilidade e complexidade do cargo, experiência do profissional e práticas do mercado.
- Remuneração variável de curto prazo: (i) metas de crescimento de EVA® até 2019. A partir de 2020, metas de EBITDA e de fluxo de caixa operacional definidas para cada Negócio e para a Ultrapar em consistência com o Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração, e (ii) metas individuais, majoritariamente tangíveis e associadas ao desempenho operacional e comercial do Negócio, desenvolvimento de pessoas e execução de projetos, dentre outros

objetivos, igualmente consistentes com o Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

- Plano de ações: evolução de desempenho ao longo do tempo e expectativa de contribuição à geração de valor da Companhia. Nos termos do plano de ações vigente desde 2017, existem dois programas, um sendo atrelado exclusivamente apenas ao tempo de permanência do executivo na Companhia, e o outro contemplando duas parcelas iguais: uma de retenção condicionada ao vínculo à Companhia; e outra condicionada ao alcance de meta financeira previamente definida pelo Conselho de Administração. Para as outorgas realizadas em 2018 e 2019, foram estabelecidas metas de retorno sobre o capital investido (ROIC). A partir de 2020 serão estabelecidas metas de geração de valor econômico (EVA), alinhadas ao Plano Estratégico da Companhia.
- Benefício pós-emprego: não é atrelado a indicadores de desempenho.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- Remuneração fixa: a partir de avaliações periódicas de capacidade, habilidade e aptidão.
- Remuneração variável de curto prazo: evolui de acordo com a curva de progressão dos resultados da Companhia, podendo variar entre zero e duas vezes o valor planejado. A partir de 2020, a remuneração variável de curto prazo passará a variar entre 50% e 150% do valor planejado.
- Plano de ações: o potencial benefício associado ao plano de ações será auferido na medida em que o executivo permaneça na Companhia no longo prazo, comprometendo-se com a geração sustentada de valor. A parcela que contempla meta de desempenho da Companhia é condicionada ao alcance da meta estabelecida, conforme descrito no item 13.1.c.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política e as práticas de remuneração da Ultrapar visam o alinhamento de curto e longo prazo com os interesses dos acionistas e com a sustentabilidade da empresa. A remuneração variável de curto e longo prazo, parcela expressiva da remuneração total, está atrelada a metas de crescimento dos resultados e do valor econômico gerado, alinhado com o interesse dos acionistas. A remuneração variável também direciona o foco dos profissionais para a aderência ao Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração. A remuneração de curto prazo está atrelada a metas anuais de crescimento de resultados financeiros e de temas prioritários para a Companhia (através das metas individuais). O plano de ações torna os executivos acionistas da Empresa, sendo um forte elemento de alinhamento de interesses de longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Toda a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi suportada por suas subsidiárias ou controladas nos últimos 3 anos, em função das atividades que exercem como seus administradores. Para a discriminação dos valores suportados por cada subsidiária ou controlada e a natureza de tais pagamentos, veja o “Item 13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como

remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária”.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

- i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**
- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**
- iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

A Ultrapar promove estudos e análises anuais acerca da remuneração dos administradores no âmbito do Comitê de Pessoas, que também revisa os parâmetros e diretrizes da Política Corporativa de Remuneração Executiva e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores. Após os ajustes necessários, o Comitê elabora as propostas de remuneração e as submete ao Conselho de Administração.

Os estudos feitos pela Companhia buscam assegurar a competitividade da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e adotam pesquisas de mercado como balizador de suas práticas, incluindo, nesse universo, empresas comparáveis à Companhia (considerando, origem de capital, seu porte, complexidade, atividade e reputação em práticas de remuneração).

Anualmente o Comitê de Pessoas avalia e acompanha os parâmetros adotados para a remuneração da administração.

13.2 - Remuneração reconhecida no resultado de 2017, 2018, 2019 e prevista para o exercício social de 2019 do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Remuneração reconhecida no exercício social de 2017

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros¹	9,00	6,00	7,00	22,00
Número de membros remunerados¹	9,00	3,00	7,00	19,00
Remuneração fixa anual	6.552,0	747,6	21.814,7	29.114,3
Salário / pró-labore	4.916,0	623,0	11.449,7	16.988,7
Benefícios diretos e indiretos	-	-	3.213,3	3.213,3
Participações em comitês	544,0	-	-	544,0
Outros ²	1.092,0	124,6	7.151,7	8.368,3
Remuneração variável	-	-	10.651,4	10.651,4
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados ³	-	-	17.110,0	17.110,0
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros ⁴	-	-	(6.458,6)	(6.458,6)
Benefício pós-emprego	-	-	1.096,0	1.096,0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	8.793,9	8.793,9
Remuneração baseada em ações	-	-	1.398,5	1.398,5
Valor total da remuneração	6.552,0	747,6	43.754,5	51.054,1

¹ Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº 2/2020.

² Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº 2/2020.

³ O valor reconhecido em 2017 refere-se ao valor de acordo com os resultados atingidos.

⁴ Remuneração variável de longo prazo.

Remuneração total reconhecida para o exercício social de 2018

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros¹	8,33	6,00	7,00	21,33
Número de membros remunerados¹	8,33	3,00	7,00	18,33
Remuneração fixa anual	6.566,4	774,2	19.111,2	26.451,8
Salário / pró-labore	4.896	645,2	11.103,3	16.644,5
Benefícios diretos e indiretos	-	-	4.267,3	4.267,3
Participações em comitês	576,0	-	-	576,0
Outros ²	1.094,4	129,04	3.740,5	4.964,0
Remuneração variável	-	-	10.826,9	10.826,9
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados ³	-	-	10.826,9	10.826,9
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	1.223,2	1.223,2
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	905,1	905,1
Remuneração baseada em ações	-	-	1.406,6	1.406,6
Valor total da remuneração	6.566,4	774,2	33.472,9	40.813,6

¹ Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Inclui previsão de encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

³ O valor reconhecido em 2018 refere-se ao valor de acordo com os resultados atingidos.

Remuneração total reconhecida para o exercício social de 2019

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros¹	9,4	6,00	7,00	22,4
Número de membros remunerados¹	9,4	3,00	7,00	19,4
Remuneração fixa anual	9.288,3	725,5	22.194,7	32.235,4
Salário / pró- labore	6.316,8	627,1	12.233,9	19.177,7
Benefícios diretos e indiretos	-	-	4.068,7	4.068,7
Participações em comitês	1.419,7	-	-	1.419,7
Outros ²	1.551,8	125,4	5.892,1	7.569,3
Remuneração variável	-	-	10.175,9	10.175,9
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados ³	-	-	10.175,9	10.175,9
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros ⁴	-	-	-	-
Benefício pós- emprego	-	-	2.640,0	2.640,0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	9.881,5	9.881,5
Valor total da remuneração	9.288,3	725,5	44.892,1	54.932,7

¹ Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Inclui previsão de encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

³ O valor reconhecido em 2019 refere-se ao valor de acordo com os resultados atingidos.

Remuneração total prevista para o exercício social de 2020

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros¹	10,0	6,00	7,00	23,0
Número de membros remunerados¹	10,0	3,00	7,00	20,0
Remuneração fixa anual	10.584,0	805,4	21.032,7	32.422,1
Salário / pró-labore	7.020,0	671,2	12.415,2	20.106,4
Benefícios diretos e indiretos	-	-	4.272,1	4.272,1
Participações em comitês	1.800,0	-	-	1.800,0
Outros ²	1.764,0	134,2	4.345,3	6.243,6
Remuneração variável	-	-	16.554,7	16.554,7
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados ³	-	-	16.554,7	16.554,7
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros ⁴	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	2.772,0	2.772,0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	12.507,9	12.507,9
Valor total da remuneração	10.584,0	805,4	52.867,2	64.256,6

¹ Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Inclui previsão de encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

³ O valor previsto para 2020 considera o atingimento das metas propostas.

13.3. - Remuneração variável dos exercícios sociais de 2017, 2018, 2019 e prevista para o exercício social de 2020 do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros 2017	9,00	6,00	7,00	22,00
Número de membros remunerados em 2017 ¹	0,00	0,00	7,00	7,00
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	N/A	N/A	28.022,9	28.022,9
Valor previsto no plano de remuneração para 2017, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	19.586,9	19.586,9
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2017	N/A	N/A	17.110,0	17.110,0

¹ Somente considerados os membros a quem foi atribuída remuneração variável, conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Em relação à parcela ligada ao desempenho individual, a avaliação ocorre no intervalo de 50% a 150% do atingimento das metas. Em relação à parcela ligada ao desempenho econômico, a avaliação acompanha metas de geração de valor, conforme medido pelo EVA. A remuneração máxima é calculada com base em um atingimento de 200% das metas de geração de valor econômico e 150% das metas individuais.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros 2018	8,33	6,00	7,00	21,3
Número de membros remunerados em 2018 ¹	0,00	0,00	7,00	7,00
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	N/A	N/A	28.022,9	28.022,9
Valor previsto no plano de remuneração para 2018, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	17.802,2	17.802,2
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2018	N/A	N/A	10.826,9	10.826,9

¹ Somente considerados os membros a quem foi atribuída remuneração variável, conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Em relação à parcela ligada ao desempenho individual, a avaliação ocorre no intervalo de 80% a 120% do atingimento das metas. Em relação à parcela ligada ao desempenho econômico, a avaliação acompanha metas de geração de valor, conforme medido pelo EVA. A remuneração máxima é calculada com base em um atingimento de 200% das metas de geração de valor econômico e 120% das metas individuais.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros previsto para 2019	8,33	6,00	7,00	21,3
Número de membros remunerados previsto para 2019 ¹	0,00	0,00	7,00	7,00
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	N/A	N/A	28.022,9	28.022,9
Valor previsto no plano de remuneração para 2019, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	19.121,0	19.121,0
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2019	N/A	N/A	10.175,9	10.175,9

¹ Somente considerados os membros a quem foi atribuída remuneração variável, conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Em relação à parcela ligada ao desempenho individual, a avaliação ocorre no intervalo de 80% a 120% do atingimento das metas. Em relação à parcela ligada ao desempenho econômico, a avaliação acompanha metas de geração de valor, conforme medido pelo EVA. A remuneração máxima é calculada com base em um atingimento de 200% das metas de geração de valor econômico e 120% das metas individuais.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
(em milhares de Reais, exceto número de membros)				
Número de membros previsto para 2020	10,00	6,00	7,00	23,00
Número de membros remunerados previsto para 2020 ¹	0,00	0,00	7,00	7,00
Em relação ao bônus:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado:				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	Zero	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	N/A	N/A	23.392,9	23.392,9
Valor previsto no plano de remuneração para 2020, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	16.554,7	16.554,7

¹ Somente considerados os membros a quem foi atribuída remuneração variável, conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Em relação à parcela ligada ao desempenho individual, a avaliação ocorre no intervalo de 80% a 120% do atingimento das metas. Em relação à parcela ligada ao desempenho econômico, a avaliação acompanha metas de geração de valor, conforme medido pelo EVA. A remuneração máxima é calculada com base em um atingimento de 200% das metas de geração de valor econômico e 120% das metas individuais.

13.4. - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Ultrapar adotou, a partir de 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, em períodos de 5 a 7 anos, condicionada à não interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia ou suas controladas. Esse plano teve suas últimas outorgas em 2017, cujos prazos de vesting encerram-se em 2024.

Os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 19 de abril de 2017, um novo plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da sua propriedade, com períodos de 3 a 6 anos, a diretores ou empregados da Companhia ou de suas controladas. As informações referentes à remuneração baseada em ações contidas nesse plano de remuneração refletem ambos os planos.

O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Pessoas, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas estará sujeito à existência de tais ações em tesouraria e é limitado a 1% do capital social na data de aprovação do plano, correspondente a 11.149.187 ações.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis como beneficiários do plano de ações.

A Ultrapar não possui plano ativo de outorga de opções de ações.

b. Principais objetivos do plano

Os planos de incentivo baseados em ações da Companhia possuem como principais objetivos: (i) estimular a expansão e resultados sustentáveis da Companhia e o alcance de suas metas empresariais, promovendo o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas, administradores e empregados; e (ii) reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos e empregados altamente qualificados.

Maiores detalhes poderão ser encontrados nos respectivos itens: Item 13.1.b. “Composição da remuneração”, Item 13.1.c. “Principais indicadores de desempenho para a determinação de cada elemento da remuneração”, Item 13.1.d. “Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho” e Item 13.1.e. “Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo”.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Veja Item 13.1.b. “Composição da remuneração”, Item 13.1.c. “Principais indicadores de desempenho para a determinação de cada elemento da remuneração”, Item 13.1.d. “Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho” e Item 13.1.e. “Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo”.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Veja Item 13.1.b. “Composição da remuneração”, Item 13.1.c. “Principais indicadores de desempenho para a determinação de cada elemento da remuneração”, Item 13.1.d. “Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho” e Item 13.1.e. “Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo”.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Veja Item 13.1.b. “Composição da remuneração”, Item 13.1.c. “Principais indicadores de desempenho para a determinação de cada elemento da remuneração”, Item 13.1.d. “Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho” e Item 13.1.e. “Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo”.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número total das ações a serem utilizadas no plano de ações está sujeito à existência de tais ações em tesouraria e é limitado a 1% do capital social na data de aprovação do plano, correspondente a 11.149.187 ações. Em 31 de dezembro de 2019 existiam 26.780.298 ações mantidas em tesouraria. Para informações sobre as ações já outorgadas aos diretores estatutários da Companhia, veja Item 13.5. “Plano de ações – informações sobre as ações outorgadas à Diretoria Estatutária”.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. Condições de aquisição de ações

As ações são outorgadas aos executivos em quantidades previamente definidas pelo Conselho de Administração. Considerando os dois planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia em 2003 e em 2017, estas ações permanecerão em tesouraria por prazo que poderá variar de 3 a 7 anos, período durante o qual o executivo detém apenas o usufruto sobre as ações. A obtenção da nua propriedade das ações depende do transcurso do prazo mencionado e da manutenção do vínculo do executivo com a Companhia ou suas controladas durante tal período.

Ainda, poderão ser outorgadas ações de performance, cuja transferência está condicionada ao alcance de metas financeiras pela Companhia ao longo do período de vesting. Essas ações não são sujeitas à outorga de usufruto. As metas financeiras mencionadas são previamente definidas pelo Conselho de Administração; para a outorga realizada em 2019 foram estabelecidas metas de retorno sobre o capital investido (ROIC) e a partir de 2020 as metas serão determinadas com base na geração de valor econômico (EVA).

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável.

k. Forma de liquidação

Não aplicável.

l. Restrições à transferência das ações

As ações outorgadas aos executivos permanecem na tesouraria da Companhia por prazo que poderá variar de 3 a 7 anos, durante o qual o administrador detém apenas usufruto sobre as ações. Após o decurso do prazo mencionado e a transferência da sua propriedade para os executivos, as ações poderão ser livremente alienadas. Veja Item 13.5. “Plano de ações – informações sobre as ações outorgadas à Diretoria Estatutária”.

A transferência de ações de performance outorgadas está condicionada ao atingimento de metas financeiras pela Companhia ao longo do período de *vesting*. Caso as metas previamente definidas pelo Conselho de Administração não sejam atingidas, as ações de performance não serão transferidas. Somente após a efetiva transferência (*vesting*) das ações, o executivo poderá transferi-las.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Poderão ser entregues aos beneficiários, em decorrência do plano de ações, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Companhia na data da aprovação do plano de ações pela Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, o que correspondia, em 11 de abril de 2019, a 11.129.102 ações ordinárias. Este montante poderá ser ajustado para eventuais bonificações, grupamentos ou desdobramentos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de ações

A transferência da propriedade das ações está condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia ou suas controladas pelo período determinado em cada contrato.

Nos casos de desligamento por motivo de invalidez ou aposentadoria, será transferida ao executivo, em percentual proporcional ao período do prazo de carência transcorrido até o desligamento, a propriedade das ações restritas cuja propriedade plena ainda não tenha sido transferida, mas cujo usufruto já tenha sido instituído. O mesmo conceito de proporcionalidade se aplica às ações de performance, desde que a meta financeira seja atingida.

Nos casos de desligamento por motivo de falecimento, será transferida ao executivo ou ao respectivo espólio, conforme o caso, a totalidade das ações restritas e de performance que lhe tenham sido outorgadas.

13.5. - Plano de ações – informações sobre as ações outorgadas à Diretoria Estatutária

Os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições

gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da sua propriedade, com períodos de 3 a 6 anos, a diretores ou empregados da Companhia ou de suas controladas.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia não são elegíveis ao plano de ações. Adicionalmente, Ultrapar não possui um plano ativo de outorga de opções de ações. Os quadros a seguir apresentam um resumo das informações sobre as ações outorgadas e transferidas aos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais bem como as transferências previstas para o exercício social corrente:

2017	Ações outorgadas			Ações transferidas		
Número total de membros	7			7		
Número de membros remunerados	1	1	2	3	3	1
Data da outorga/transferência	13/03/2017	08/11/2017	08/11/2017	08/11/2017	13/11/2017	15/12/2017
Quantidade de ações ¹	100.000	120.000	7.126 ²	33.334	46.672	10.000
Preço atribuído na outorga das ações (R\$/ação)	67,99	77,14	77,14	42,90	26,78	31,85
Prazo para transferência da propriedade das ações outorgadas	março-22	outubro-23	novembro-20	na	na	na
	março-23		novembro-21			
	março-24		novembro-22			

2018	Ações outorgadas		Ações transferidas	
Número total de membros	7		7	
Número de membros remunerados	2	1	2	1
Data da outorga/transferência	04/04/2018	24/09/2018	08/11/2018	14/12/2018
Quantidade de ações ¹	19.240 ¹	40.000	20.000	10.000
Preço atribuído na outorga das ações (R\$/ação)	68,70	36,80	42,90	31,85
Prazo para transferência da propriedade das ações outorgadas	abril-21	setembro-24	na	na
	abril-22			
	abril-23			

2019	Ações outorgadas		Ações transferidas		
Número total de membros	7		7		
Número de membros remunerados	5	1	2	2	1
Data da outorga/transferência	03/04/2019	02/09/2019	05/03/2019	08/11/2019	10/12/2019
Quantidade de ações ¹²	108.444 ¹	160.000	45.600	40.000	46.668
Preço atribuído na outorga das ações (R\$/ação) ²	23,25	16,42	26,08	21,45	25,32
Prazo para transferência da propriedade das ações outorgadas	abril-22	setembro-25	na	na	na
	abril-23				
	abril-24				

2020	Ações a serem transferidas		
Número total de membros	7		
Número de membros remunerados	2	2	1
Data prevista para transferência	05/03/2020	09/11/2020	10/12/2020
Quantidade de ações ¹²	45.600	4.750	46.666
Preço atribuído na outorga das ações (R\$/ação) ²	26,08	38,19	25,32

¹ Igual número de ações poderá ser transferido à Diretoria Executiva como ações de performance, sendo a transferência condicionada ao atingimento de metas econômico-financeiras pela Companhia ao longo do período de *vesting*. Tais ações não estão sujeitas à outorga de usufruto.

² O número de ações e o preço atribuído nas outorgas foram ajustados retroativamente para refletir o desdobramento de ações na proporção de 1:2 aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 10 de abril de 2019.

Admitindo-se que o valor concedido siga a média das ações outorgadas nos últimos anos, estimamos que a quantidade adicional de 450 mil ações serão outorgada em 2020 para membros da Diretoria Estatutária.

13.6. - Em relação às opções em aberto

Não aplicável, a Ultrapar não possui opções de ações em aberto.

13.7. - Opções de ações exercidas e ações entregues relativas ao plano de ações da Diretoria Estatutária

Em 2017, (i) foi outorgado o usufruto de 227.126 ações para membros da Diretoria Estatutária; e (ii) houve transferência da nua propriedade de 90.006 ações para membros da Diretoria Estatutária, referente a ações cujo usufruto havia sido outorgado em 2010, 2011 e 2012.

Em 2018, (i) foi outorgado o usufruto de 139.240 ações para membros da Diretoria Estatutária; e (ii) houve transferência da nua propriedade de 30.000 ações para membros da Diretoria Estatutária, referente a ações cujo usufruto havia sido outorgado em 2011 e 2012.

Em 2019, (i) foi outorgado o usufruto de 268.444 ações para membros da Diretoria Estatutária; e (ii) houve transferência da nua propriedade de 132.268 ações para membros da Diretoria Estatutária, referente a ações cujo usufruto havia sido outorgado em 2012 e 2014.

Adicionalmente, a Ultrapar não possui opções de ações em aberto.

Diretoria estatutária	2019	2018	2017
Nº total de membros	7	7	7
Nº de membros remunerados	5	4	5
Quantidade de ações transferidas	132.268	30.000	90.006
Preço médio ponderado de aquisição das ações transferidas (R\$/ação)	R\$ 24,41	R\$ 39,22	R\$ 33,31
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

13.8. - Informações necessárias para compreensão dos itens 13.5 a 13.7

O preço atribuído às ações outorgadas corresponde ao valor de mercado da ação da Companhia no momento da concessão. O preço poderá ser ajustado, conforme o caso, retroativamente para refletir o desdobramento de ações na proporção de 1:2 aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 10 de abril de 2019. Conforme informado anteriormente, a Ultrapar não possui um plano ativo de outorga de opções de ações.

No “Item 13.7. - Opções de ações exercidas e ações entregues relativas ao plano de ações da Diretoria Estatutária”, o preço atribuído às ações transferidas corresponde ao valor contábil das ações em tesouraria, conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

13.9. - Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão:

A tabela abaixo apresenta a quantidade de ações direta ou indiretamente detidas pelos membros atuais do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária no dia 31/12/2019.

Total de ações	%
----------------	---

Conselho de administração	16.391.356	1,47%
Participação direta	272	0,0%
Participação indireta	16.391.084	0,0%
Conselho Fiscal	1.500	0,0%
Participação direta	1.500	0,0%
Participação indireta	-	0,0%
Diretoria estatutária	1.846.936	0,17%
Participação direta	1.820.836	0,16%
Participação indireta	26.100	0,00%
Total	18.239.792	1,64%
Ações representativas do capital social	1.112.810.192	100,0%

Alterações na composição acionária da Ultrapar ocorridas após 31/12/2019 não estão contempladas na tabela acima.

Os membros atuais do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária não detêm participações acionárias em controladas ou sociedades sobre controle comum.

13.10. - Planos de previdência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

<u>Órgão</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>
Número total de membros	8,33	7,00
Número de membros remunerados ¹	0,00	7,00
Nome do Plano	N/A	ULTRAPREV – Associação de Previdência Complementar Plano de Contribuição Definida
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar ²	N/A	2
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	- 55 anos de idade - Mínimo de 5 anos de tempo de vínculo empregatício com a patrocinadora - Mínimo de 5 anos de vínculo ao plano - Rescisão do vínculo empregatício com a patrocinadora
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores ³ (R\$ mil)	N/A	9.185,1
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R\$ mil)	N/A	1.238,5
Possibilidade e condições de resgate antecipado	N/A	O plano prevê opção de resgate quando do término do vínculo empregatício e não preenchida as condições para requerer o benefício da aposentadoria

¹ Somente considerados os membros vinculados ao plano de previdência, conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2020.

² Preenchem as condições de idade, de vínculo empregatício e de participação ao plano. É necessário que ocorra o término do vínculo empregatício para requerer aposentadoria.

³ Valor total das contribuições de patrocinadora, desde a adesão ao plano, acrescido da rentabilidade.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº total de membros	7	7	7
Nº de membros remunerados	7	7	7
Valor da maior remuneração (Reais)	12.824.612,99	9.824.057,20	9.354.955,00 ³
Valor da menor remuneração (Reais)	3.558.612,35 ¹	3.190.690,99 ¹	3.851.001,00 ²
Valor da remuneração média (Reais)	6.413.154,82	4.932.524,60	6.250.643,00
Valores Anuais			

¹ Para fins do cálculo do valor da menor remuneração, excluiu-se os membros da Diretoria Estatutária que exerceram a posição por menos de 12 meses na Companhia.

² Para fins do cálculo do valor da menor remuneração, excluiu-se membro da Diretoria Estatutária que exerceu posição durante 9 meses na companhia.

³ Para fins do cálculo do valor da maior remuneração, considerou-se um membro da Diretoria Estatutária que exerceu posição durante 9 meses na companhia.

Conselho de Administração			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº total de membros	8,33	9	9
Nº de membros remunerados	8,33	9	9
Valor da maior remuneração (Reais)	2.088.720,00 ¹	1.667.520,00	1.526.400,00 ¹
Valor da menor remuneração (Reais)	747.960,00	492.480,00	432.000,00
Valor da remuneração média (Reais)	930.596,81	728.000,00	635.700,00
Valores Anuais			

¹ O valor da maior remuneração foi recebido por membro que ocupou o cargo pelo período de 12 meses.

Conselho Fiscal			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº total de membros	6	6	6
Nº de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	260.895,60 ¹	262.080,00	254.200,00 ¹
Valor da menor remuneração (Reais)	246.384,00	242.452,80	227.500,00
Valor da remuneração média (Reais)	253.639,80	252.266,40	232.400,00
Valores Anuais			

¹ O valor da maior remuneração foi recebido por membro que ocupou o cargo pelo período de 12 meses.

13.12. - Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estrutrem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em adição às contribuições ao sistema FGTS, a Ultrapar instituiu em 2010 uma política de aposentadoria planejada, sucedida e substituída pela política de encerramento de carreira aprovada pelo Comitê de Pessoas em 20/04/2018 e que objetiva preparar o executivo para o desligamento e estruturar planos de sucessão na organização. A aplicação da política é discricionária e o valor do benefício pós-emprego resultante consiste principalmente em uma remuneração adicional por ocasião de desligamento por iniciativa da empresa, equivalente a 0,5 salário mensal por cada ano de vínculo com a empresa, até o limite de 9 salários mensais.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no limite máximo de US\$ 80 milhões, mediante o pagamento de prêmio médio anual de R\$ 2,9 milhões.

O seguro contempla indenizações por danos causados a terceiros ou à Companhia originados de atos ou omissões vinculados ao exercício da função pelos Segurados, incluindo qualquer reclamação apresentada contra os mesmos, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de dolo ou má-fé. A partir de 2018, a apólice de D&O contratada prevê também o reembolso ao Segurado do pagamento de multas e penalidades de acordos cíveis e administrativos, exceto se relacionados a atos dolosos cometidos pelos Segurados.

13.13. - Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores

A Ultra S.A. é atualmente o maior acionista individual da Companhia e possui aproximadamente 21% das ações emitidas pela Ultrapar. Até a migração da Ultrapar para o segmento de governança corporativa do Novo Mercado, em 2011, a Ultra S.A. era acionista controladora da Companhia e, nesta qualidade, assinou, para fins de atendimento ao regulamento do Novo Mercado vigente à época, contrato de participação no Novo Mercado da B3 em 16 de agosto de 2011.

Os percentuais da remuneração de membros do Conselho de Administração que são partes relacionadas à Ultra S.A. sobre a remuneração total desses órgãos corresponderam a 50% em 2017, 47% em 2018 e 37% em 2019. A Diretoria Estatutária não possui membros que sejam partes relacionadas à Ultra S.A.

13.14. - Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária não receberam remuneração além daquelas relacionadas às funções que ocupam na Companhia ou suas controladas.

13.15. - Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária em 2017, 2018 e 2019

Toda a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi paga por suas subsidiárias ou controladas em função das atividades que exercem como administradores das mesmas. A totalidade da remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é paga diretamente pela própria Companhia.

Diretoria Estatutária – 2017										
(em milhares de Reais)	Companhia Ultraz S.A.	Bahiana Distribuidora de Gás Ltda	Utingás Armazenadora S.A.	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Terminal Químico de Aratu S/A Tequimar	Imifarma Prod. Farm. Cosméticos S/A	Total
Remuneração fixa anual	5.791,1	3.027,6	128,5	4.960,9	1.141,9	4.203,0	186,1	1.879,3	496,3	21.814,7
Salário / pró-labore	2.870,5	1.451,2	70,2	2.654,5	693,5	2.179,3	112,7	1.108,6	309,2	11.449,7
Benefícios diretos e indiretos	2.920,6	1.576,4	58,3	2.306,4	448,4	2.023,7	73,4	770,7	187,1	10.365,0

Remuneração variável	1.687,1	1.374,1	-	4.291,2	776,6	805,2	126,1	1.244,9	346,2	10.651,4
Participação nos resultados	4.916,4	1.374,1	-	4.291,2	776,6	4.034,5	126,1	1.244,9	346,2	17.110,0
Outros	-3.229,3	-	-	-	-	-3.229,3	-	-	-	-6.458,6
Benefício pós-emprego	-363,7	169,1	0,0	276,5	0,0	472,4	34,9	165,2	341,6	1.096,0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	7.996,9	-	-	276,7	-	520,3	-	-	-	8.793,9
Remuneração baseada em ações	529,9	-	-	-	-	527,8	-	340,8	-	1.398,5
Valor total da remuneração	15.641,3	4.570,8	128,5	9.805,3	1.918,5	6.528,7	347,1	3.630,2	1.184,1	43.754,5

Diretoria Estatutária – 2018

(em milhares de Reais)	Companhia Ultragaz S.A.	Bahiana Distribuidora de Gás Ltda	Utingás Armazenadora S.A.	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Oxíteno S.A. Indústria e Comércio	Oxíteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Terminal Químico de Aratu S/A Tequimar	Imifarma Prod. Farm. Cosméticos S/A	Total
Remuneração fixa anual	4.593,6	1.969,6	141,3	4.276,8	1.156,2	3.489,6	206,5	1.991,9	1.285,7	19.111,2
Salário / pró-labore	2.579,2	1.120,0	70,2	2.669,0	697,5	2.161,5	113,3	1.118,0	650,8	11.179,6
Benefícios diretos e indiretos	1.004,0	407,7	48,6	842,3	264,5	750,5	61,7	528,8	359,3	4.267,3
Outros	1.010,5	441,9	22,4	965,4	194,3	577,6	31,6	345,1	275,6	3.664,3
Remuneração variável	1.931,9	771,5	0,0	2.265,1	1.302,6	2.579,1	211,6	1.148,0	616,9	10.826,9
Participação nos resultados	1.931,9	771,5	0,0	2.265,1	1.302,6	2.579,1	211,6	1.148,0	616,9	10.826,9
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	976,5	141,0	7,3	316,2	71,1	385,1	11,5	232,1	137,1	2.277,9
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	356,5	356,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	192,0	905,1
Remuneração baseada em ações	628,1	0,0	0,0	0,0	0,0	469,1	0,0	166,7	142,7	1.406,6
Valor total da remuneração	8.486,7	3.238,6	148,5	6.858,1	2.530,0	6.923,0	429,7	3.538,7	2.374,4	34.527,7

Diretoria Estatutária – 2019

(em milhares de Reais)	Companhia Ultragaz S.A.	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Oxíteno S.A. Indústria e Comércio	Terminal Químico de Aratu S/A Tequimar	Imifarma Prod. Farm. Cosméticos S/A	Total
Remuneração fixa anual	6.942,8	6.075,3	1.126,9	3.828,2	2.414,2	1.807,2	22.194,7
Salário / pró-labore	3.128,1	3.940,6	697,5	2.363,5	1.156,3	948,0	12.233,9
Benefícios diretos e indiretos	1.961,9	1.287,1	34,7	148,6	377,8	258,6	4.068,7
Outros	1.852,8	847,6	394,8	2.316,1	880,1	600,7	5.892,1
Remuneração variável	3.485,8	3.127,6	455,7	1.236,2	1.109,6	761,1	10.175,9
Participação nos resultados	3.485,8	3.127,6	455,7	1.236,2	1.109,6	761,1	10.175,9
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benefício pós-emprego	1.452,1	778,4	71,1	479,8	-292,8	151,4	2.640,0
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Remuneração baseada em ações	7.559,1	708,0	0,0	527,6	70,4	1.016,3	9.881,5
Valor total da remuneração	19.439,8	10.689,3	1.653,7	6.071,8	3.301,4	3.736,0	44.892,1

13.16. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.



GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

As referências contidas nos itens 10, 12.5 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência que integram o presente documento, a “Ultrapar”, “nós”, “nosso(a)(s)” e a “Companhia” são à Ultrapar Participações S.A. e suas subsidiárias (observado o contexto em que se insere a informação).

Adicionalmente, todas as referências nesses itens a:

“ABIQUIM” são para Associação Brasileira da Indústria Química;

“AGO” são para Assembleia Geral Ordinária;

“AGOE” são para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;

“AGEO” são para Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária;

“ALE” ou “ALESAT” são para Alesat Combustíveis S.A.;

“am/pm” são para as lojas de conveniência am/pm da Ipiranga, que operam sob a marca am/pm e são administradas pela am/pm Comestíveis Ltda. e Conveniência Ipiranga Norte Ltda.;

“ANFAVEA” são para Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores;

“ABRAFARMA” são para Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias;

“ANP” são para Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

“B3” são para B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

“BNDES” são para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

“CADE” são para Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

“CDI” são para Certificado de Depósito Interbancário;

“Chevron” são para a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda.;

“Cia. Ultragaz” são para Companhia Ultragaz S.A.;

“ConectCar” são para ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.;

“CSLL” são para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

“CVM” são para a Comissão de Valores Mobiliários;

“Extrafarma” são para Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.;

“FGTS” são Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

“GLP” são para gás liquefeito de petróleo;

“GNV” são para gás natural veicular;

“Governo Brasileiro” são para o governo federal da República Federativa do Brasil;

“ICVM 527/12” são para Instrução CVM nº 527/12, emitida pela CVM em 4 de outubro de 2012, que rege a divulgação voluntária pelas companhias abertas de informações denominadas LAJIDA (EBITDA) — Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) — Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para as divulgações de resultados a partir do dia 1º de janeiro de 2013;

“Iconic” são para Iconic Lubrificantes S.A.;

“IFRS” são para *International Financial Reporting Standards*;

“IGP-M” são para Índice Geral de Preços – Mercado;

“IPCA” são para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

“IpiLubs” são para Ipiranga Lubrificantes S.A.;

“Ipiranga” são para as subsidiárias da Ultrapar que atuam na distribuição de combustíveis e lubrificantes e atividades correlatas;

“IPP” são para Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.;

“IRPJ” são para Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica;

“Liquigás” são para Liquigás Distribuidora S.A.;

“LPG International” são para LPG International Inc.;

“Nota Explicativa” ou “Notas Explicativas” são para as Notas Explicativas das demonstrações financeiras consolidadas da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019;

“OPEP” são para Organização dos Países Produtores de Petróleo;

“OPEP+” são para Organização dos Países Produtores de Petróleo e outros produtores que não integram o grupo;

“Oxitenos Nordeste” são para Oxitenos Nordeste S.A. Indústria e Comércio;

“Oxitenos” são para a Oxitenos S.A. Indústria e Comércio, nossa subsidiária integral e suas subsidiárias que produzem óxido de eteno e seus principais derivados, álcoois graxos e outras especialidades químicas;

“PIB” são para produto interno bruto;

“Petrobras” são para Petróleo Brasileiro S.A.;

“Real”, “Reais” ou “R\$” são para a moeda oficial do Brasil;

“Serma” são para a Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos, responsável pelos serviços de informática corporativa na Ultrapar;

“Tequimar” são para Terminal Químico de Aratu S.A.;

“TJLP” são para Taxa de Juros de Longo Prazo;

“Ultra S.A.” são para Ultra S.A. Participações, empresa de participações pertencente a certos membros da família fundadora da Companhia e da alta administração da Ultrapar. Ultra S.A. é atualmente a maior acionista individual da Ultrapar, com 22% do seu capital total. Antes da Conversão, a Ultra S.A. detinha 66% do capital votante da Ultrapar;

“Ultracargo” são para Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda., nossa subsidiária integral e suas subsidiárias que prestam serviços de armazenagem para graneis líquidos;

“Ultragaz” são para as subsidiárias da Ultrapar que atuam na distribuição de GLP; e

“US\$”, “dólar” ou “dólares” são para a moeda oficial dos Estados Unidos da América.



BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A. de 15/04/2020

Nome:

CNPJ ou CPF do acionista:

Endereço de e-mail:

Orientações de preenchimento

O presente boletim para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima estejam preenchidos com nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ/ME) ou de pessoa física (CPF/ME), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Para que este boletim de voto seja válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções devem ser observadas:

- Os campos deste boletim devem estar devidamente preenchidos;
- Todas as páginas do boletim deverão ser rubricadas;
- Ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim;

Uma vez recebido o boletim e a documentação exigida, a Companhia avisará o acionista em até 3 (três) dias úteis acerca de seu recebimento e/ou da necessidade de rerratificação ou reenvio do boletim, nos termos da Instrução CVM 481/09.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da AGO, ou seja, até o dia 08/04/20. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a data serão desconsiderados.

O “Manual da AGO” e a “Proposta da Administração” por vezes referida neste boletim encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu website (ri.ultra.com.br) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Orientações de entrega

O acionista que opte por exercer o seu direito de voto a distância poderá:

A. Enviar o boletim diretamente à Companhia

Para tanto, deve enviar os documentos listados abaixo:

- Via física do presente boletim devidamente preenchido, com todas as páginas rubricadas e ao final assinado, observadas as orientações de preenchimento descritas acima;
- Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- (i) documento de identidade com foto do acionista (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (ii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Pessoas jurídicas:

- (i) estatuto ou contrato social consolidado e atos societários que comprovem os poderes de representação do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração);
- (ii) documento de identificação com foto(s) do(s) representante(s) legal(is) (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (iii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Fundos de investimento:

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima:

- (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na assembleia geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador;
- (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à assembleia geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e
- (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;

B. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto.

Para mais informações, consultar a Proposta da Administração e o Manual da AGO disponíveis em ri.ultra.com.br.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Endereço: Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 8º andar, Bela Vista CEP 01317-910

São Paulo/SP – Brasil

Aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores

E-mail: Invest@ultra.com.br

O acionista pode, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos para o endereço eletrônico da Companhia, sendo também necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias autenticadas dos documentos requeridos sejam entregues no endereço acima da Companhia até o dia 08/04/20.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, eventuais dúvidas e esclarecimentos quanto ao envio direto deste boletim ao escriturador poderão ser sanadas através do canal disponibilizado pelo Bradesco abaixo:

Banco Bradesco S.A

Departamento de Ações e Custódia

Endereço: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Osasco

CEP 06029-900

Osasco/SP – Brasil

Canais de atendimento a acionistas:

Telefone: 0800 701 1616

Em dias úteis das 8h às 17h

E-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Exame e aprovação do relatório e das contas da Administração, bem como das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Deliberação Simples

2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Deliberação Simples

3. Fixação da remuneração global da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Eleição do conselho fiscal por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 3

4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes (o acionista poderá indicar tantos candidatos for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral).

Candidatos propostos pela Administração:

GERALDO TOFFANELLO (EFETIVO) / MÁRCIO AUGUSTUS RIBEIRO (SUPLENTE)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

MARCELO AMARAL MORAES / PEDRO OZIREZ PREDEUS (SUPLENTE)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

WILLIAM BEZERRA CAVALCANTI FILHO (EFETIVO) / CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ (SUPLENTE)

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Deliberação Simples

5. Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o mandato que se inicia em abril de 2020, conforme Proposta da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Assinatura:_____

E-mail:_____

Cidade:_____

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGE - ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A. de 15/04/2020

Nome:

CNPJ ou CPF do acionista:

Endereço de e-mail:

Orientações de preenchimento

O presente boletim para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09.

Nesse caso, é imprescindível que os campos acima estejam preenchidos com nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ/ME) ou de pessoa física (CPF/ME), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Para que este boletim de voto seja válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da AGE, as seguintes instruções devem ser observadas:

- Os campos deste boletim devem estar devidamente preenchidos;
- Todas as páginas do boletim deverão ser rubricadas;
- Ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim;

Uma vez recebido o boletim e a documentação exigida, a Companhia avisará o acionista em até 3 (três) dias úteis acerca de seu recebimento e/ou da necessidade de rerratificação ou reenvio do boletim, nos termos da Instrução CVM 481/09.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da AGE, ou seja, até o dia 08/04/20. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a data serão desconsiderados.

O "Manual da AGE" e a "Proposta da Administração" por vezes referida neste boletim encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu website (ri.ultra.com.br) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Orientações de entrega

O acionista que opte por exercer o seu direito de voto a distância poderá:

A. Enviar o boletim diretamente à Companhia

Para tanto, deve enviar os documentos listados abaixo:

- Via física do presente boletim devidamente preenchido, com todas as páginas rubricadas e ao final assinado, observadas as orientações de preenchimento descritas acima;
- Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- (i) documento de identidade com foto do acionista (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (ii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Pessoas jurídicas:

- (i) estatuto ou contrato social consolidado e atos societários que comprovem os poderes de representação do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração);
- (ii) documento de identificação com foto(s) do(s) representante(s) legal(is) (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (iii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Fundos de investimento:

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima:

- (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na assembleia geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador;
- (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à assembleia geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e
- (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;

B. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto.

Para mais informações, consultar a Proposta da Administração e o Manual da AGE disponíveis em ri.ultra.com.br.

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Endereço: Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 8º andar, Bela Vista CEP 01317-910

São Paulo/SP – Brasil

Aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores

E-mail: Invest@ultra.com.br

O acionista pode, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos para o endereço eletrônico da Companhia, sendo também necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias autenticadas dos documentos requeridos sejam entregues no endereço acima da Companhia até o dia 08/04/20.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, eventuais dúvidas e esclarecimentos quanto ao envio direto deste boletim ao escriturador poderão ser sanadas através do canal disponibilizado pelo Bradesco abaixo:

Banco Bradesco S.A

Departamento de Ações e Custódia

Endereço: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, Osasco

CEP 06029-900

Osasco/SP – Brasil

Canais de atendimento a acionistas:

Telefone: 0800 701 1616

Em dias úteis das 8h às 17h

E-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGE

Deliberação Simples

1. Homologar a alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2014.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Assinatura:_____

E-mail:_____

Cidade:_____



MODELO DE PROCURAÇÃO

Procuração

Por meio deste instrumento particular, [**Acionista**], [**nacionalidade**], [**estado civil**], [**profissão**], portador(a) do documento de identidade nº [•], residente e domiciliado(a) na [**endereço completo**] ou [**sociedade constituída de acordo com a lei [•], com sede [•], inscrita no CNPJ sob o número [•]**] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **ANDRÉ BRICKMANN ARENO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 268278088, expedida pelo SSP/SP, e inscrito na OAB/SP sob o nº 147926-1, e no CPF/ME sob o nº 247.847.158-08; **THIAGO DE MELLO RIBEIRO COUTINHO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1790900, expedida pela SSP/PB, inscrito na OAB/SP sob o nº 176386, e no CPF/ME sob o nº 265.000.098-86; **DENIZE SAMPAIO BICUDO**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.308.230-0, expedida pela SSP/SP, e inscrita na OAB/SP sob o nº 239.515, e no CPF/ME sob o nº 220.578.448-03; e **AMANDA MACEDO LEMOS**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 42.325.690-7, expedida pela SSP/SP, e inscrita na OAB/SP sob o nº 391.466 e no CPF/ME sob o nº 415.145.028-95; com poderes para, agindo isolada e independentemente da ordem de nomeação, representar o(a) Outorgante na qualidade de titular de [•] ([**número de ações por extenso**]) ações ordinárias de emissão da **ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.256.439/0001-39, com sede na Av. Brigadeiro Luís Antônio, n.º 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada às 14:00 horas do dia 15 de abril de 2020, na sede social da Companhia, assinando o Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia e a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para o fim específico de votar em estrita conformidade com as orientações a seguir:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- 1) Exame e aprovação do relatório e das contas da Administração, bem como das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A Favor	Contra	Abstenção
[]	[]	[]

Marque um X no quadrado acima com a opção que desejar.

- 2) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019.

A Favor	Contra	Abstenção
[]	[]	[]

Marque um X no quadrado acima com a opção que desejar.

- 3) Fixação da remuneração global da Administração.

A Favor	Contra	Abstenção
[]	[]	[]

Marque um X no quadrado acima com a opção que desejar.

- 4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, tendo em vista a solicitação da instalação do Conselho Fiscal feita por acionista representando mais de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 324/00:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Marcelo Amaral Moraes	Pedro Ozires Predeus
Geraldo Toffanello	Márcio Augustus Ribeiro
William Bezerra Cavalcanti Filho	Carlos Roberto de Albuquerque Sá

A Favor	Contra	Abstenção
[]	[]	[]

Marque um X no quadrado acima com a opção que desejar.

- 5) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o mandato que se inicia em abril de 2020.

A Favor	Contra	Abstenção
[]	[]	[]

Marque um X no quadrado acima com a opção que desejar.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- 1) Homologar a alteração do número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2014.

A Favor	Contra	Abstenção
[]	[]	[]

Marque um X no quadrado acima com a opção que desejar.

Os procuradores ora nomeados não têm qualquer direito ou obrigação de tomar quaisquer outras medidas em nome do(a) Outorgante(a) que não as expressamente previstas neste instrumento ou que sejam necessárias ao seu exato cumprimento.

O presente mandato, que poderá ser substabelecido no todo ou em parte, será válido para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária acima referida, seja ela instalada em primeira ou segunda convocação.

O presente instrumento é válido até 16 de abril de 2020.

[dia] de [mês] de 2020.

[Acionista]